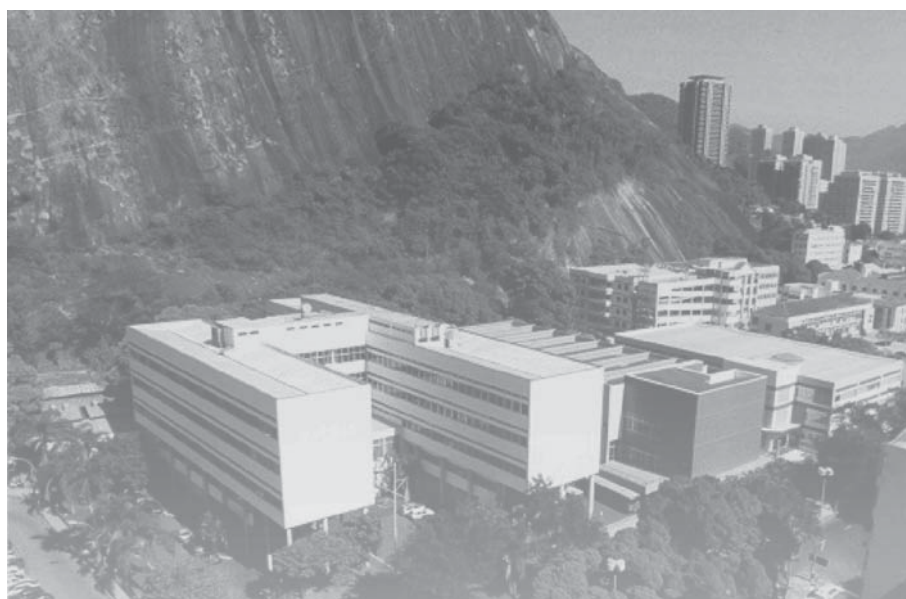




“NAVALE BELLVM NAVTIS DOCERE”



REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL



ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Av. Pasteur, nº 480, Praia Vermelha
Urca - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
22290-240

NOSSA CAPA:

Comemoração ao Bicentenário do CFN

Após sua chegada ao Brasil, o Príncipe Regente D. João, em represália à invasão de Portugal pelas tropas do General Junot, determinou a tomada de Caiena na Guiana, ocupada por franceses. Esse episódio histórico foi o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. Atualmente, destacam-se na Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas no Haiti.

ISSN - 1809-3191

Revista da Escola de Guerra Naval	Rio de Janeiro	nº 11	p. 1-148	Junho 2008
-----------------------------------	----------------	-------	----------	------------



ISSN 1809-3191

REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Número 11

junho de 2008

A **Revista da Escola de Guerra Naval** é um periódico especializado que tem como objetivo publicar, disseminar e promover o intercâmbio, em níveis nacional e internacional, de informações nas seguintes áreas de concentração: Ciência Política; Geopolítica; Defesa; Estratégia; Relações Internacionais; Direito Internacional e Gestão.

Este periódico visa a proporcionar uma maior integração entre a Marinha do Brasil e a sociedade acadêmica, publicando textos científicos e acadêmicos.

Os artigos publicados pela Revista são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o pensamento da Escola de Guerra Naval nem o da Marinha do Brasil, podendo ser reproduzidos desde que citados a fonte e **informado** à Escola de Guerra Naval.

Os trabalhos poderão ser apresentados por civis e militares, conforme as Normas para Publicação citadas na última página de cada volume e constante do site www.egn.mar.mil.br.

Revista da Escola de Guerra Naval
Direitos desta edição reservados à EGN – Av Pasteur, 480,
Praia Vermelha, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.290-240
Tel (21) 2295-7882

Publicação semestral, editada em português e inglês, de natureza acadêmica, sem fins lucrativos.

COMANDANTE DA MARINHA

Almirante-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA
Almirante-de-Esquadra Julio Saboya de Araujo Jorge
DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Contra-Almirante Walter Carrara Loureiro
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO
Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis
VICE-DIRETOR DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra Márcio Mota Miranda

CONSELHO EDITORIAL

Editor Responsável
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco José de Matos
Editores Adjuntos
Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz Carlos de Carvalho Roth
Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco E. Alves de Almeida
Capitão-de-Corveta (T) Patrícia Ajus de Azevedo
Professora Dra. Sabrina Evangelista Medeiros
Professor Dr. Renato Petrochi
Professor Dr. Nival Nunes de Almeida
Professora Dra. Ana Cristina Reif
Programador Visual
Capitão-Tenente (AA) Carlos Cesar Arigoni Maia
Programador Visual Adjunto
Servidor Civil Josenildo Bezerra Cavalcante
Revisor Ortográfico
Primeiro-Tenente (RM2-T) Ana Beatriz Baía Tozzini
Gestor Financeiro
Capitão-de-Corveta (IM) Sergio de Oliveira Ligeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Almirante-de-Esquadra Mario Cesar Flores
Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal
Vice-Almirante Fernando Manoel Fontes Diégues
Vice-Almirante Afonso Barbosa
Contra-Almirante Antonio Ruy de Almeida Silva
Contra-Almirante Reginaldo Gomes Garcia dos Reis
Professor Dr. Alcides Costa Vaz – UNB
Professor Dr. Antônio Celso Alves Pereira – UFRJ

Professor Dr. Eurico Figueiredo – UFF
Professor Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva – UFRJ
Professor Dr. José Murilo de Carvalho – UFRJ
Professor Dr. Manfred Nitsch (LAI – FUB)
Professor Marcio Scarlecio (PUC/RJ/UCAM)
Professor Dr. Williams Gonçalves (UERJ/UFF)
Professora Dra. Angela da Rocha (UFRJ)
Professora Dra. Mônica Herz (PUC/RJ)

Revista da Escola de Guerra Naval. – n. 11(jun. 2008) - . – Rio de Janeiro :
Escola de Guerra Naval , 1968-
v. ; 27 cm.
Semestral
ISSN 1809-3191

1. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Escola de Guerra Naval.
II. Título.

CDD 359.00981

PALAVRAS DO DIRETOR

É com renovada satisfação que apresento, neste ano em que se comemora os duzentos anos de criação do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil, a décima primeira edição da Revista da Escola de Guerra Naval. Como forma de homenagear essa instituição centenária que honra a Marinha e o Brasil, a capa da revista retrata diferentes momentos históricos por que tem passado o Corpo, nesse profícuo período de existência.

Algumas alterações de forma e conteúdo foram agregadas à Revista. O Conselho Consultivo foi acrescido de renomados pesquisadores ligados ao Campo da Política e da Estratégia, que além de apresentarem seus trabalhos, poderão exercer a função de avaliadores nos artigos enviados para publicação. O Conselho Editorial, também, foi alterado, de modo a incluir oficiais do Centro de Estudos de Política e Estratégia, que transitam no meio acadêmico, e professores civis que ministram disciplinas nos diversos cursos oferecidos pela Escola.

A atenção com a qualidade dos artigos publicados foi também incrementada, com a necessidade de se confeccionar tanto resumos como abstracts em todos os trabalhos publicados, de modo a facilitar tanto a consulta por palavras-chave como o entendimento da problemática discutida no texto. Atualmente os artigos publicados já podem ser acessados pela internet na página da Escola de Guerra Naval, facilitando a pesquisa de alunos e professores.

Um outro fato auspicioso foi a parceria estabelecida com uma das mais importantes instituições de pesquisa e estudos em assuntos de Política, Estratégia e História Militar dos Estados Unidos da América, a Society for Military History (SMH). Esse relacionamento permitirá a publicação de artigos de autores brasileiros veiculados na nossa revista no periódico da SMH, o Journal of Military History, além de facilitar a tradução de resenhas de livros recentemente lançados no mercado editorial de assuntos de interesse da Marinha, por renomados professores universitários dos Estados Unidos da América, em caráter de reciprocidade.

Todas essas iniciativas têm o propósito de estreitar os laços da Escola de Guerra Naval com o meio acadêmico, seguindo diretivas emanadas do Estado-Maior da Armada e atender a visão dessa escola qual seja ser reconhecida como um centro de excelência em ensino e pesquisa no campo da Defesa Nacional, até 2014.

Convido a todos a enviarem novas contribuições científicas para o Conselho Editorial desta revista, de modo a que possamos cada vez mais motivar as discussões sobre essas importantes temáticas que são a Política e a Estratégia Marítimas.

Boa leitura.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Walter Carrara Loureiro', with a long horizontal flourish extending to the right.

WALTER CARRARA LOUREIRO
Contra-Almirante
Diretor

Sumário

PAZ E SEGURANÇA NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO: A NECESSÁRIA REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS Prof. Antônio Celso Alves Pereira	06
COOPERAÇÃO GLOBAL E REGIONAL NA ÁREA DE SEGURANÇA: IMPLICAÇÕES PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA DOS EUA CMG(RM1) Antonio Carlos Teixeira Martins	24
CONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS DE COMBATE NO PROCESSO DE OBTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE NAVIOS DE SUPERFÍCIE CMG (EN) Antonio da Silva Castro Sobrinho	36
A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN): EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS CC(CD) Sherri Ladislau do Prado	55
CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA PELOS EUA. CMG(RM1) Luiz Carlos de Carvalho Roth	79
A FORÇA NAVAL DA CHINA VERSUS OS INTERESSES NACIONAIS DA CHINA: PERSPECTIVAS PARA O PERÍODO DE 2007 A 2020. CC (T) Sylvio Roberto Oliveira de Faria	93
COOPERAÇÃO E OBSTÁCULOS À COOPERAÇÃO ENTRE DUAS ABORDAGENS DE SEGURANÇA CMG(RM1) Claudio Rogerio de Andrade Flor	125
RESENHAS	
HISTÓRIA DAS GUERRAS CMG Joaquim Arinê Bacelar Rego	137
Biblioteca da EGN	143
Normas para publicação de artigos na Revista da EGN	144

**PAZ E SEGURANÇA NO SISTEMA INTERNACIONAL
CONTEMPORÂNEO: A NECESSÁRIA REFORMA DO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS**

Prof. Dr. Antônio Celso Alves Pereira

Professor Conferencista na Escola de Guerra Naval. Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Professor de Direito Internacional na Uerj e na Faculdade de Direito de Campos. Ex-reitor da Uerj.

RESUMO

A necessidade de se empreender uma ampla reforma das Nações Unidas está na agenda internacional desde os dias subseqüentes à Guerra Fria. É difícil, porém, que sejam criadas as condições políticas essenciais para promover as mudanças na Carta e, conseqüentemente, nos principais órgãos e agências da instituição. Considerando a importância do Conselho de Segurança, sua proeminência entre os outros órgãos das Nações Unidas, sua reforma é urgente e absolutamente inadiável para assegurar maior legitimidade a Organização, renovando a confiança da opinião pública em suas ações. No contexto da reforma projetada no Documento *Uma Liberdade mais Ampla – Rumo a segurança, desenvolvimento, e Direitos Humanos para Todos*, apresentado pelo então Secretário-Geral Kofi Annan à Assembléia Comemorativa dos 60 anos das Nações Unidas, entre os temas mais polêmicos estão a imprescindível ampliação do número e membros e as possíveis mudanças no sistema de votação no Conselho de Segurança.

Paravras chave: Conselho de Segurança – Organização das Nações Unidas – Sistema internacional.

ABSTRACT

Considering the importance of the Security Council and its prominence among the rest of the UN's organs, its reform is urgent and absolutely undelayable to promote legitimacy and to renew the public's trust in its actions. In the proposed reform elaborated in the document *A More General Freedom – Course to Security, Development, and Human Rights for All*, presented by Kofi Annan, former general-secretary of the UN, during the UN's 60th Anniversary commemoration, two of the more polemic topics were the unprecedented rise in membership and the possible modifications to the voting method of the Security Council.

key words: Security Council – United Nations – International System.

INTRODUÇÃO

A necessidade de se empreender uma ampla reforma das Nações Unidas está na agenda internacional desde os dias imediatos ao fim da Guerra Fria. A ordem internacional montada em alta fora-se com o fim do Império Soviético.

A complexidade do mundo contemporâneo, a velocidade com que os acontecimentos se sucedem, o dinamismo dos fatos internacionais impulsionados pelas tecnologias da informação transformaram o nosso planeta numa “densa rede de dependência mútua”,¹ ampliando de forma inexorável a transnacionalização de todas as atividades humanas.

A ONU foi criada em 1945. Sua Carta, ainda hoje, reflete o quadro político-econômico, social e estratégico do pós-guerra. Está, portanto, ultrapassada. Na medida em que as preocupações com a segurança mundial estão hoje centradas em outros parâmetros, tornar-se urgente dotar as Nações Unidas de condições efetivas para promover soluções comuns para desafios que são globais.

As discussões sobre a necessidade de uma ampla reforma das Nações Unidas tiveram início na gestão do antigo Secretário-Geral Boutros-Ghali, em 1992. À época, dois importantes documentos foram lançados para estruturar a proposta de reforma: a *Agenda para a Paz* e a *Agenda para o Desenvolvimento*. Sob forte oposição dos Estados Unidos, Boutros-Ghali não conseguiu renovar seu mandato à frente da Secretaria-Geral da ONU. Seu substituto, Kofi Annan, no primeiro ano de sua administração, em 1997, retomou a questão das mudanças na estrutura da ONU, ao dar publicidade ao documento *Renovação das Nações Unidas: um Programa de Reforma*, texto no qual apontava as propostas de mudanças até então apresentadas por seus antecessores, afirmando que o processo de reforma deveria ser amplo e permanente. Nesses documentos, Kofi Annan chamava a atenção para a penúria orçamentária da Organização, propunha, prioritariamente, o fortalecimento da Assembléia Geral e do Secretariado e, além disso, uma melhor interface da ONU com as organizações não-governamentais, a criação de mecanismos para dar maior rapidez e efetividade às operações de manutenção da paz e à promoção do desenvolvimento sustentável, ao combate ao crime, ao tráfico de drogas e ao terrorismo internacionais. Para dar seqüência ao projeto, Kofi Annan, em dezembro de 2003, instalou, em Nova Iorque, uma Comissão Mundial, presidida por Anand Panyarachum, antigo primeiro-ministro da Tailândia, composta por 16 personalidades² de alto prestígio internacional, oriundas de diversos Estados, para coadjuvá-lo na elaboração do projeto de reforma das Nações Unidas.

Tal expediente propiciou a formação do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças,³ que, durante todo o ano de 2004, ouviu, em

¹ BAUMAN, Zigmunt. *Europa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pág. 46.

² Membros do Painel de Alto Nível das Nações Unidas sobre Ameaças, Desafios e Mudanças.

Anand Panyarachum (TAILÂNDIA) Presidente do Painel; Roberto Badinter (FRANÇA); João Clemente Baena Soares (BRASIL); Gro Harlem Brundtland (NORUEGA); Mary Chimery-Hesse (GANÁ); Gareth Evans (AUSTRÁLIA); David Hannay (REINO UNIDO); Enrique Iglesias (URUGUAI); Amre Moussa (EGITO); Satish Nambiar (ÍNDIA); Sadako Ogata (JAPÃO); Yevgeny Primakov (RÚSSIA); Qian Qichen (CHINA); Nafis Sadik (PAQUISTÃO); Salim Ahmed Salim (TANZÂNIA); Brent Scowcroft (ESTADOS UNIDOS).

³ Ver SOARES, João Clemente Baena. *As Nações Unidas Diante das Ameaças, dos Desafios, das Mudanças*. Dossiê CEBRI – Volume I – Ano 4 – Rio de Janeiro: CEBRI, 2005.

consultas regionais, seminários e *workshops*, representantes dos diversos setores dos países-membros das Nações Unidas. Dessas atividades resultou o relatório *Um Mundo mais Seguro: nossa Responsabilidade Comum*, em 129 páginas, contendo 101 recomendações, e que foi entregue ao secretário-geral Kofi Annan no dia 2 de dezembro de 2004.

O “Painel” identifica, ao lado de antigos e persistentes conflitos, as novas situações e as novas ameaças que flagelam os indivíduos e as nações neste século XXI, protestando, entre outras coisas, por ações multilaterais que favoreçam a segurança biológica. O relatório reafirma o conceito de que “pobreza é também questão de segurança, além do problema do desenvolvimento”. Mostra, por exemplo, como a epidemia da AIDS, que incide sobre o continente africano com maior intensidade do que em outras partes do mundo, constitui mais uma ameaça global. Duas importantes sugestões do “Painel” já foram implementadas: a transformação da antiga Comissão de Direitos Humanos em Conselho de Direitos Humanos e a criação da Comissão de Consolidação da Paz.

Além do Painel de Alto Nível, o então secretário-geral Kofi Annan instituiu duas outras importantes comissões internacionais para auxiliá-lo na preparação do projeto definitivo de reforma das Nações Unidas: o “Grupo Cardoso”, criado em fevereiro de 2003, sob a presidência do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, composto por 12 personalidades⁴ de destaque em suas áreas de atuação, com a missão de estudar e fazer recomendações sobre formas de melhorar a interação entre a sociedade civil e as Nações Unidas. A outra Comissão criada por Kofi Annan foi chefiada pelo professor Jeffrey D. Sachs e composta por 265 especialistas em questões relacionadas com o desenvolvimento. O relatório final dessa Comissão, intitulado *Projeto do Milênio da ONU: Investir no Desenvolvimento*, propõe um conjunto de medidas concretas para o cumprimento das Metas do Milênio, documento que foi aprovado na “Cúpula do Milênio”, realizada entre 6 e 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque, com o objetivo de alcançar, até 2.015, uma redução de, pelos menos, 50%, da pobreza extrema no mundo e melhorar, radicalmente, as condições de vida de 1 bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento: 1) erradicar a extrema pobreza e a fome; 2) expandir o ensino básico universal; 3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

⁴ Composição do “Grupo Cardoso”: embaixador Bagher Asadi (Irã); sociólogo Manuel Castells (Espanha); sra. Birgitta Dahl (Suécia); sra. Peggy Dulany (EUA.); embaixador André Erdos (Hungria); Sra. Asma Khader (Jordânia); Sr. Juan Mayr (Colômbia); sra. Malini Mehra (Índia); Sr. Kumi Naidoo (África do Sul); Sra. Mary Racelis (Filipinas); Sr. Prakash Ratilal (Moçambique) e Sra. Aminata Traore (Mali).

O Relatório Sachs aponta as razões pelas quais pouco se avançou no cumprimento dessas metas, concluindo que os recursos necessários para atingi-las poderiam, sem maiores dificuldades, ser cobertos pelos países ricos.

Com base nas recomendações do referido Painel de Alto Nível, e nas sugestões dos Relatórios Cardoso e Sachs, Kofi Annan encaminhou à Assembléia Especial Comemorativa dos 60 anos das Nações Unidas o projeto de reestruturação do organismo, condensado no relatório *Uma Liberdade mais Ampla – Rumo à Segurança, Desenvolvimento e Direitos Humanos para Todos*. Desse documento constam, entre outras propostas, a reforma do Conselho de Segurança e dos demais órgãos principais da ONU, bem como a criação do Conselho de Direitos Humanos e as sugestões para tornar efetivo o cumprimento dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

Além das contribuições do Painel e dos dois outros citados “Grupos”, o secretário-geral incluiu em seu projeto de reforma as recomendações do “Grupo Brahimi” sobre as mudanças que a ONU precisa operacionalizar para tornar mais eficientes suas operações de paz. Este “Grupo”, presidido por Lakhdar Brahimi, ministro das Relações Exteriores da Argélia, foi composto por nove especialistas, oriundos de todos os continentes, com ampla experiência em assuntos humanitários, em desenvolvimento e em atividades policiais e militares voltadas à manutenção da paz.⁵

É oportuno salientar que o “Relatório Brahimi” não recomenda a formação de uma força permanente das Nações Unidas para a manutenção da paz. Reconhece que as Nações Unidas, em muitos casos, fracassaram em sua precípua função de manter a paz e a segurança internacionais. Aponta situações em que as operações de paz foram bem sucedidas, como no Timor-Leste, e propõe soluções para questões como financiamento das operações de paz, ação preventiva das Nações Unidas em situações de provável conflito e oferece sugestões sobre a composição das forças de paz.

A REFORMA DA CARTA

A Carta das Nações Unidas é um tratado internacional de categoria especial. Não é uma convenção multilateral como outra qualquer, que cria direitos e obrigações somente para seus signatários. Embora possua características constitucionais, uma vez que hierarquicamente seus dispositivos se sobrepõem aos de qualquer outro tratado internacional que estiver em conflito com a mesma, a Carta não é uma Constituição mundial; trata-se, isto sim, de

⁵ “O Relatório Brahimi identificou as falhas da Organização ao lidar com as operações de paz, projetou os cenários das futuras missões, conclamou a ONU e os estados-membros ao fim das “meias-medidas” e à adoção de mandatos claros e exeqüíveis. Advertiu sobre critérios de análise mais objetiva dos conflitos, estabeleceu processos de planejamento integrado, sugeriu a melhoria das estruturas operacionais e logísticas, bem como recomendou o aperfeiçoamento das metodologias de treinamento padronizado para todos os componentes das missões de paz. Dessa forma, traçou estratégias mais seguras e eficientes para as futuras missões, coordenando cada passo ou decisão com os países contribuintes, que assim se tornam co-responsáveis pelo processo”. Ver site <http://www.exercito.gov.br/VO/187/ebpaz.htm>. Consulta em 20/06/2006.

um tratado *sui generis*, que confere à Organização vida própria e personalidade jurídica distinta da que é reconhecida aos Estados-membros. “Esse elemento orgânico-constitutivo – destaca Antônio Augusto Cançado Trindade – serve não apenas para distinguir tais instrumentos de outros tratados multilaterais, mas é um fator básico na apreciação de qualquer aspecto particular da operação desses instrumentos”.⁶ A universalidade da ONU sustenta-se na alínea 6 do artigo 2º de sua Carta. Este dispositivo obriga os Estados-membros da Organização a cumprirem todos os princípios enumerados no referido art. 2º. Na medida em que a Carta das Nações Unidas foi discutida, votada, e entrou em vigor há sessenta anos, é natural que muitos dos seus mandamentos estejam hoje superados; muitos deles esperam, há tempos, por reforma ou emendas, outros devem ser sumariamente suprimidos, por obsolescência total. É o caso, por exemplo, dos artigos 26, 45, 46 e 47, que dispõem sobre o estabelecimento, nunca concretizado, de uma “Comissão de Estado-Maior” destinada a orientar e assistir o Conselho de Segurança em todas as questões relativas às exigências militares do próprio Conselho. Da mesma forma, dos artigos 53 e 107, que fazem menção a “Estado que durante a Segunda Guerra Mundial foi inimigo de qualquer signatário da Carta”. O capítulo XIII, que instituiu o Conselho de Tutela, está completamente superado. Em 1994, o Conselho de Segurança pôs fim ao acordo de administração do último território sob tutela, as Ilhas Palau, que estavam sob a administração dos Estados Unidos.⁷

Os fundadores da ONU, quando elaboraram a sua Carta, se preocuparam em não repetir os erros que levaram a Sociedade das Nações ao fracasso.⁸

⁶ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, págs. 27/28.

⁷ Discutindo a origem e a natureza da Carta das Nações Unidas, Adriano Moreira destaca que seus idealizadores buscaram estabelecer em seu texto a convergência de dois legados do Ocidente: por um lado, o *legado maquiavélico*, centrado na crueza do realismo político, na redução da política às relações de poder e à hierarquia entre os Estados, que se expressa na composição autocrática do Conselho de Segurança e no direito de veto atribuído exclusivamente aos membros permanentes; por outro, o *legado humanista* voltado à perspectiva de construção de uma ordem internacional fundamentada na igualdade jurídica dos Estados e em normas legais que sustentariam uma associação de Estados, e, nessa linha, colocariam a força e o poder político destes a serviço de um normativismo justo. Esse *legado humanista* está consagrado no estatuto e na horizontalidade da Assembleia Geral, onde a ficção da igualdade jurídica se expressa no democrático sistema de votação, ou seja, cada Estado um voto. Esses dois legados culturais, por natureza, são obviamente contraditórios; entretanto, segundo Adriano Moreira, eles não seriam de todo incompatíveis, uma vez que “andam aparentemente reunidos na definição da regra de direito: uma norma justa cuja observância é garantida pela força ou poder do Estado. De fato, neste último caso, trata-se de supor que a força ou poder político respeitará e se porá ao serviço de apenas um normativismo justo, decorrente de valores ou de um direito que o transcende”. Ver, MOREIRA, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina, 2002, pág. 569/570.

⁸ A Sociedade das Nações, durante sua existência, examinou 66 disputas entre os Estados-membros, das quais conseguiu solucionar apenas 35. Entre 1925 e 1932, a Organização conseguiu seus maiores êxitos. Em 1927, com a assinatura do Pacto Briand-Kellog, os Estados Unidos ensaiaram uma aproximação com a Instituição. Contudo, os anos 1935/1939 foram decisivos para o futuro da SDN. São deste período os seus maiores fracassos. Não conseguiu impedir a ingerência da Alemanha e da Itália na Guerra Civil Espanhola (1936/1938), assim como nada pôde fazer, anteriormente, diante da invasão da China pelo Japão (1931), e da Etiópia pela Itália (1935/1936). A SDN reagiu à invasão da Finlândia pela URSS expulsando a potência comunista dos seus quadros. Como observa Karl Deutch, essa expulsão foi um gesto sem efeitos, pois a força moral da SDN fora destruída por sua própria passividade diante das violações do Direito Internacional perpetradas pelas potências do Eixo. Ver DEUTCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Editora UnB, 1978, págs. 221/223.

Consideraram, na devida conta, que “os fatos da realidade internacional são as rivalidades de poder, as contradições de interesses e as incompatibilidades ideológicas”.⁹ Assim, o modelo adotado para nortear o sistema decisório do Conselho de Segurança, ao instituir o direito de veto para os membros permanentes, teve como objetivo evitar que a ONU viesse a perder, no que respeita à sua abrangência, o caráter verdadeiramente universal, isto é, que Estados de peso e importância real no sistema internacional pudessem ser expulsos, como acontecera, em 1939, com a União Soviética, excluída da SDN em razão de sua agressão a Finlândia.

As reformas propostas para a Assembléia Geral direcionam-se no sentido de revitalizá-la como foro universal e democrático, onde as questões que afetam a humanidade possam ser discutidas e encontradas as soluções pertinentes. Para tal, existem sugestões no sentido de ampliar o apoio institucional e financeiro ao órgão, dotá-lo de pessoal adequado para que possa estender seu calendário por todo o ano. A reforma da Assembléia Geral deve proporcionar-lhe condições para o exercício de uma efetiva autoridade orçamentária¹⁰ e para a modernização de sua agenda e de seus procedimentos.

O Painel de Alto Nível recomenda que as mudanças na Assembléia Geral devam levar à formação de um consenso em torno de uma visão mais ampla e eficaz da segurança coletiva; da mesma forma, buscar a simplificação de sua carga temática, de forma a refletir os principais desafios contemporâneos; deverá criar condições para “evitar os projetos de resoluções repetitivos, obscuros ou inaplicáveis” e, a exemplo do “Relatório Cardoso”, sugere a criação de um mecanismo eficiente para o diálogo com as organizações da sociedade civil internacional.

O “Grupo Cardoso” recomenda que a Assembléia Geral, antes de suas reuniões principais, ofereça às organizações não-governamentais audiências interativas e, além disso, construa canais permanentes de interface com essas mesmas instituições.

As resoluções 58/126 e 58/316, adotadas pela Assembléia Geral em 19 de Dezembro de 2003 e 1º de julho de 2004, respectivamente, conformam medidas concretas para reorganizar o trabalho e racionalizar as práticas das seis principais Comissões da Assembléia Geral e reforçar o papel da mesa diretora do órgão.

O Conselho Econômico e Social – ECOSOC –, desde a aprovação da Carta das Nações Unidas, passou por duas importantes modificações em sua estrutura. Em 31 de agosto de 1965, entrou em vigor uma emenda à Carta aumentando, de 18 para 27, o número de assentos no Órgão. Em 24 de setembro de 1973, outra emenda alterou esse número para 54.

⁹ Ver, ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1979, pág. 671.

¹⁰ O artigo 17 da Carta da ONU estabelece que a Assembléia Geral é o órgão competente para considerar e aprovar o orçamento da Organização.

O Painel de Alto Nível sugere que o Conselho Econômico e Social se concentre nos temas mais importantes da “Declaração do Milênio” e se transforme em órgão realmente eficaz na liderança normativa e na capacidade analítica dos temas econômicos e sociais. Nessa mesma linha, recomenda que seja oferecida ao ECOSOC a possibilidade de transformar-se num fórum para o acompanhamento aberto e transparente da realização das metas de desenvolvimento pelos Estados.

O relatório do Painel de Alto Nível recomenda também a criação, no âmbito Conselho Econômico e Social, de um foro negociador para tratar dos desafios da pobreza, da saúde e do meio-ambiente, e dos problemas em áreas como ajuda externa, tecnologia e comércio exterior.

Um importante avanço no processo de reforma das Nações Unidas foi concretizado em 15 de março de 2006. Em expressiva votação – 170 votos a favor, 4 contrários e 3 abstenções, a Assembléia Geral, pela Resolução A/RES/60/251, aprovou a criação do Conselho de Direitos Humanos. A idéia de sua instituição foi lançada por Kofi Annan, em discurso pronunciado, em 7 de abril de 2005, perante a Comissão de Direitos Humanos, em Genebra, e reafirmada no documento que ele encaminhou à Cúpula das Nações Unidas sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio, que se reuniu em setembro de 2005. A Cúpula de setembro de 2005 apenas aprovou a criação de um Conselho de Direitos Humanos para substituir a contestada e polêmica Comissão de Direitos Humanos do ECOSOC. A composição do Conselho, suas finalidades, os critérios para a eleição dos membros e demais dispositivos e procedimentos que fundamentaram a resolução A/RES/60/251 resultaram de negociações entabuladas durante cinco meses entre os países-membros com o objetivo de se conseguir um texto amplo o suficiente para se obter o apoio de todos. Essas negociações foram conduzidas pelo presidente da Assembléia Geral, Embaixador Jean Eliasson, coadjuvado pelos *co-chairs* embaixadores Ricardo Alberto Arias, do Panamá, e Dumisani S. Kumalo, da África do Sul.

O Conselho de Direitos Humanos, já em pleno funcionamento, compõe-se de 47 membros (eram 53 na extinta Comissão), eleitos em votação secreta, por maioria absoluta (96 votos), ou seja, metade mais um do total dos Estados-membros das Nações Unidas (191), fato que confere maior legitimidade ao novo Conselho. Vale lembrar que os membros da Comissão de Direitos Humanos eram escolhidos por um colégio eleitoral restrito aos 54 membros do ECOSOC.

As 47 cadeiras do Conselho de Direitos Humanos estão, atualmente, ocupadas mediante o seguinte critério geográfico: África, 13; Ásia, 13; Europa do Leste 6; América Latina e Caribe, 8; Europa Ocidental e outros Estados, aqui incluídos os Estados Unidos e o Canadá, 7.

O governo norte-americano resolveu não pleitear uma das 47 vagas. Votaram contra o projeto de criação do Conselho os Estados Unidos, Israel,

Ilhas Marshall e Palau, e as abstenções correram por conta de Venezuela, Bielorrússia e Irã. Os Estados-membros do Conselho de Direitos Humanos poderão ser suspensos, se ficar comprovado que são responsáveis por violações graves ou sistemáticas de direitos humanos nos seus territórios. Os membros eleitos disporão de um mandato de três anos e não poderão pleitear a reeleição após dois mandatos consecutivos.

Ao justificar seu voto contrário à criação do Conselho, nos termos propostos pelo projeto de resolução, o então embaixador dos Estados Unidos na ONU, John Bolton, afirmou que não tinha suficiente confiança de que o novo Conselho seria mais eficiente do que a antiga Comissão.

Há hoje um consenso sobre a inquestionável interface entre direitos humanos, segurança e desenvolvimento. O próprio Kofi Annan, em todas as oportunidades, tem insistido nessa assertiva. Pretende-se, com a criação do Conselho, dotar as Nações Unidas de um mecanismo mais ágil, mais eficiente, sem a politização da antiga Comissão de Direitos Humanos e que dispense aos direitos humanos a mesma atenção que é dada, no âmbito da ONU, às questões relativas à segurança internacional.

Conforme dispõe a Resolução A/RES/60/251, o Conselho de Direitos Humanos, que entrou em funcionamento no dia 19 de junho de 2006, atuará como órgão subsidiário da Assembleia Geral e suas atividades serão avaliadas pela mesma Assembleia após cinco anos de sua instalação.¹¹

As propostas para modernizar o Secretariado voltam-se todas para a necessária racionalização administrativa e financeira do órgão. Os problemas decorrentes da inadequada administração do Programa Petróleo por Alimentos no Iraque trouxeram à tona uma série de questões que apontam a ineficácia gerencial e administrativa de estruturas da Secretaria Geral da ONU.

Há uma outra questão importante que a reforma deveria considerar. Trata-se de emendar o artigo 96 da Carta da ONU para incluir, de forma expressa e clara, o Secretariado entre os órgãos das Nações Unidas que podem solicitar opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça, considerando a relação complementar existente entre o Conselho de Segurança, a Assembleia Geral e o Secretariado.

A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

A reforma do Conselho de Segurança é urgente e absolutamente necessária para assegurar-lhe maior legitimidade e renovar a confiança da opinião pública mundial nas Nações Unidas. Trata-se, portanto, da reforma central. A composição

¹¹ A Comissão de Direitos Humanos encerrou suas atividades no dia 16 de junho de 2006. O novo Conselho se reunirá três vezes ao ano durante um período total de dez semanas. A Comissão se reunia uma só vez ao ano durante seis semanas.

e as funções atribuídas pela Carta da ONU ao Conselho de Segurança estão consagradas nos Capítulos V, VI, VII, VIII, XII e XIV. Em conjunto com a Assembléia Geral, o Conselho possui as competências que lhes são reservadas pelos artigos 23 e 96 da Carta, e 4º do Estatuto da Corte Internacional de Justiça.

Nestas notas sobre a reforma do Conselho de Segurança é importante salientar que a composição do Conselho de Segurança, bem como a sua instalação nos primeiros dias do pós-guerra, foi determinada por acontecimentos políticos que hoje estão amplamente superados. Como escreve Carrillo Salcedo,

não se pode ignorar que as Nações Unidas surgiram originariamente como uma coalizão para a guerra (Declaração das Nações Unidas de 1º de janeiro de 1942); que a Conferência de São Francisco se iniciou no mesmo dia em que os soviéticos entraram em Berlim; que a ONU sempre esteve dominada pelo clima de guerra, cujo esforço gravitava fundamentalmente sobre as Grandes Potências; e que, finalmente, a sua criação se deu em um tempo em que a desconfiança entre ocidentais e soviéticos era já manifesta.¹²

Há hoje uma nova realidade política, estratégica e econômica no mundo. A nova ordem internacional, por estar ainda em estado difuso, não permite que se possa defini-la com clareza, como acontecia com a ordem ialtiana. A política de segurança que, antes, centrava-se no equilíbrio do terror e na não-proliferação nuclear, hoje tem seu eixo principal na luta contra o terrorismo internacional, o crime organizado em termos planetários, o combate às pandemias, o enfrentamento às possibilidades de proliferação de artefatos nucleares e de seus vetores, e de outras armas de destruição em massa e, de forma especial, nas questões relativas à segurança alimentar e à proteção ambiental no plano mundial, entre outros fatores.

Ao tempo em que se constituiu, o Conselho de Segurança era composto por 11 Estados-membros – 5 permanentes e 6 não-permanentes – números que correspondiam a 21,56% dos 51 membros originários da ONU. Como atualmente as Nações Unidas congregam 192 Estados, e são 15 os assentos no Conselho de Segurança – 10 não-permanentes e 5 permanentes –, dessa situação resulta uma representatividade de apenas 7,85% do total de membros das Nações Unidas.

¹² CARRILLO SALCEDO. Juan Antônio. *El Derecho Internacional em Perspectiva Histórica*. Madrid: Editorial Tecnos, S. A., 1991, pág. 77.

A atual composição do Conselho de Segurança não reflete, portanto, a realidade política, econômica e estratégica dos tempos atuais. Além disso, como ficou anteriormente assinalado, tal situação não lhe confere representatividade nem legitimidade. Estados como o Japão e a Alemanha, cujo peso econômico e tecnológico é incontestável, potências regionais como o Brasil e a Índia, com presenças destacadas na vida internacional, em nome do próprio realismo que norteou a formação inicial do Conselho, não podem ficar à margem das grandes decisões políticas que devem ser tomadas pelo Conselho de Segurança.

Foi na 34ª Assembléia Geral, celebrada em 1979, que o tema de uma nova reforma para ampliação do número de membros do Conselho de Segurança entrou em discussão. Antes, em 1963, em razão do processo de descolonização e da conseqüente entrada nas Nações Unidas de dezenas de novos Estados, ampliou-se o número de cadeiras no órgão em decorrência da aprovação pela Assembléia Geral de emenda ao artigo 23 da Carta. Tal modificação, que entrou em vigor em 31 de agosto de 1965, incorporou mais quatro membros não-permanentes, passando de 11 para 15 os assentos no referido Conselho. Em razão dessa ampliação, emendou-se, também, o artigo 27 da Carta, para ajustar o sistema de votação. Assim, as decisões do Conselho de Segurança sobre questões processuais, para serem aprovadas, passaram a exigir o voto afirmativo de nove membros – anteriormente sete – e, sobre todas as demais questões, pelo voto afirmativo de nove membros - anteriormente eram necessários sete votos afirmativos –, inclusive os votos afirmativos de todos os membros permanentes.

Como já foi mencionado, em 1979, no 34º período de sessões da Assembléia Geral, diante do aumento do número de Estados membros das Nações Unidas, a necessidade de dotar o Conselho de Segurança de uma composição mais equitativa entrou na agenda da Organização. Assim, uma proposta formulada pela Argélia, em conjunto com Argentina, Bangladesh, Butã, Guiana, Índia, Maldivas, Nepal, Nigéria e Sri Lanka, dava início à discussão sobre o tema, fato que repercutiria nas reuniões da Assembléia nos anos seguintes. Em razão disso, a Assembléia Geral aprovou as resoluções 47/62 (1992) e 48/26 (1993). Esta última criou um grupo de trabalho, de composição aberta, para examinar as possibilidades de aumento do número de membros do Conselho de Segurança, bem como analisar seus métodos de trabalho. Questões polêmicas, como o direito de veto, foram objeto de discussão no âmbito desse grupo de trabalho, mas, ao final, não se conseguiu chegar a um acordo. Na 51ª sessão da Assembléia Geral o embaixador malásio Razali apresentou uma proposta concreta de reforma do Conselho de Segurança. O “Plano Razali”, como ficou conhecido, propugnava pela criação de cinco novas cadeiras permanentes que seriam assim distribuídas: duas a serem preenchidas por países desenvolvidos, e as outras três obedeceriam ao critério regional, isto é, seria destinada uma para cada grande região: África, América Latina e Ásia. Além desses cinco postos permanentes o “Plano Razali” sugeria ainda a

distribuição de mais três assentos não-permanentes às mesmas regiões e mais um não-permanente a ser ocupado por um Estado da Europa Oriental. Este projeto de ampliação do Conselho não chegou a ser votado. Os Estados Unidos ofereceram-lhe forte resistência, uma vez que não concordavam em passar para 24 o número de membros do Conselho de Segurança.

Na tentativa de se construir as condições políticas para efetivar a reforma, em 23 de novembro de 1998, a Assembléia Geral aprovou a resolução 53/30, estabelecendo medidas imprescindíveis a serem adotadas no processo de reforma do Conselho de Segurança.

Na sequência dessas ações, em 8 de setembro de 2000, os Chefes de Estado e de Governos presentes à Cúpula do Milênio aprovaram a *Declaração do Milênio*, cujo parágrafo 30 dispõe que os Estados membros da ONU devem redobrar esforços no sentido de reformar amplamente o Conselho de Segurança, em todos os seus aspectos.

Após a invasão do Iraque pela coalizão comandada pelos Estados Unidos, em março de 2003, e com o recrudescimento do terrorismo internacional e de outras ameaças e desafios, a reforma do Conselho de Segurança entrou definitivamente na ordem do dia. Mesmo os Estados, que antes se negavam a apoiar qualquer mudança no órgão, hoje já não se opõem, discutem agora a forma e a amplitude das modificações. Segundo o ex-secretário-geral Kofi Annan, “todo membro da ONU concorda que o Conselho tem que ser reformado porque não reflete mais a realidade política de hoje. Sobre o que falta entendimento é como reformar”.¹³

Ainda com referência às conclusões do Painel de Alto Nível, é conveniente chamar a atenção para o fato de que no relatório final apresentado ao secretário-geral destaca-se, entre as 101 recomendações a que chegaram seus ilustres membros, a necessidade de que sejam atribuídas “responsabilidades adicionais” ao Conselho de Segurança, tais como: a) examinar relatórios semestrais dos diretores-gerais da Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA – e da Organização para a Proscrição das Armas Químicas – OPAQ; b) em casos de suspeita ou de graves irrupções de epidemias, enfim, de segurança sanitária, o Conselho de Segurança se obriga a consultar o diretor-geral da OMS; c) “adotar uma tabela de sanções predeterminadas contra Estados que não cumpram as resoluções contra o terrorismo”; e d) criar uma Comissão de Construção da Paz, em consulta com o ECOSOC.¹⁴

Como já foi mencionado, a Comissão de Construção da Paz já está estabelecida. Criada em dezembro de 2005, pelas Resoluções 60/180, da

¹³ Entrevista ao *Jornal do Brasil*, Caderno “Mundo” edição de 14 de outubro de 2005, pág. 28.

¹⁴ SOARES, João Clemente Baena. O Caminho das Nações Unidas. In: *Carta Mensal*. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, n° 607, volume 51, Outubro de 2005, pág. 43.

Assembléia Geral, e 1645 do Conselho de Segurança, esta importante Comissão tem como objetivo auxiliar os países recém-saídos de conflitos armados a alcançarem estabilidade política e econômica. A Comissão de Construção da Paz está composta por 31 membros, eleitos em 12 de maio de 2006 e recrutados da seguinte forma: 7 oriundos do Conselho Econômico e Social (ECOSOC); 7 da Assembléia Geral; 7 do Conselho de Segurança (os cinco permanentes e, para o primeiro mandato, Dinamarca e Tanzânia); 5 maiores contribuintes financeiros da Organização e 5 maiores contribuintes de tropas para operações de paz.¹⁵

Por sua importância, os temas que têm centralizado as atenções gerais em relação à reforma do Conselho de Segurança compreendem a questão básica do número de seus componentes, especialmente o quadro de membros permanentes, e, ao lado disso, o sistema de veto.

Atualmente são quinze assentos no Conselho de Segurança: cinco permanentes e dez não permanentes. As propostas de reforma do Conselho são variadas. O Painel de Alto Nível, por exemplo, propõe: a) criação de seis novos membros permanentes, sem direito a veto e mais três novos membros não-permanentes com mandato de dois anos; b) não seriam criados novos postos permanentes; entretanto seria instituída uma nova categoria de membros não-permanentes, em número de oito, que teriam mandato de quatro anos renováveis, e mais um novo assento com mandato de dois anos, não renovável. Em qualquer das opções, o Conselho de Segurança passaria a conter 24 cadeiras. A proposta apresentada por Kofi Annan é bem simples: ampliar o Conselho de Segurança para 21 membros, sugerindo duas opções: criação de seis novos postos permanentes, sem direito de veto; ou criação de seis novos assentos não-permanentes.

A proposta apresentada por Brasil, Índia e Alemanha inicialmente contava com o apoio do Japão. Este país formava com os outros três o Grupo dos 4. Contudo, no início de janeiro de 2006, o governo japonês, embora reafirmando que sua atitude não acarretaria o fim do G-4, retirou-se do Grupo, por considerar prematura a iniciativa de uma resolução perante a Assembléia Geral sobre a ampliação do Conselho. Os japoneses, contudo, não desistiram de pleitear um posto permanente no Conselho de Segurança; prosseguem trabalhando para contornar a oposição chinesa e conseguir o apoio dos Estados Unidos à reforma. A proposta de emenda apresentada por Brasil, Índia e Alemanha indica que o Conselho de Segurança passaria das 15 cadeiras atuais para 25, compreendendo, assim, mais seis permanentes e quatro não-permanentes. Os novos membros permanentes não teriam poder de veto. As cadeiras permanentes seriam ocupadas pelos membros do agora G-3, pelo Japão e por dois Estados africanos.

¹⁵ A criação da Comissão de Construção da Paz na estrutura das Nações Unidas concretiza antiga aspiração dos países em desenvolvimento. Na década de noventa o Brasil apresentara proposta nesse sentido.

A questão do direito de veto ficaria para posterior discussão, ou seja, 15 anos após a eleição dos Estados que entrarem para o Conselho de Segurança em decorrência dessa projetada mudança. Os países-membros do então G-4, no primeiro momento, defendiam a criação de novos postos permanentes com direito de veto. Posteriormente, para não inviabilizar a reforma, passaram a aceitar a possível situação de membro permanente, sem poder de veto. A China, porque não admite a entrada do Japão no Conselho, é contra a proposta.

Um grupo de Estados, denominado “Unidos pelo Consenso”, reunindo Paquistão, Argentina, Canadá, Itália e México, é apenas favorável à criação de dez novas cadeiras não-permanentes.

A União Africana (UA), representando 53 Estados da região, encaminhou uma proposta de resolução na qual propõe aumentar para 26 o número de membros do Conselho de Segurança, dos quais seis teriam assentos permanentes com direito a veto.

Existem outras propostas, classificadas como obstrucionistas, patrocinadas por Estados que não teriam condições de ingressar no Conselho como membros permanentes. Estes defendem que o ideal seria a inclusão apenas do Japão e da Alemanha como membros permanentes plenos, portanto com direito a veto, e, ao lado disso, a criação de assentos regionais rotativos, o aumento do número de membros não-permanentes e, por fim, a criação de uma outra categoria de membros: os permanentes sem direito de veto.

A reforma do Conselho de Segurança é urgente para trazê-lo à realidade do nosso tempo, para que as Nações Unidas possam atuar de forma mais harmoniosa e efetiva em suas duas vertentes de ação: manter a paz e a segurança internacionais, e realizar ações humanitárias, sociais e culturais em todo o mundo.

Em recente pronunciamento sobre a necessidade de fortalecer as Nações Unidas e o multilateralismo, o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton (1993-2001), com a autoridade de quem comandou o mais importante Estado membro da ONU, declarou o seguinte: “Nós temos que construir as organizações internacionais e, se elas não funcionam bem, temos que melhorá-las. Eu acho que o Conselho (de Segurança) deveria ser ampliado, dando uma cadeira para o Japão, outra para a Europa, outra para a Índia e outra para o Brasil, na América Latina”.¹⁶

A reforma do Conselho de Segurança é urgente para trazê-lo à realidade do nosso tempo, para que as Nações Unidas possam atuar de forma mais efetiva em suas duas vertentes de ação: manter a paz e a segurança internacionais e realizar ações humanitárias, sociais e culturais em todo o mundo.

¹⁶ *Clinton defende vaga para o Brasil no CS da ONU. In: Folha de São Paulo, edição do dia 1º de maio de 2007, Caderno A, pág. 9.*

O governo dos Estados Unidos, ainda indefinido sobre a extensão da ampliação do Conselho, defende a criação de uma ou duas cadeiras permanentes, sem direito de veto, e mais duas ou três não-permanentes. Ao que parece, os norte-americanos gostariam de patrocinar apenas a entrada do Japão como membro permanente. Aceitam um Conselho de Segurança composto, no máximo, por 20 membros. Além disso, exigem que os novos membros do Conselho de Segurança sejam escolhidos levando em conta o PIB do país, seu compromisso com a democracia e os direitos humanos e sua participação no financiamento das Nações Unidas. Outros critérios são também sugeridos pelos norte-americanos: capacidade militar, histórico de não-proliferação, engajamento na luta contra o terrorismo e contribuição e participação em forças de paz.

A polêmica questão do veto suscita as mais variadas sugestões. Embora reconhecendo o caráter anacrônico do atual sistema de votação no Conselho de Segurança, o “Painel” não propôs modificações nessa matéria. Por faltar condições políticas para o sucesso de qualquer proposta suprimindo o veto, o “Painel” propõe que seu emprego deva se limitar às questões realmente vitais. Ainda nessa linha, sugere aos membros permanentes que evitem recorrer de forma excessiva ao veto para não paralisar o Conselho, registrando, ainda, que, a partir de 1946, foram apostos 257 vetos, sendo 80 por iniciativa dos Estados Unidos, 122 pela União Soviética/Rússia, e os restantes pelos outros membros permanentes.¹⁷ São inúmeras as manifestações pela total supressão do veto. Algumas propostas aparecem indicando que o veto só se aplicaria em questões que deveriam ficar claramente tipificadas no capítulo VII da Carta, outras apontam que da reforma da Carta deveria constar um artigo esclarecendo quais seriam as matérias classificadas como processuais.

Vale ressaltar que, ainda no campo das sugestões, circulam propostas no sentido de exigir do membro permanente que vetar uma matéria o faça por escrito, esclarecendo as razões que o levaram a tomar tal atitude.

No contexto da projetada reforma do Conselho de Segurança, há outra questão relevante, que deveria ser objeto de discussão e ser destaque na pauta do processo de mudanças. Trata-se da necessidade do estabelecimento de mecanismos de controle da legalidade dos atos praticados pelo Conselho de Segurança.

Essa questão vem sendo discutida pela doutrina desde os primeiros tempos de existência da ONU. Não há, entretanto, um órgão jurídico internacional competente para exercer tal controle. O tema é da maior importância e deveria fazer parte da agenda de reforma das Nações Unidas. Em nenhuma das Comissões que coadjuvaram o secretário-geral nos estudos

¹⁷ Ver SOARES, João Clemente Baena. *O Caminho das Nações Unidas*, pág. 45.

para a reforma esse assunto foi tratado. Como bem assinala Antônio Augusto Cançado Trindade, “com o passar dos anos, a necessidade desse controle de legalidade tem se tornado manifesta, sobretudo à medida em que as Nações Unidas ocupam um espaço cada vez maior em um cenário internacional marcado por novos e intensos conflitos, inclusive internos. Urge estabelecer um regime jurídico de controle da legalidade dos atos dos órgãos políticos internacionais, no âmbito das reformas da Carta das Nações Unidas”.¹⁸

Em razão disso, entendo que a sugestão mais adequada seria ampliar a competência da Corte Internacional de Justiça e encarregá-la do exercício dessa necessária atividade. Os adversários dessa posição afirmam que sujeitar as decisões do Conselho de Segurança a qualquer tipo de controle externo o enfraqueceria de forma inquestionável.¹⁹

Nesse contexto, não se pode deixar de mencionar que o problema esteve em pauta na Corte Internacional de Justiça no caso *Lockerbie*, ocasião em que este Tribunal entendeu que as decisões do Conselho de Segurança, tomadas com fundamento no capítulo VII da Carta, não podem ser reformadas por nenhuma instância internacional, por expressarem obrigações decorrentes de resoluções obrigatórias do mesmo Conselho. Em razão do que estabelece o artigo 103 da Carta da ONU, são superiores a qualquer tratado firmado pelos Estados. Esta referência ao artigo 103 se deu em razão da invocação pela Líbia, perante a Corte Internacional de Justiça, da Convenção de Montreal de 1971 sobre a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil. O governo líbio apontava a Convenção de Montreal para sustentar o pedido de medidas conservatórias que lhe garantissem o direito de julgar em seu território os indiciados no caso da explosão do avião da *Pan Am* quando sobrevoava *Lockerbie*, na Escócia, no dia 21 de dezembro de 1988. Em 1991, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos solicitaram a extradição dos responsáveis pelo crime – dois indivíduos de nacionalidade líbia – para serem processados. O governo líbio silenciou-se diante do pedido. Os interessados na extradição recorreram ao Conselho de Segurança e este, mediante resolução com base no capítulo VI da Carta – Resolução 731 de 21 de janeiro de 1992 – ordenou ao governo Khadafi que se manifestasse sobre o pedido de extradição. Diante disso, a Líbia, com base na citada Convenção de Montreal, recorreu à Corte solicitando as medidas conservatórias já mencionadas, uma vez que dispositivos dessa Convenção facultam ao Estado julgar ou extraditar os indiciados. Contudo, em 31 de março

¹⁸ *Direito das Organizações Internacionais*, pág. 841.

¹⁹ “Não há órgão específico encarregado de controlar a legalidade dos atos da ONU. O não controle dos atos do CS prende-se à sua importância e o controle pela CIJ o enfraqueceria. Um controle *a priori* seria um entrave à sua rápida atuação. Poderia existir um controle *a posteriori* se a ação fosse ilegal daria margem a uma reparação. Acresce que a Corte tem afastado as denominadas questões políticas que não podem ser solucionadas pelo direito. No caso ‘O Incidente Aéreo de *Lockerbie* (1992)’ a CIJ afirmou que as obrigações decorrentes de uma resolução do CS são superiores a qualquer outro tratado”. Ver Mello, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000, págs. 647/648.

de 1992, o Conselho de Segurança aprovou uma nova resolução – Resolução 748 de 31 de março de 1992 –,²⁰ sobre o assunto, desta feita com fundamento no capítulo VII da Carta, ordenando à Líbia que concedesse a extradição dos dois acusados. A Corte Internacional de Justiça, em 14 de abril de 1992, negou o pedido líbio, alegando faltar-lhe competência para revisar atos do Conselho de Segurança praticados de conformidade com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Esta questão acabou sendo resolvida por acordo entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Líbia.²¹

Sobre o poder discricionário do Conselho de Segurança em relação ao uso da força, o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças das Nações Unidas propõe o estabelecimento de critérios que, fixados em resoluções do próprio Conselho e da Assembleia Geral, disciplinem e assegurem legitimidade a essa competência que é atribuída ao Conselho pela Carta da ONU. Para tanto, sugere que o recurso à força deverá, preliminarmente, levar em conta o seguinte: a gravidade da ameaça; verificar se, de fato, foram esgotadas todas medidas não-militares; considerar se a ação terá como objetivo prevenir ou impedir uma ameaça à paz e à segurança internacionais; atentar para a proporcionalidade dos meios militares a serem empregados; e, por fim, antes de decidir usar a força, avaliar, com muito cuidado, as conseqüências da provável ação do Conselho.²²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma das Nações Unidas é imprescindível para a continuidade desta importantíssima Instituição. Os problemas que afligem a humanidade são por demais graves e as soluções que exigem são inadiáveis. Considerando que o Conselho de Segurança é o principal órgão das Nações Unidas, as atenções estão voltadas para a polêmica da ampliação do número de seus membros, sobretudo daqueles com assentos permanentes. A atual composição do Conselho de Segurança configura uma estrutura anacrônica e oligárquica, que está longe de refletir a realidade política do mundo atual. Correntes preocupadas em democratizar as Nações Unidas advogam a supressão do veto e sugerem várias modalidades de votação para o Conselho de Segurança, como, por exemplo, a adoção do voto consensual. Dificilmente os atuais membros permanentes aceitarão a supressão do sistema de votação em vigor. Ele foi criado em alta exatidão para proteger os interesses dos Grandes.

²⁰ Sobre o tema ver TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Direito das Organizações Internacionais*, págs. 823/853.

²¹ Ver BEDJAOUÏ, Mohammed. *Nuevo Orden Mundial y Control de Legalidad de los Actos del Consejo de Seguridad*: Bilbao: Instituto Vasco de Administración Pública, 1995. Ver também, do mesmo autor, *Les Relations entre la Cour Internationale de Justice et les Autres Organes Principaux des Nations Unies*. In: BOUTROS Boutros-Ghali – *Amicorum Discipulorumque Liber*. Bruxelles: Bruylant, 1999, págs. 175/226.

²² Ver SOARES, João Clemente Baena. *O Caminho das Nações Unidas*, pág. 41.

Contudo, diante do que se passa no mundo atualmente, as Nações Unidas devem ser dotadas de mecanismos modernos que lhe permitam atender com eficiência e legitimidade todas as questões que lhe forem postas pelas entidades que compõem a atual sociedade internacional. Nessa direção, a reforma deve levar na devida conta a crescente capacidade da sociedade civil internacional de contribuir para a governança mundial.

As emendas à Carta, para serem aprovadas, devem obedecer ao que dispõe o artigo 108. Embora o texto deste artigo não confira aos membros permanentes o direito de vetar propostas de emendas, estas só entram em vigor se aprovadas por dois terços da Assembléia Geral e ratificadas por dois terços dos membros das Nações Unidas, inclusive todos os membros permanentes do Conselho de Segurança.

As propostas para mudanças no Conselho de Segurança, que estão em pauta, indicam apenas uma ampliação do órgão, uma tentativa de aproximação às realidades da atual distribuição do poder mundial. A ficar assim, sem alteração no sistema de votação, sem uma quebra da estrutura oligárquica implantada em 1945, não haverá, de fato, uma reforma do principal órgão das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1979.
2. BAUMAN, Zigmunt. **Europa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
3. BEDJAOUÏ, Mohammed, *Les Relations entre la Cour Internationale de Justice et les Autres Organes Principaux des Nations Unies*. In: **BOUTROS Boutros-Ghali – Amicorum Discipulorumque Liber**. Bruxelles: Bruylant, 1999.
4. BEDJAOUÏ, Mohammed. **Nuevo Orden Mundial y Controle de Legalidad de los Actos del Consejo de Seguridad**. Bilbao: Instituto Vasco de Administración Pública, 1995.
5. CARRILLO SALCEDO, Juan Antônio. **El Derecho Internacional em Perspectiva Histórica**. Madrid: Tecnos, S. A., 1991.
6. CLINTON defende vaga para o Brasil no CS da ONU. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 maio. 2007. Caderno A, pág. 9.
7. DEUTCH, Karl. **Análise das Relações Internacionais**. Brasília: Editora UnB, 1978.
8. MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
9. MOREIRA, Adriano. **Teoria das Relações Internacionais**. Coimbra: Almedina, 2002.
10. SOARES, João Clemente Baena. **As Nações Unidas Diante das Ameaças, dos Desafios, das Mudanças**. Dossiê CEBRI – Volume I – Ano 4 – Rio de Janeiro: CEBRI, 2005.
11. SOARES, João Clemente Baena. O Caminho das Nações Unidas. In: **Carta Mensal**. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, nº 607, volume 51, Outubro de 2005.
12. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direito das Organizações Internacionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COOPERAÇÃO GLOBAL E REGIONAL NA ÁREA DE SEGURANÇA: IMPLICAÇÕES PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA DOS EUA

Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos Teixeira Martins

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Antonio Carlos Teixeira Martins formou-se pela Escola Naval em 1965, possui os cursos de Comando e Estado-Maior e o de Política e Estratégia Marítimas nesta Instituição onde atualmente é instrutor. No serviço ativo foi oficial de suprimento do Navio-Aeródromo Minas Gerais, chefe de gabinete da Secretaria-geral da Marinha, e diretor da Imprensa Naval e da Caixa de Construção de Casas para Pessoal da Marinha.

RESUMO

O final da guerra fria e os ataques terroristas de 2001 tornam necessária a implantação de uma nova estratégia marítima para os EUA, capaz de enfrentar os novos desafios trazidos pela globalização, pelas ameaças terroristas e, fundamentalmente, para garantir a segurança marítima, o que é essencial para o comércio marítimo. A nova estratégia deve ser fruto de consenso com as nações aliadas e calcada na idéia da marinha dos 1000 navios e das *GLOBAL FLEET STATION*. Este trabalho analisa o cenário estratégico mundial e as dificuldades a serem enfrentadas para implementação da nova política, além de apresentar os interesses brasileiros no mar e as operações conjuntas realizadas por nossa marinha com a americana.

Palavras chave: Estratégia Marítima – Globalização. *Global Fleet Station* – Terrorismo. Operações Conjuntas MB e USN.

ABSTRACT

The end of the cold war and the terrorist attacks of 2001 brought about the need to implement a new maritime strategy for the United States capable of facing the new challenges of globalization, terrorist threats, and, ultimately, to ensure maritime security, which is critical for maritime commerce. This new strategy should derive from a consensus among allied nations and be based both on the 1000-ship navy idea and on the *Global Fleet Station*. This paper discusses the world strategic environment and the threats to be faced if such a new policy is to be implemented and also discusses the Brazilian interests in

the sea and the joint operations carried out by our Navy together with the U.S. Navy.

Key words: Maritime Strategy – Globalization. *Global Fleet Station* – Terrorism. Brazilian-US joint naval operations.

INTRODUÇÃO

O mar é o caminho por onde circula cerca de 90% do comércio internacional, atividade básica para a expansão e estabilidade econômicas das nações. Dele se extrai considerável parcela da produção mundial de petróleo e gás, além de, não nos dias de hoje, por não ser, ainda, economicamente explorável, ser fonte expressiva de recursos minerais, existentes em grande quantidade em seu solo e subsolo. A exploração de seu recurso renovável, a pesca, é outro fator de grande importância para a economia de um sem número de nações.

Todo esse rico patrimônio permanece em relativo estado de segurança, apenas quebrado, aqui e ali, por raras e não muito importantes ações terroristas e pela ação criminoso dos piratas.

Entretanto, boa parte dos líderes mundiais considera que, pela importância que representa para as nações e pela grande dificuldade em se manter sobre ele controle absoluto, o mar, em curto espaço de tempo, será alvo de grande número de ameaças à sua segurança, representadas pela pirataria, tráfico de drogas, tráfico humano e escravidão, exploração da zona econômica exclusiva, interrupção do comércio, movimentação de armas, crime organizado, ataques ambientais, extremismos políticos e religiosos e terrorismo.

Os fatos anteriormente apresentados, além de outros que surgirão no desenvolvimento deste trabalho, foram determinantes para que grande número de nações, capitaneadas pelos EUA, potência hegemônica mundial, iniciassem estudos para a atuação integrada de todos, em ações que garantam a segurança marítima mundial.

Este trabalho tem como propósito analisar essas ações, em especial a que diz respeito a uma nova estratégia marítima a ser implementada pelos EUA.

UMA NOVA ESTRATÉGIA PARA OS EUA.

O CENÁRIO ESTRATÉGICO

Em palestra que teve como tema o planejamento estratégico da marinha dos EUA, o Almirante Martoglio, diretor da Divisão de Política e Estratégia daquela marinha, apresentou, segundo a visão da USN, os principais pontos do cenário estratégico americano. São eles: a guerra global ao terrorismo, a guerra

irregular, a *homeland security* e a *homeland defense*, as ameaças tradicionais ainda existentes, isto é, as potências regionais com considerável capacidade convencional e nuclear, a guerra irrestrita com armas de destruição em massa e os sistemas geradores de desordem de alta tecnologia.

Essa visão considera que a *homeland security* é a primeira prioridade da nação e que a primeira linha de defesa do país está localizada no exterior, e que ali, em suas origens, e com a participação efetiva dos países aliados, devem ser contidas as ameaças ao território norte-americano.

Para o Almirante, os objetivos estratégicos americanos são os de defender o país de ataques diretos, assegurar o acesso estratégico e garantir a liberdade de ação global, fortalecer parcerias e alianças e estabelecer condições de segurança favoráveis.

Para a consecução de tais objetivos, as vulnerabilidades, a seguir apresentadas, devem ser eliminadas ou, pelo menos, substancialmente reduzidas: a capacidade norte-americana de enfrentar desafios na segurança global é insuficiente; que aliados e parceiros podem decidir não agir integradamente ou podem perder a capacidade de assim atuar; que muitas nações ressentem-se da predominância americana na solução dos problemas mundiais e contestam sua maneira de atuar e, finalmente, que os EUA e seus aliados serão os principais alvos de ataques terroristas.

O Almirante tratou dos pontos por ele considerados como principais na estratégia nacional para a obtenção da segurança marítima e que são os de ser uma alta prioridade nacional promover a liberdade dos mares, o acesso aos portos, o direito dos navios de navegarem livremente em águas internacionais e o trânsito e a passagem inocentes.

O Almirante apresentou, ao final de sua exposição, um diagrama de parcerias e coalisões, a partir do qual seria conseguida a desejada integração entre as nações visando o estabelecimento e manutenção da segurança marítima.

A estrutura apresentada estava dividida em três partes. Na primeira, a base, estão os portos, as águas territoriais, a zona econômica exclusiva e as linhas limítrofes. Este nível diz respeito às nações individualmente. Na parte intermediária estão os estreitos internacionais, as águas regionais, as linhas limítrofes e as águas arquipelágicas. Este nível está diretamente ligado às iniciativas de segurança regional e baseia-se em associações regionais como o CAMAS. Na extremidade da pirâmide estão as linhas limítrofes e o alto-mar.

CAUSAS PARA UMA NOVA ESTRATÉGIA.

O esfacelamento da ex-URSS traz em seu bojo um novo e grande desafio para a USN. Sua estratégia marítima, até então voltada para a luta contra um único inimigo e calcada na deterrência estratégica, na projeção de poder, no

controle do mar e na presença naval, deixa de fazer sentido. Uma nova situação apresenta-se, e para ela a USN não tem uma resposta convincente.

A nova situação é representada pela globalização, cujos três principais efeitos apontam para a necessidade de uma nova estratégia marítima. São eles; a interdependência cada vez maior dos mercados e das economias mundiais, cuja maior parte do comércio é feita pelo mar, o que acarreta ser a segurança marítima de capital importância para as nações; o fato de a busca por novos poços de petróleo situados no mar ou pela manutenção dos já existentes pode gerar conflitos entre as nações, o que reforça a necessidade de segurança; e, finalmente, a idéia que a globalização introduziu o que alguns autores chamam de inimigos da quarta geração, isto é, terroristas, distribuidores de armas de destruição em massa, organizações criminosas, contrabandistas, traficantes de drogas e piratas.

Uma outra razão a demandar uma nova estratégia é que a natureza das transformações das operações militares está obrigando todas as Forças a fazer um novo exame de sua estrutura e doutrina, isto porque as informações parecem estar se transformando no mais valioso recurso da guerra.

Não fossem essas razões suficientes, os ataques terroristas de 2001 encontraram o país em estado de recessão e obrigaram-no a elevar suas despesas com a *homeland defense* e com as guerras ao Afeganistão e, posteriormente, ao Iraque, o que contribuiu para aumentar o já elevado déficit orçamentário, o que, por via de consequência, certamente trouxe consequências severas ao orçamento da marinha.

Encurralada pelos fatos, e pressionada pelas declarações do ex-Secretário de Defesa, Rumsfeld,

...que a guerra global contra o terrorismo determina a transformação das forças armadas para estarem prontas para guerras assimétricas em um novo e incerto tempo,

a USN viu-se obrigada a optar entre reduzir, proporcionalmente, os meios de combate, priorizar um tipo de meio de combate sobre os outros ou dar novos passos para aumentar sua capacidade, sem aumentar o número de seus navios.

Segundo articulistas americanos, a USN precisa de uma ameaça e de uma estratégia que possa combater ameaças assimétricas. Sem isso, ela estará competindo em posição desvantajosa com as outras Forças pelos recursos orçamentários escassos.

A NOVA ESTRATÉGIA SEGUNDO O CNO.

Atento a situação enfrentada por sua marinha, o CNO, Almirante Mike Mullen, decidiu, em 2006, propor a discussão de uma nova estratégia marítima para a USN, apresentando algumas premissas para o estudo da questão.

A primeira delas, e, certamente, a mais importante, é que “não existe país, por mais forte que seja, capaz de fazer o que precisa ser feito”, trazendo com isso à discussão a participação, na nova estratégia, dos países aliados e parceiros.

A segunda, de capital importância para os países envolvidos, é que ...a estratégia necessita de dimensão multilateral e que deve ser norteadada pelos princípios consagrados do direito internacional, como o respeito à soberania e auto-determinação, a não-intervenção e a igualdade entre os Estados, sempre em conformidade com as legislações e os interesses maiores dos participantes e com foco na estabilidade e bem estar da região. Deve, também, no plano interno, estar em sintonia com os anseios da sociedade, valorizando as grandes questões da atualidade, como a busca pela redução das desigualdades sociais e a valorização da vida humana e do meio ambiente.

Assim, a nova política deve ser fruto do consenso entre todos os setores envolvidos, aí considerados a população, os políticos, os elementos componentes da Força, países aliados, empresas americanas ou não, etc, além de conter aspectos relacionados com a assistência humanitária, controle de desastres e operações pré-conflitos.

No campo interno dos EUA, o CNO considera importante levar à agenda nacional a discussão da capacidade marítima do país e da relevância da marinha para seu futuro.

No campo estritamente militar, ele considera que a chave para o sucesso da nova estratégia é ficar longe das informações classificadas, face às restrições para a sua disseminação. É também sua opinião que a meta não é estabelecer uma Força Naval permanente e internacional.

Segundo sua concepção, a nova estratégia deve basear-se em três características básicas das Forças Navais, isto é, influenciar, antecipar-se e responder flexivelmente e construir amizades e parcerias.

Os efeitos do plano estratégico da USN, a serem atingidos pela nova estratégia, são os a seguir relacionados: dominar o mar aberto e as águas internas e litorâneas, conforme necessário, prover capacidade naval á Força Naval combinada, bem como outras capacitações de natureza interdependente, conforme requisitadas pela Força combinada, presença avançada para atacar e dismantelar redes terroristas e campanhas convencionais, apoiar a Força combinada na deterrência com outras nações-estado potencialmente adversárias, bem como com ameaças transnacionais, aprofundar a cooperação com as Forças

Navais de nossos parceiros estratégicos, assim como com nações parceiras emergentes, moldar e alinhar a infraestrutura costeira para prover um efetivo apoio à esquadra, dimensionar, dar forma e incentivar o potencial humano e reduzir o estresse da Força combinada.

No que diz respeito à atuação conjugada com outras marinhas, deve ser levada em consideração o aumento da cooperação no nível operacional e em assuntos tecnológicos. O incremento na troca de informações e um maior número de exercícios multinacionais também devem ser previstos.

Em síntese, a nova estratégia deve conseguir o apoio do povo americano, bem como o respaldo internacional, e ser apropriada para os desafios do século XXI. Ela deve poder combater um só inimigo, como faziam as estratégias anteriores, bem como ser capaz de atacar a quarta geração de ameaças. Deve considerar a valorização dos elementos que fomentam a segurança regional, cooperativa e multilateral, com responsabilidades compartilhadas e mecanismos ágeis que possibilitem ações operacionais tempestivas. Ela deve, ainda, assegurar a liberdade das linhas de comunicações e do tráfego marítimo, prevenir e combater o terrorismo e as atividades criminosas no mar, nas bacias hidrográficas e nas áreas portuárias, prestar assistência humanitária ou socorro a vítimas de desastres naturais e coibir danos ao meio ambiente.

A MARINHA DE 1000 NAVIOS E AS *GLOBAL FLEET STATION*

Como já visto anteriormente, a USN enfrenta reduções orçamentárias de porte, o que nos leva a considerar viável uma possível redução no número de seus navios. Além disso, conforme também já analisado, ela considera ser praticamente impossível atender, sozinha, a todas as ameaças.

Por outro lado, é fato notório que o bem estar econômico do povo dos EUA e de todo o mundo depende fortemente do comércio que circula pelos mares, o que torna a segurança marítima importante para todos. As nações têm como interesse, além de proteger o comércio marítimo, defender-se contra atos relacionados com o terrorismo. Como consequência, a nova estratégia marítima deve considerar que, se todos se beneficiam da segurança coletiva, a todos compete dividir a responsabilidade por manter essa segurança, controlando as ameaças em seus domínios.

A idéia da esquadra de 1000 navios, pedra fundamental da nova estratégia, está calcada nos fatos anteriormente expostos.

Essa força, a ser composta por 300 navios americanos e 700 de outras marinhas, trabalha com a idéia de restabelecer a profundidade estratégica perdida, por meio da conscientização marítima global.

Uma outra idéia, nascida junto com a da esquadra, é a das *GLOBAL FLEET STATION*. Elas seriam um Comando e uma Base para uso pelos

militares, organizações não-governamentais e organizações internacionais, com foco na segurança marítima regional. Uma GFS teria um navio de comando, um ou mais pequenos navios de superfície e, talvez, uma unidade ribeirinha e helicópteros. Ela disporia, também, de um centro de informações, facilidades médicas e outros tipos de apoio. A idéia da criação das GFS é do CNO, que acredita que elas possam vir a colaborar na criação de uma capacidade de resposta flexível.

Um importante aspecto a considerar quanto à implantação da esquadra diz respeito à necessária interoperabilidade entre as Forças. As marinhas têm, normalmente, regras, sistemas e procedimentos diferentes. Assim, as questões relacionadas ao comando, controle e a tecnologia podem se transformar em desafios a serem superados, sendo necessária a padronização de equipamentos e de procedimentos.

Os EUA consideram que a idéia da esquadra de 1000 navios e das GFS tem recebido efetivo apoio de grande número de nações, sendo disso prova a cooperação internacional na evacuação de cidadãos na recente invasão do Líbano, que contou com a participação de 170 navios de 17 países. Está também em franco desenvolvimento a instalação de uma Base na costa africana, mais especificamente em São Tomé e Príncipe, que terá a capacidade de vigiar grande parte do Atlântico Sul. Como compensação, e dentro do espírito da nova estratégia de colaborar com todos os países, os EUA afirmam que o centro irá colaborar com os africanos no controle da pesca ilegal, pirataria e na imigração ilegal.

Recentemente, em simpósio realizado no continente europeu, com a participação de países daquele continente, além do México, Singapura e da *INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION* (IMO), o assunto foi amplamente discutido, e, em princípio, aceito pelos países participantes.

DIFICULDADES PARA A IMPLANTAÇÃO.

O mundo enfrenta insurreições, choques étnicos e competição regional, fenômenos contra os quais a nova estratégia terá de atuar, mas que já são de há muito conhecidos.

A complexidade trazida pelo momento atual diz respeito a uma novidade, que alguns autores chamam de *indivíduo com grande poder de decisão (pessoa ou grupo capaz de infringir danos estratégicos a uma nação, com o uso de tecnologias avançadas)*.

A nova estratégia deve ser capaz de superar três diferentes tipos de obstáculos. Em primeiro lugar ela deve ser acreditada por aqueles que terão a responsabilidade de fazê-la funcionar, isto é, os homens e mulheres da USN. Em segundo lugar, ela deve convencer os políticos que vão analisá-la. Por último, ela deve ser persuasiva para amigos e aliados, bem como ser uma ameaça para as potências adversárias.

Este último teste parece ser o mais difícil de ser superado. Em realidade, a nova estratégia pode ser vista como uma revisão contemporânea da teoria de Mahan do poder naval e como uma nova forma de imperialismo americano.

Sobre este último aspecto cabe fazer relevantes comentários. A ascensão dos EUA à condição de líder mundial, ao lado das inegáveis vantagens daí advindas, trouxe-lhe, por outro lado, a responsabilidade de exercer a função de polícia do mundo, fato nem sempre agradável para a maioria dos países. Também contribui para a rejeição dos países às posições defendidas pelos EUA, a política assumida por diversos governos americanos, que, com grande frequência, como ocorrido recentemente no caso do Iraque, agem à revelia das decisões dos organismos internacionais. É também interessante comentar que o país, que agora pretende contar com o apoio internacional na área da segurança marítima, é o mesmo que recusa-se a ser signatário da Convenção das Nações Unidas pelo Direito do Mar.

Embora em parte anterior desse trabalho faça-se menção a uma colocação do CNO, que a soberania e auto-determinação dos povos deve ser totalmente respeitada, os países não se sentem seguros em confiar em alguém que, respaldado em seu poder militar, ignora as decisões de consenso das nações.

O BRASIL - SEUS INTERESSES NO MAR, SUAS AMEAÇAS E SEU PENSAMENTO ESTRATÉGICO.

Por nosso mar, que alcança a extensão de 4,5 milhões de quilômetros quadrados, e por nossos 40 portos, trafega, anualmente, 95% do nosso comércio internacional, o que representou, em 2005, US\$ 191 bilhões. Do mar também é extraída cerca de 90% de nossa produção de petróleo. Esses números são, por si só, suficientes para que se possa concluir a importância que tem o mar para nosso país.

Em função disso, nossas principais áreas de segurança são o Atlântico Sul, onde estão situadas nossas principais fontes de energia (gás e petróleo), a Amazônia Azul e a Verde.

Por esses motivos, nos parece conveniente a idéia de aumentar-se a segurança marítima internacional, como defendido pelos EUA, pois embora não enfrentemos, a curto prazo, qualquer tipo de ameaça militar, não podemos nos esquecer que, no futuro, possamos vir a ser ameaçados por disputas sobre nossos suprimentos de água e energia, posicionamento de nossas fronteiras, ações contra nossa biodiversidade, terrorismo internacional e crimes transnacionais.

Politicamente nosso governo reconhece a necessidade de um forte esforço integrado entre as nações para prevenir-se e defender-se das ameaças terroristas, o que nos aproxima ainda mais das idéias americanas de segurança.

Ainda no campo político, o Brasil atua com desenvoltura para a integração dos países do cone sul, visando a com isso contribuir para o fortalecimento do processo de integração regional na América do Sul.

HISTÓRICO DA ATUAÇÃO CONJUNTA DA MARINHA DO BRASIL E DOS EUA.

Durante a segunda guerra mundial, dois fatos aproximaram substancialmente nossas marinhas. O primeiro deles diz respeito ao empréstimo feito, pelo governo brasileiro aos EUA, das instalações da Base Naval de Natal. O segundo, mais especificamente voltado para as operações navais, relaciona-se com as atividades de proteção aos comboios aliados por navios de nossa Marinha. Em ambas as situações, foi grande o intercâmbio ocorrido entre as duas marinhas, ressaltando-se a instalação, em nossos navios, de modernos equipamentos para a guerra anti-submarino.

Terminado o conflito, manteve-se estreito o relacionamento entre nós, quer sob o enfoque de transferência de meios navais, quer na forma de intercâmbio de Oficiais.

É dessa época a criação do *Mutual Assistance Program* (MAP), que, se por um lado possibilitou o recebimento de novos meios por nossa marinha, por outro sepultou a construção, em nosso país, de navios militares.

Cabe aqui comentar que nossa oficialidade foi, por longo tempo, influenciada pela forma de pensar americana, toda ela voltada para o tipo de atividade que lhe interessava, isto é, a guerra anti-submarino.

Com o MAP ficamos também dependentes do apoio de sobressalentes aos equipamentos de nossos navios.

Em termos de exercícios conjuntos, a marinha brasileira fez-se sempre presente nas operações UNITAS e em diversos outros tipos de operação.

Nos dias de hoje, é bastante menor a participação de navios oriundos da USN em nossa marinha.

Assim, consideramos que o aumento da cooperação entre nossas marinhas pode vir a acontecer com o apoio mútuo no campo da segurança militar, no intercâmbio das ações de inteligência, na realização de exercícios combinados, no intercâmbio acadêmico e doutrinário e no intercâmbio de tecnologia.

Os interesses que nos unem dizem respeito às novas maneiras de combater o terrorismo, a segurança marítima, a cooperação e a paz regionais e a eliminação ou redução dos crimes transnacionais.

A posição brasileira, de participar ou não da rede mundial proposta pelos EUA, vai depender, em grande parte, de que aquele país assuma uma postura de real participante e não a de um tutor e que demonstre a efetiva intenção de realizar um intercâmbio operacional e tático.

CONCLUSÃO

Analisados todos os fatos relacionados com a proposta americana de implantação de uma nova estratégia marítima, que pretende considerar a efetiva participação das marinhas de outros países, das guardas-costeiras, de organizações não-governamentais e de organismos internacionais, pode-se concluir que a proposição de aumentar o nível da segurança marítima internacional atende aos desejos da grande maioria dos países, que também almejam alcançar esse objetivo.

No caso particular do Brasil, que tem como pilar de sua política de defesa o incremento da segurança internacional, a conclusão acima aplica-se totalmente, devendo, ainda, serem levados em consideração, os laços de aproximação que nos unem desde a segunda guerra.

Releva considerar, no entanto, que, á semelhança do que pensa o CNO, de ser fundamental para o sucesso da nova estratégia que a USN ouça o povo americano e suas lideranças políticas, também nossa marinha deve adotar procedimento semelhante.

Daí pode-se imaginar advirem problemas para que o Brasil integre a nova rede internacional, pois, embora para a marinha em particular, isso possa ser conveniente e adequado, esse pode não ser o entendimento das lideranças políticas e da população brasileira, acostumados a verem seu país ser ignorado na discussão dos grandes problemas internacionais.

Finalmente, é preciso considerar que, embora o discurso americano aponte para a necessidade de um comércio livre e isento de proteções, a prática demonstra exatamente o contrário, bastando para tal que nos reportemos aos sucessivos impedimentos colocados pelo EUA ás reuniões de DOHA, que embutem significativos prejuízos para a economia brasileira, por inibir o efetivo livre comércio entre os dois países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. ACADEMIC Seminar. Escola de Guerra Naval (Brazil) and Naval War College (USA). Rio de Janeiro [EGN], 2007. 39 transparências.
2. BATERMAN, Sam. **Analyzing the new US maritime strategy**. Disponível em: <<http://www.isn.ethz.ch/news/sw/details.16527>>. Acesso em 23 abr. 2007.
3. CNO calls for new maritime strategy. Disponível em <www.navy.mil>. Acesso em 23 de abr. 2007.

4. EUA vai financiar um Centro Regional de Supervisão Marítima em S. T. P. **Vitrine**, S. Tomé (AW), 27 jun. 2006. Disponível em <<http://www.cstone.net/vitrine/EUA.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2007.
5. GAFFNEY, H. H. **Globalization and U. S. Navy forces**. Alexandria, Va: Center for Strategic Studies, 2002.
6. HOFFMAN, Frank G. **US: a new maritime strategy**. [s.l.], 2006.
7. KAMPLER, Amy. Traction: the '1000-ship Navy' concept ... **Sea Power**, Newport, RI, v. 49, n. 12, p. 10-13, Dec. 2006.
8. MARK, Seeman. **Projeto de estratégia marítima dos Estados Unidos: O caminho à frente**. Newport, RI: U. S. Naval War College, Mar. 2007, 9 transparências.
9. SÃO TOME: EUA instalam olhos e ouvidos eletrônicos. [s.n.t.]
10. SEAMAN, Mark. **United States maritime strategy "the way ahead"**. RI : U.S. Naval College, Mar. 2007. 9 transparências.
11. SHUFORD, J. L. **Fórum do presidente: uma nova estratégia marítima: o desafio do Almirante Mullen**. Naval War College Review, Newport, RI, v. 59, n. 4, p. 07-10, 2006. Tradução.
12. STEVENSON, James W. [**Marinha dos EUA tem em mente para os próximos 20 ou 25 anos**] Rio de Janeiro: [s.n., 2007]. Palestra proferida pelo Contra-Almirante, Comandante da Força Naval do Comando Sul dos EUA na EGN em 2007.
13. STUBBS, Bruce B. Making the 1000-ship Navy a reality. **Proceedings, Annapolis**, Md., v. 133, n. 1247, p. 60-65, Jan. 2007.
14. UNITED STATES. **Department of Defense. Facing the future: meeting the threats and challenges of the 21 St Century**. Washington, DC: Office of the Assistant Secretary for Public Affairs, Feb 2005.
15. UNITED STATES. Department of Defense. The National Security Strategy of the United States of America. Washington, DC, Mar. 2006. Disponível em: http://www.defenselink.mil/news/Mar_2005/d20050318nds.pdf. Acesso em 23/04/2007.

16. UNITED STATES. Joint Chiefs of Staff. **The national military strategy of America 2004**: a strategy for today, a vision for tomorrow. [Washington, DC]: 2004; Disponível em: http://www.ndu.edu/library/docs/NATIMil/strat_2004.pdf. Acesso em 23/04/2007.
17. UNITED STATES. President, 2001-(Bush) **The National Security Strategy of the United States of America**. Washington, DC: Mar. 2006. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/nse/nss/2006>. Acesso em 23/04/2007.
18. UNITED STATES. White House Office. **The national strategy for maritime security**. Washington,DC: Sept. 2005. Disponível em: www.whitehouse.gov/homeland/maritime-security.html. Acesso em 23 abr. 2007.
19. US navy's strategic plan. In: INTERNATIONAL SEAPOWER SYMPOSIUM, 27 2005. 14 transparências.
20. TAYLOR, Paul D. **Projeto de estratégia marítima dos Estados Unidos**: resumo do processo. Newport, RI: U. S. Naval War College, Mar. 2007. 8 transparências.
21. TAYLOR, Paul D. **United States maritime strategy projet overview of the process**. U. S. Naval War College, Mar. 2007. 10 transparências.

CONFIGURAÇÃO DE SISTEMAS DE COMBATE NO PROCESSO DE OBTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE NAVIOS DE SUPERFÍCIE

Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) Antonio da Silva Castro Sobrinho

O Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN) Antonio da Silva Castro Sobrinho é mestre em engenharia mecânica pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) e exerceu a função de Gerente do projeto de modernização das Fragatas Classe “NITERÓI” e de integração da Corveta “BARROSO”, na Diretoria de Sistema de Armas da Marinha. Serviu ainda como oficial da primeira tripulação do Centro de Projetos de Navios

RESUMO

Este trabalho propõe uma metodologia para a seleção dos componentes de um sistema de combate de navios de superfície, com o objetivo de avaliar, ainda na fase de projeto, o desempenho do sistema. Inicialmente, são apresentados procedimentos para a seleção das armas e dos sensores, propondo-se modelos matemáticos adequados à simulação do funcionamento de cada um desses equipamentos isoladamente. Em seguida, aborda-se a definição da arquitetura do Sistema de Controle Tático e de Armas (SICONTA¹) e descreve-se as etapas necessárias à sua avaliação sistêmica, integrado com as armas e sensores. A última etapa compreende uma análise do desempenho do sistema em um combate simulado contra uma ameaça aérea, descrevendo-se cada um dos eventos, desde a detecção até a avaliação da probabilidade de destruição da ameaça ao final da seqüência de engajamento.

Palavras-chaves: Sistema de Combate; e Probabilidade de Destruição

ABSTRACT

This work proposes a methodology to the selection of components for a combat system of surface ships. Its objective is to evaluate, still in the project phase, the performance of the system. Initially, proceedings are presented for

¹ O termo SICONTA foi utilizado pela primeira vez no projeto de modernização do NAeL “MINAS GERAIS” para denominar apenas o Sistema de Controle Tático, ou seja, sem o Controle de Armas. No projeto Modfrag, o termo SICONTA passou a significar Sistema de Controle Tático e de Armas.

the selection of the weapons and sensors, proposing mathematical models to the appropriate simulation of the functioning of each one of these equipments in a stand-alone mode. Next, it is discussed the definition of the architecture of the Tactic Control and Weapons System (SICONTA) and described the necessary stages to its systemic evaluation, integrated with the weapons and sensors. The last stage contains an analysis of the system performance in a simulated combat against an air threat, where it is described each one of the events, from the detection up to the assessment of the kill probability of the threat at the end of the engagement sequence.

Key words: Combat System; And Kill Probability

INTRODUÇÃO

A obtenção, ou modernização de um navio, é um projeto que envolve atividades relacionadas com a plataforma e com o sistema de combate. Essa divisão refere-se a separação que historicamente existe entre os sistemas de propulsão, de governo, de geração e distribuição de energia, de ar-condicionado, de controle de avarias, etc., tradicionalmente reunidos no grupo “plataforma”; e aqueles relacionados com a configuração do sistema de combate do navio. Esse último envolve uma complexidade maior de funções de comando, necessárias à implementação da própria capacidade de combate do navio.

O resultado prático dessa separação tem sido apontado por alguns autores como uma simplificação dos processos de seleção das armas e sensores durante a execução da atividade de configuração dos sistemas de combate, diferentemente do que ocorre com os demais sistemas componentes da plataforma do navio de superfície (ARTHOU, 1997, p. 39). Essa simplificação tem limitado a seleção dos equipamentos do sistema de combate a informações qualitativas.

Por outro lado, os combates nos cenários atuais da guerra naval ocorrem em alta velocidade e demandam o automatismo e integração das ações de detecção, de designação do alvo e de engajamento das ameaças. O número elevado de informações disponibilizadas pelo sistema de combate, ainda são motivo de discussões acerca da necessidade de aumentar a Inteligência Artificial dos Sistemas Digitais Operativos, de modo a que esses sejam “*attuned to the human decision making process*”², conforme afirma Zimm (1999, p. 31). O caso da fragata americana *Stark*, atingida por um míssil *Exocet* em 1986 e o incidente com o *USS Vincennes*, em 03 de julho de 1988 no Golfo Pérsico, que abateu o avião comercial iraniano (vôo IR655) com um míssil *Standard SM-2*, ainda são

² Tradução do autor: “sintonizá-lo com o processo de tomada de decisão humana”.

casos que motivam os desenvolvimentos de funcionalidades adequadas para os SICONTA - parte integrante dos atuais sistemas de combate.

Nesse contexto, este trabalho apresenta uma metodologia de projeto em três partes distintas, mas que se interligam por meio de uma seqüência lógica. Inicialmente são discutidos os procedimentos de seleção das armas e dos sensores, que devem ter o seu desempenho tecnicamente analisado, com o auxílio de modelos matemáticos que simulem a operação em face às ameaças e cenários constantes dos Requisitos de Alto Nível de Sistemas (RANS) do navio. Em seguida, é abordada a arquitetura do SICONTA que integra a funcionalidade das armas e os sensores ao cenário tático de operação do navio. A última parte trata de uma proposta para a simulação do engajamento contra uma ameaça aérea, visando verificar o desempenho do sistema de combate ainda na sua fase de projeto.

A EVOLUÇÃO DO PROJETO DE SISTEMAS DE COMBATE NA MARINHA

A noção de sistema de combate é relativamente nova. Tradicionalmente, esse sistema tem sido associado apenas ao conjunto de armas e sensores que fazem parte da configuração do navio. No entanto, o sistema de combate é a razão precípua da existência dos navios de guerra, que utilizam todas as suas capacidades integradas para executar a missão de combater. Segundo Baker (1990), um navio de guerra divide-se em duas grandes partes: a plataforma e o sistema de combate, ou seja, *Navio de Guerra = Sistema de Combate + Plataforma*. Outros autores, como Gates (1987, p. 1), argumentam que um navio de guerra é o próprio sistema de combate e preferem conceituar o sistema pela expressão *Navio de Guerra = Sistema de Combate*.

Na Marinha do Brasil, o conceito que tem sido mais freqüentemente empregado é o primeiro, talvez motivado pela própria divisão de jurisdição dos equipamentos entre a Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha, que trata das armas, sensores e SICONTA – o sistema de combate – e a Diretoria de Engenharia Naval, que é responsável pelos demais sistemas do navio, tais como o casco e a estrutura, a propulsão, o governo, o ar-condicionado, a geração e distribuição de energia elétrica, etc. – a plataforma.

As tecnologias de projeto e de construção naval, que produzem a plataforma dos navios de superfície, são de domínio da Marinha, desde o período colonial brasileiro (BARBOZA, 2005). A evolução das técnicas empregadas no projeto e construção da plataforma pelos estaleiros brasileiros acompanhou, com maior ou menor defasagem, os avanços tecnológicos ocorridos nos países que, tradicionalmente, sempre investiram intensamente no desenvolvimento de novas tecnologias, tais como os da comunidade européia e os Estados Unidos. O mesmo não pode ser dito a respeito do domínio tecnológico necessário ao

projeto e desenvolvimento de sistemas de combate dos navios da Marinha, mais especificamente, dos navios de superfície.

Os primeiros passos, na direção de capacitar a indústria nacional para a fabricação desses equipamentos, foram dados com o projeto de modernização do NAeL “MINAS GERAIS”. Seu patamar mais elevado, no entanto, foi atingido com o projeto de modernização das Fragatas Classe “NITERÓI” (Modfrag).

Antes desses projetos, a configuração dos sistemas de combate limitava-se a estudos comparativos de arranjos, nos quais as armas e sensores eram selecionados sem o uso de ferramentas de simulação. O Contra-Almirante (EN) Alan (ARTHOU, 1997, p. 39) já havia identificado esse fato como uma dificuldade do processo de obtenção:

Na MB, os Estudos de Exequibilidade se limitam a comparar diferentes arranjos de sistemas de armas para um determinado navio e são poucos os estudos que demonstram os efeitos de alterações em determinados sistemas de bordo, como é feito nos EUA e na Grã-Bretanha. Esses estudos permitem ao setor operativo, dentro de uma base factual, balancear os requisitos dos sistemas.

CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DAS ARMAS E SENSORES

O projeto Modfrag marcou o início do uso de ferramentas matemáticas de modelagem para simular as armas e os sensores de um navio de superfície. Durante a condução do projeto, foi dada ênfase à análise de desempenho do sistema de combate no engajamento de alvos aéreos, tendo em vista que os tempos envolvidos na cinemática do ataque são extremamente pequenos. Assim, no caso da defesa antiaérea do navio de superfície, o paradigma Modfrag indica critérios de seleção, os quais se aplicam desde os sensores táticos, tais como radares de vigilância e sonares, até as armas e sensores empregados no engajamento, incluindo os equipamentos do sistema de guerra eletrônica.

No processo de obtenção e de modernização de meios empregados pela MB, a execução dos Estudos de Exequibilidade (EE) é a fase em que é feita a seleção das armas, dos sensores e do SICONTA, por meio de estudos que variam em grau de complexidade, de acordo com a diversidade de tarefas e cenários especificados. Os estudos consistem em verificar quais as armas e sensores, disponíveis no mercado, capazes de engajar e destruir as ameaças esperadas durante a operação do navio.

Antes do projeto Modfrag, essa seleção ou era contratada em empresas estrangeiras, que forneciam um “pacote fechado” contendo todos os componentes do sistema de combate, ou simplesmente era executada com base em dados de

placa fornecidos pelos fabricantes. Em ambos os casos, a confiabilidade do resultado era comprometida.

Um outro ponto de destaque, em favor da utilização dessa metodologia de seleção, é a possibilidade de se dimensionar as armas e sensores no nível adequado, evitando-se também descontinuidades e setores cegos nas suas coberturas de emprego. Por outro lado, o conhecimento preciso das capacidades e do desempenho desses equipamentos permite que os sistemas, componentes do sistema de combate, sejam dimensionados de forma econômica, ou seja, sem utilizar armas e sensores extremamente sofisticados para fazer frente a ameaças que podem ser eficazmente combatidas com outras configurações mais simples.

Aqui cabe um comentário fundamental, que diferencia o projeto do sistema de combate na MB dos demais países detentores de capacidade de projeto e fabricação das armas e dos sensores que equipam os navios das suas esquadras. O Brasil se enquadra nos países que dominam o projeto sistêmico e a integração dos componentes do sistema de combate, mas possui capacidade muito limitada de fabricação das suas próprias armas e sensores. Assim, os equipamentos selecionados para os Estudos de Exequibilidade são aqueles de uso comum na MB, e que estão disponíveis no mercado internacional. Os países que dominam a tecnologia de produção desses componentes do sistema de combate estão menos sujeitos às limitações impostas pelo mercado de armamento, mesmo que parcialmente condicionados às linhas de fornecimentos tradicionais das empresas existentes nos seus parques industriais de defesa. Esses países podem projetar armas e sensores de modo a atender requisitos específicos dos sistemas de combate de novos navios.

Nos itens seguintes deste trabalho será abordada a modelagem de armas e sensores típicos desse sistema, de uso comum nos navios da MB, visando exemplificar a metodologia proposta para a sua seleção. As modelagens dos demais equipamentos do sistema de combate, tais como o Canhão, o Míssil Superfície-Superfície, o Sonar, o Sistema Autônomo de Defesa de Ponto (*Close-In Weapons System*), o Radar de Direção de Tiro, a Alça Optrônica, a Alça Óptica e o Sistema de Guerra Eletrônica, encontram-se descritas no trabalho de CASTRO SOBRINHO (2007), cujo processo de seleção é abordado com a mesma amplitude e profundidade deste texto.

RADAR DE VIGILÂNCIA

A modelagem desse sensor é fundamental para a avaliação de um sistema de combate, pois toda a seqüência de comandos e ações necessárias, tanto ao ataque como à defesa, ocorrem, na maioria dos casos, após a detecção de um contato pelo radar de vigilância. O tempo decorrido desde a detecção até o engajamento do alvo deve ser suficiente para permitir a reação do sistema de

combate como um todo, pois, caso contrário, a ameaça poderá atingir o navio antes que os sistemas de defesa possam neutralizá-la. Em suma, o radar deve ser capaz de detectar o contato o mais distante possível do navio.

Para que se possa avaliar o quão crítico é a capacidade de detecção radar de uma ameaça, basta avaliar o tempo que um navio terá para se defender do ataque de um míssil antinavio, tipo *sea-skimmer*, por exemplo. Tipicamente, essa ameaça desenvolve uma velocidade de ataque de 300 metros por segundo. Se for considerada a sua detecção a 30 quilômetros de distância (16,2 milhas náuticas), que já é uma performance muito otimista, o navio terá 100 segundos para identificá-lo, designá-lo ao sistema de direção de tiro e efetuar o engajamento.

A operação do radar também é um fenômeno estocástico, cuja probabilidade de detecção é inversamente proporcional à distância do alvo, além de ser afetada pelas condições de propagação atmosférica. Para a finalidade de analisar o desempenho de forma comparativa, dentro de um processo de seleção, assume-se que as condições de propagação são as mesmas para todos os equipamentos analisados. No entanto, é necessário simular o desempenho do equipamento em algumas condições de propagação adversas, para se verificar o desempenho dos radares em situações de interesse, relacionadas com as aplicações do navio.

Um dos instrumentos analíticos comumente empregados para modelar o desempenho de um radar é a sua curva de cobertura. A Figura 1 apresenta a curva de cobertura de um radar tipo, empregado para a detecção de um helicóptero parado, com seção-reta radar (*Radar Cross-Section* – RSC) de 2 metros quadrados. São consideradas duas antenas diferentes: uma para detecção primordialmente de alvos de superfície ($\sin(x)/x$) e a outra para busca combinada ($\operatorname{cosec}^2(x)$). A probabilidade de detecção adotada foi de 80%, para um estado do mar 4 na escala *Beaufort*. Essa curva foi obtida utilizando-se um “*Radar Evaluation Software*”, como citado por Macfadzaen (1992, p. 300). Este diagrama representa, à esquerda da curva de cada antena, a região com mais de 80% de probabilidade de detecção do radar.

A análise da curva de cobertura radar apresentada na Figura 1 confirma que a estimativa de alcance feita anteriormente para o exemplo de detecção de um míssil *sea-skimmer* é muito otimista, pois além da seção-reta radar desse tipo de míssil ser muito menor que a de um helicóptero (da ordem de 0,1 m²), a sua velocidade de aproximação elevada dificulta a confirmação do contato e abertura de um acompanhamento. Outro aspecto indicativo de que a detecção de um míssil antinavio só é possível a distâncias ainda menores é a probabilidade de 80% adotada para a construção dos diagramas da Figura 1. Se for utilizada uma probabilidade maior para garantir a detecção, os contornos dos diagramas serão mais próximos da origem do gráfico, o que representa uma distância ainda menor de detecção. É importante ressaltar que esta análise preliminar,

aqui apresentada, não considera outras limitações ao desempenho dos radares, tais como as condições de propagação atmosférica, ou a “zona de desvanecimento” formada próxima à superfície do mar, que torna a detecção intermitente para alvos aéreos em baixa altitude, como é o caso do míssil *sea-skimmer*.

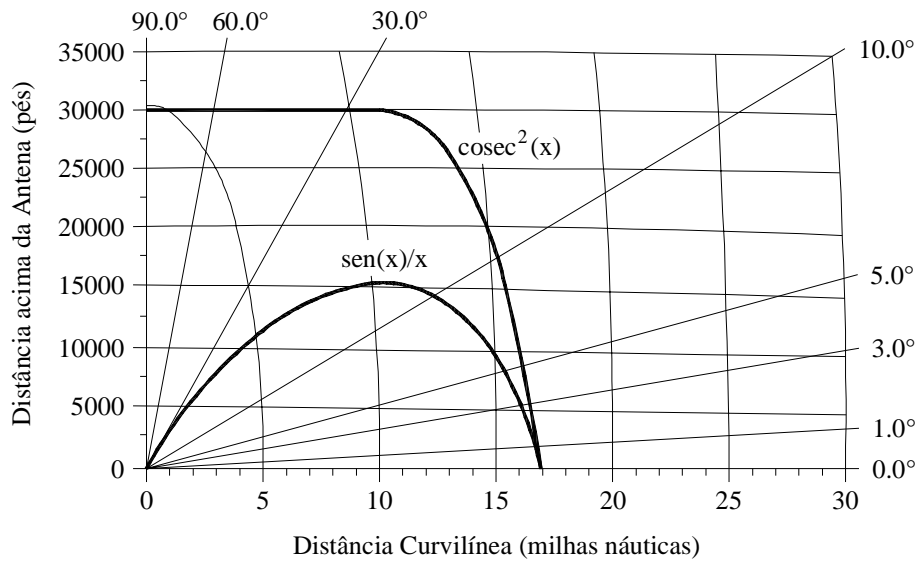


Figura 1 - Diagrama de cobertura radar típica para probabilidade de detecção de 80% de um helicóptero ($RCS = 2 \text{ m}^2$) parado sob mar 4 na escala Beaufort. Comparação entre as antenas $cosec^2(x)$ e $sen(x)/x$. (obtido com o programa “*Radar WorkStation* versão 2.2”).

Outro aspecto crítico na seleção do radar de vigilância, é a velocidade de rotação da sua antena. Tomando o mesmo exemplo supracitado sobre a detecção de um míssil *sea-skimmer*, a cada varredura de um radar que opere com 15 r.p.m. de velocidade angular máxima, o tempo para a busca, detecção, aquisição, abertura de acompanhamento, identificação e avaliação da destruição do alvo será de no mínimo 24 segundos, o que representa 24% do tempo total de reação (100 segundos). Para esta estimativa foi considerado que cada etapa requer um mínimo de uma varredura (4 segundos cada). Os radares empregados nos CIWS operam com 60 r.p.m., reduzindo esse tempo para 6 segundos.

MÍSSIL SUPERFÍCIE-AR (MSA)

Um míssil superfície-ar, ou míssil antiaéreo, é semelhante a um projétil dotado de guiagem autônoma (*autopilot*), disparado de canhão. A analogia com a munição de um canhão é possível, pois o míssil acelera até atingir velocidade

supersônica da ordem de grandeza de um projétil. Essa semelhança tem motivado a pesquisa para a produção de um projétil de canhão capaz de efetuar correções durante o vôo (*course-corrected ammunition*) e aumentar a probabilidade de destruição (acerto) dos canhões.

A guiagem autônoma que conduz o míssil até o alvo é a característica dessa arma que confere uma maior ou menor probabilidade de destruição durante o engajamento. Essa característica é implementada de várias maneiras, de acordo com o tipo do míssil, o qual pode ser classificado com base na localização do controle de guiagem, no tipo de irradiação do sensor de acompanhamento e no tipo de algoritmo empregado na guiagem.

Quanto à localização do controle de guiagem, os MSA dividem-se em dois grupos: os que são guiados da base de lançamento – o navio de superfície, neste caso – e os que são guiados localmente no próprio míssil. Os mísseis do segundo grupo são guiados pela irradiação proveniente do alvo. Essa irradiação permite ainda outra variação desse grupo, ou seja, os mísseis semi-ativos e os mísseis ativos e passivos. Os semi-ativos possuem a fonte de energia localizada no próprio navio, a qual “ilumina” o alvo, fazendo com que o sensor do míssil seja guiado pela energia refletida pelo alvo. Os outros mísseis efetuam suas guiagens por meio de emissões ativas ou passivas, isso é, captam a energia refletida pelo alvo, proveniente de fonte localizada no míssil, ou seguem a energia gerada pelo alvo, respectivamente.

O tipo de energia captada pelo sensor permite que se classifique o míssil como eletroóptico ou eletromagnético, dependendo da faixa do espectro em questão. Do ponto de vista do tipo de algoritmo empregado na guiagem, os MSA podem ser de comando para a linha de visada ou, do termo em inglês, *Command to Line Of Sight* (CLOS), que manobra o míssil para mantê-lo na trajetória da linha que une o alvo ao sensor instalado no navio. O outro tipo de guiagem é a navegação proporcional, cujas correções durante o vôo são proporcionais ao ângulo de desvio do míssil em relação ao alvo, ou seja, do ângulo do *seeker* do míssil³, de modo que sua trajetória intercepta a trajetória do alvo num ponto futuro (GARNELL, 1977, p. 181-189).

Para a modelagem de um MSA, importa principalmente o tipo de algoritmo empregado na sua guiagem. Esse algoritmo terá influência na forma do diagrama de probabilidade de destruição do míssil, elaborado para o seu emprego contra um dado alvo.

O modelo matemático de um MSA descreve a sua guiagem por meio de uma função de transferência, que recebe como entrada a posição relativa do míssil em relação ao alvo e fornece como saídas os comandos para que as superfícies de controle aerodinâmicas do míssil corrijam a sua trajetória, de acordo com o tipo de navegação implementada, ou seja, CLOS ou proporcional

³ É o ângulo que o radar ou sensor infravermelho do míssil faz com o seu eixo axial de simetria.

(MACFADZEAN, 1992, p. 136 e 213). O primeiro resultado obtido da simulação com o modelo do míssil são as curvas cinemáticas de aceleração lateral constante, ilustrada na Figura 2. As curvas representam a máxima aceleração lateral (normal) que um míssil pode desenvolver, ou seja, a sua manobrabilidade.

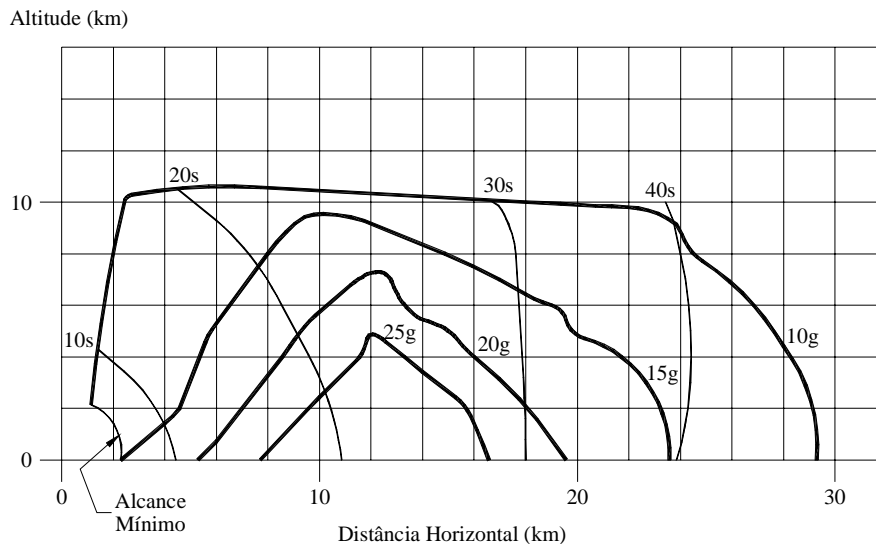


Figura 2 - Curvas cinemáticas de aceleração lateral (g = aceleração da gravidade) e de tempo de voo (s = segundos) constantes de um míssil antiaéreo, que atinge a velocidade supersônica de Mach 3,0 em 22,7 segundos (MACFADZEAN, 1992, p. 200-208).

O diagrama da probabilidade de destruição (*kill probability*) de um míssil é elaborado a partir da curva cinemática ilustrada na Figura 2, onde as curvas de probabilidade de destruição constantes são semelhantes às de g constante.

Além da manobrabilidade, que mantém uma relação direta com a distância de passagem míssil-alvo (*miss-distance*), é considerado também o modelo da espoleta de proximidade, que aumenta o raio de atuação da cabeça de combate do míssil, dentro de uma análise estocástica. Macfedzean (1992, p. 262) comenta que “[...] warhead characterization data is used in conjunction with the miss-distance distribution that results from the guidance and control functions to estimate kill probability.”

⁴ Tradução do autor: “[...] a informação de caracterização da cabeça de combate é utilizada em conjunção com a distribuição da distância de passagem, que resulta das funções de guiagem e controle, para estimar a probabilidade de destruição.”

O CONTRATO DE AQUISIÇÃO COMO GARANTIA DE DESEMPENHO

Todos os modelos e análises, propostos nesse trabalho, dependem do grau de confiabilidade das informações fornecidas pelos fabricantes das armas e sensores, considerados durante o processo de seleção.

Em alguns casos é possível avaliar a consistência desses dados, por meio dos próprios resultados obtidos nas simulações. Esse, aliás, é um dos objetivos de se empregar uma metodologia de análise. Entretanto, devido à impossibilidade de se confirmar muitas das informações fornecidas, por meio de simulações apenas, os dados declarados pelos fabricantes devem constar do contrato, para futura verificação durante os testes de fábrica, ou na avaliação operacional dos respectivos equipamentos (BAKER, 1990, p. 513)

SELEÇÃO DO SICONTA

O ponto de partida para a seleção das armas e dos sensores, que tem como objetivo a configuração do sistema de combate de um navio de superfície, são os Estudos de Exeqüibilidade (EE). A seleção do SICONTA é feita ainda na fase dos EE, a qual consiste em definir uma arquitetura integrada às armas e sensores, a fim de permitir que o navio execute adequadamente as suas tarefas, dentro dos cenários especificados nos RANS.

Entretanto, a metodologia utilizada para a análise de desempenho do SICONTA difere daquela proposta para a seleção das armas e sensores. Por se tratar de um Sistema Digital Operativo, desenvolvido para processar informações e executar comandos e controles em “tempo real”⁵, a sua simulação na fase de projeto consiste de três atividades básicas: elaboração do modelo funcional do sistema de combate; análise do fluxo de informações no SICONTA (tráfego na rede de dados); e simulação das interfaces.

A elaboração do modelo funcional do sistema de combate é feita a partir dos requisitos estabelecidos nos RANS do navio e consiste de um diagrama que tem origem nas funções de alto nível do sistema. Com o auxílio dessa representação gráfica, são detalhadas as funções executadas nos níveis inferiores, até atingir os níveis mais baixos que representam os recursos necessários à execução das tarefas do sistema, ou seja, equipamentos, software, pessoal, informações e itens logísticos, dentre outros (BLANCHARD, 1998, p. 62-64). Atualmente, existem *softwares* que auxiliam na elaboração do diagrama funcional do sistema, tais como o *System Architecture*.

⁵ Na maioria das definições, “tempo real” é descrito como uma característica de resposta rápida, compatível com as funções que um sistema deve desempenhar (ALLWORTH, 1981, p. 12).

O exercício de representar o sistema de combate por meio de um diagrama detalhado de níveis funcionais (*breakdown*), seguindo uma seqüência do mais alto nível para o mais baixo (*top-down*), é uma abordagem que auxilia na seleção da sua arquitetura, ainda na fase dos EE. Sistemas de combate que necessitem executar simultaneamente um elevado número de funções de alto nível, para uma quantidade elevada de ameaças, provavelmente serão mais bem projetados com uma arquitetura distribuída. Outros sistemas, idealizados para fazer frente a cenários de poucas ameaças, poderão ser configurados com uma arquitetura centralizada.

Outra atividade necessária à análise do desempenho de um sistema de combate é a simulação do fluxo de informações que trafegam no SICONTA, para a execução das suas funções. Mesmo após a definição do tipo de arquitetura a ser empregada no sistema, é necessário que o seu desempenho seja testado, a fim de se verificar a sua capacidade de processar, em “tempo real”, as funções essenciais de combate, tais como o engajamento de alvos, tanto em operações de ataque como de defesa do próprio navio. Além disso, o sistema deve ser capaz de executar funções auxiliares, tais como a distribuição dos sinais da giro, do anemômetro e do hodômetro, em um nível de prioridade compatível com a velocidade exigida para os processos essenciais do sistema.

A simulação do fluxo de informações na fase dos Estudos de Exequibilidade pode ser feita por estudos meramente teóricos da carga do sistema, ou pela comparação com outros sistemas de combate já em operação. Modelagens mais complexas chegam a empregar computadores e redes de dados com a mesma capacidade projetada para a arquitetura do SICONTA.

Ainda no mesmo contexto de avaliação de desempenho do sistema de combate durante a execução das suas funções essenciais e auxiliares, os Estudos de Exequibilidade devem analisar as interfaces que possibilitam a interconexão entre o SICONTA e as armas e sensores. Dependendo da importância do equipamento, a análise das suas interfaces pode variar de uma simples verificação teórica dos sinais, até um teste envolvendo simuladores que monitoram o tráfego de dados através das interfaces durante a operação.

ARQUITETURA DO SICONTA

A finalidade do SICONTA é executar automaticamente as funções que, antes do advento dos computadores digitais, eram desempenhadas pelos operadores. A compilação do quadro tático, a solução de problemas de navegação, a inicialização de acompanhamentos, o processamento das ações de engajamento, etc., passaram a ser funções implementadas pelos diversos sistemas que compõem o SICONTA (PAKENHAM, 1989, p. 96-103).

Nesse sentido, pode-se identificar dois tipos básicos de arquitetura para o SICONTA, que serão abordados neste capítulo para ilustrar os aspectos a serem considerados no projeto e no desenvolvimento desse sistema: a centralizada e a distribuída.

Pelo próprio curso histórico do desenvolvimento dos sistemas computacionais, a arquitetura centralizada foi a primeira a ser empregada no projeto de sistemas de combate. Basicamente, essa arquitetura é composta de uma unidade de processamento central, denominada de *mainframe*, por onde trafegam todas as informações e onde são processados todos os cálculos necessários à consecução das funções do sistema; e de unidades periféricas, que são usuários dessas informações.

Conforme ilustrado na Figura 3, a arquitetura centralizada demanda que toda carga do sistema trafegue através do computador central (Processador de Dados Central). Isso requer processamento de elevada performance para que a alta velocidade necessária à execução simultânea das funções de combate seja mantida, mesmo em situações de carga intensa do sistema, ou seja, durante a ocorrência de intenso fluxo de informações no computador central. Pakenham (1989, p. 101) comenta que *“the demand for such rapid response taxes even a computer’s ability, and the need to react within few seconds can pose a impossible task in a busy situation with several threats occurring simultaneously.”*⁶

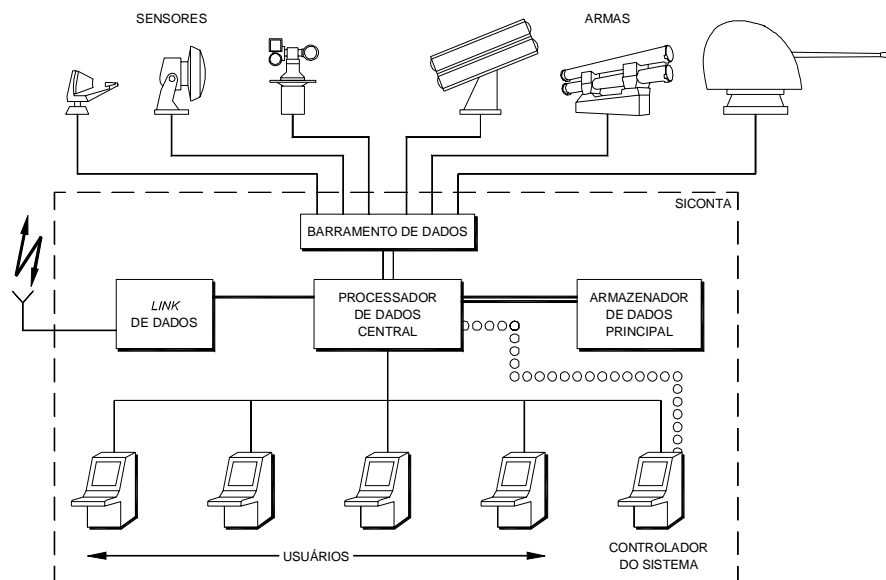


Figura 3 - Diagrama de um sistema de combate com arquitetura centralizada para o SICONTA (dados extraídos de PAKENHAM, 1989, p. 97).

⁶ “a demanda por respostas tão rápidas sobrecarrega até a capacidade de um computador e a necessidade de reação em poucos segundos pode atribuir uma tarefa impossível em uma condição de congestionamento, com várias ameaças ocorrendo simultaneamente.”

A arquitetura distribuída, ilustrada na Figura 4, é composta de vários computadores independentes, denominados Usuários, que compartilham a execução das funções do sistema. As unidades se comunicam por meio de uma Rede de Dados que permite a interligação entre o SICONTA, as armas e os sensores, com várias combinações simultâneas, ou seja, com a execução paralela de mais de uma função, independentemente do processamento de outras.

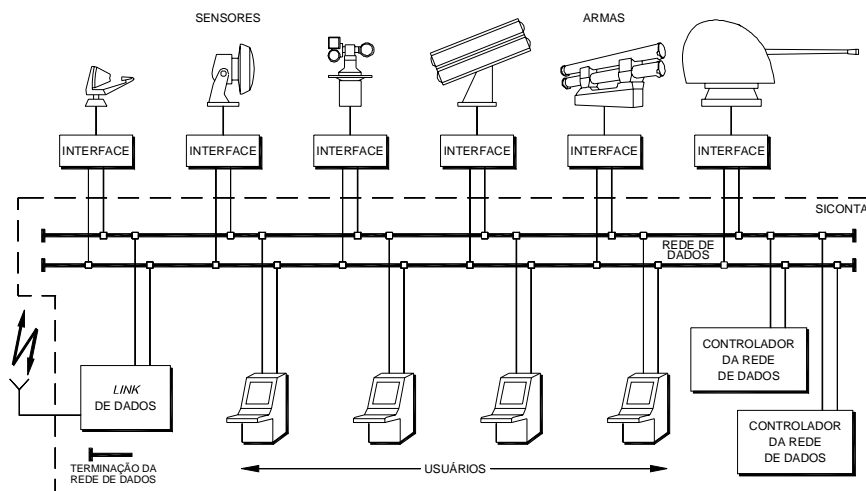


Figura 4 - Diagrama de um sistema de combate com arquitetura distribuída para o SICONTA (dados extraídos de PAKENHAM, 1989, p. 102 e BAKER, 1990, p. 493).

A arquitetura distribuída proporciona maior confiabilidade ao SICONTA, por permitir a reconfiguração do sistema na eventualidade da avaria de um dos seus computadores (Usuários da Figura 4), ou seja, o sistema pode continuar operando em modo degradado, o que não é normalmente possível na arquitetura centralizada (PAKENHAM, 1989, p. 103).

A operação no modo degradado, no entanto, não pode ser aplicada a todas as funções do sistema. O navio tem de ser capaz de manter certas capacidades de combate, mesmo em presença de avarias. De uma maneira geral, esse princípio de redundância deve ser aplicado às funções críticas do sistema, em consonância com os requisitos estabelecidos nos RANS.

ANÁLISE DO DESEMPENHO DE UM SISTEMA DE COMBATE

Macfadzean (1992, p. 289-290) propõe que a simulação do engajamento é o nível adequado para analisar o desempenho de um sistema de combate. Entendido como sendo o encontro entre o navio e uma ameaça, o processo de

engajamento envolve as funções fundamentais do sistema, que devem ser executadas em uma moldura temporal, compatível com a cinemática do ataque.

À semelhança do que foi discutido anteriormente, a simulação do engajamento é realizada com o auxílio de um modelo matemático que possibilita avaliar o desempenho do sistema de combate, dentro de um cenário preestabelecido. No entanto, são necessários mais de um modelo para descrever todas as fases do engajamento, alguns de caráter determinístico, como o modelo de guiagem de um míssil em vôo; e outros estocásticos, como o modelo de disparo de um canhão.

SIMULAÇÃO DO COMBATE

As macrofunções de um sistema de combate, que são executadas durante o enfrentamento de uma ameaça, consistem da detecção, da designação do alvo para um dos sistemas de armas (*Target Indication* - TI) e do engajamento. Na última fase dessa seqüência, o sistema seleciona a arma e o sensor, efetua o disparo contra o alvo e avalia a destruição da ameaça.

A Figura 5 ilustra a defesa de ponto de um navio de superfície contra uma ameaça aérea, exemplificada por um avião armado com bomba. A seqüência de combate é representada por etapas numeradas de (1) a (12), na qual é empregado um míssil antiaéreo como arma durante o engajamento.

A simulação da seqüência inicia com a busca (1). O instante em que a ameaça atinge a distância máxima de detecção é usado como o marco de início da contagem do tempo de aproximação do avião, que irá determinar a sua posição em cada etapa do combate.

Em seguida ocorre a detecção (2) da ameaça pelo radar de busca. Além do diagrama de cobertura do radar ilustrado na Figura 1, é necessário estabelecer o valor mínimo da probabilidade de aquisição a partir do qual será considerado o estabelecimento de um contato válido, ou seja, da aquisição (3) do alvo. Esse evento envolve um número mínimo de varreduras do radar (detecções) antes que ocorra a aquisição, pois o diagrama de cobertura do radar é geralmente calculado para uma única varredura. Como cada detecção é um evento estocástico independente, a probabilidade de aquisição após 3 varreduras, por exemplo, é obtida pela expressão $P_{(N \text{ varreduras})} = 1 - (1 - P_{(1 \text{ varredura})})^N$, para $N=3$. Como exemplo, para 80% de probabilidade de detecção em 1 varredura, a probabilidade de aquisição, após 3 varreduras, será de 99,2%.

As etapas de inicialização de um acompanhamento (4), identificação (5) e designação do alvo (6), são modeladas em termos de tempo gasto para a execução de cada uma delas, independentemente de serem executadas manualmente ou automaticamente pelo sistema. Esses tempos irão afetar a distância na qual o alvo será destruído e, conseqüentemente, na avaliação do

desempenho do sistema durante o combate. O mesmo ocorre com a etapa de designação da arma/sensor (7) que dará início à seqüência de engajamento.

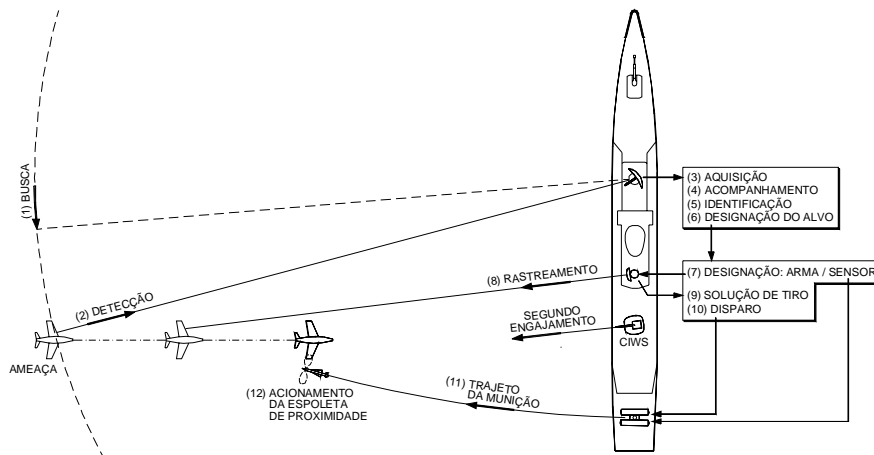


Figura 5 - Processo de combate contra uma ameaça aérea. Fase de detecção: busca, detecção, aquisição, acompanhamento e identificação. Fase de designação do alvo. Fase de engajamento: designação da arma e sensor, rastreamento, solução de tiro, disparo, trajeto da munição e acionamento da espoleta de proximidade (dados extraídos de GATES, 1987, p. 24-28 e de MACFADZEAN, 1992, p. 298).

Durante o rastreamento (8), ou *tracking*, devem ser contabilizados os intervalos de tempo necessários para a execução dos eventos manuais e/ou automáticos de operação do sensor. Essa etapa introduz uma nova variável na simulação do combate: a precisão do rastreamento, que será utilizado para o cálculo da *miss-distance* (distância de passagem míssil-alvo), caso o míssil empregado seja do tipo CLOS.

Na seqüência, o sistema calcula a solução de tiro (9), em função dos dados recebidos continuamente do sensor de rastreamento. No modelo matemático adotado para a simulação do combate, o algoritmo usado na predição do ponto futuro do alvo deve ser implementado de acordo com as características da arma empregada no engajamento.

O disparo (10) encerra a simulação dos eventos que envolvem os sistemas instalados a bordo. O tempo despendido para a solução de tiro, até o instante em que é executado o disparo efetivo da arma, deve ser computado para o cálculo da posição do alvo no início da etapa seguinte do combate, ou seja, do trajeto da munição.

Durante a simulação do trajeto da munição (11) devem ser utilizados modelos específicos para cada tipo de munição. Sobre esse aspecto, cabe observar que o tratamento matemático para o projétil de um canhão, por

exemplo, é consideravelmente diferente daquele empregado para um míssil, cuja trajetória é corrigida pelo seu sistema de guiagem.

Uma vez obtida a posição do míssil em relação ao alvo, no ponto de passagem (*miss-distance*), é realizada a verificação para o acionamento da espoleta de proximidade (12), que irá detonar a cabeça de combate do míssil, caso a distância de passagem seja menor que a distância máxima de sensibilidade da espoleta de proximidade. Aplica-se então o modelo de espalhamento dos fragmentos da cabeça de combate do míssil e calcula-se a probabilidade de destruição do alvo.

Após a avaliação da destruição do alvo, o modelo poderá ainda incluir um segundo engajamento, a ser realizado com a mesma arma, ou com outra mais apropriada ao engajamento a distâncias mais próximas do navio, como o CIWS ilustrado na Figura 5, ou outro canhão de baixo calibre.

MEDIDA DE DESEMPENHO

Ao se estabelecer os requisitos de um navio, tem-se em mente a execução de tarefas que deverão ser desempenhadas em cenários reais de operação. Como nas fases que se sucedem, até o comissionamento, não haverá oportunidade de se realizar ensaios de funcionamento dos sistemas, para que sejam efetuadas verificações intermediárias, é indispensável que uma medida de desempenho seja empregada, de modo a permitir alterações nos requisitos antes mesmo do início da fase de detalhamento do projeto do navio. Uma medida que pode ser utilizada para esse fim é a própria probabilidade de destruição das ameaças. Essa medida deve ser calculada por meio de simulações de combate.

CONCLUSÃO

A primeira fase do processo de obtenção e modernização de navios na MB consiste na elaboração dos Estudos de Exequibilidade, cujo objetivo é propor configurações que atendam às funcionalidades estabelecidas para o navio através dos RANS. Os resultados dos EE são utilizados para validar os requisitos, ou subsidiar alterações visando torná-los exequíveis. Por isso, é indispensável que sejam utilizados modelos matemáticos para simular a operação dos sistemas na execução das suas tarefas, especialmente no combate às ameaças previstas para os cenários onde o navio irá operar.

Enquanto as tecnologias de construção naval são de domínio da Marinha desde o período colonial brasileiro (BARBOZA, 2005), o uso de mísseis antiaéreo só foi introduzido na MB a partir da década de 70, com a aquisição das Fragatas Classe “NITERÓI”. O mesmo pode se dizer a respeito do emprego de sistemas de combate baseados em Sistemas Digitais Operativos.

O primeiro empreendimento que empregou procedimentos de modelagem matemática e simulações, para avaliar o desempenho do sistema de combate, foi o projeto Modfrag. Procedimentos semelhantes foram utilizados durante a execução do projeto do Navio-Patrolha Oceânico, porém em escala menor, pois a configuração das armas e sensores era mais simples do que a existente no sistema de combate do projeto Modfrag.

Essa foi a principal motivação para elaborar o presente trabalho, no qual é proposta uma metodologia de configuração dos sistemas de combate, a ser empregada durante o processo de obtenção e modernização de navios de superfície, mais especificamente na condução dos EE.

A metodologia proposta divide-se em três fases concatenadas. Inicia-se com a seleção das armas e sensores por meio da simulação do desempenho de cada um desses equipamentos individualmente, ou seja, operando *stand-alone*. Esse procedimento é construído sobre modelos matemáticos das armas e sensores associados a análises qualitativas das suas características técnicas.

Na segunda fase, são estudadas as características das arquiteturas adotadas para o SICONTA que, uma vez integrado às armas e aos sensores, constituirá a configuração do sistema de combate do navio.

Ao final da conclusão das duas primeiras fases, são obtidas configurações possíveis para o sistema de combate, teoricamente capazes de atender aos requisitos estabelecidos nos RANS. Entretanto, ainda faz-se mister verificar o desempenho das armas e sensores, integrados ao SICONTA, durante o combate às ameaças previstas para os cenários de operação do navio. Isso é realizado na última fase da metodologia proposta, com a simulação das várias etapas do engajamento contra um alvo aéreo, dentro de uma moldura temporal. Desse modo, é possível obter uma medida de desempenho para o sistema, expressa em termos de probabilidade de destruição de uma ameaça representativa.

A metodologia proposta neste trabalho tem como objetivo principal antecipar problemas e deficiências ainda na fase de projeto do sistema de combate, que, a princípio, só são identificadas durante a fase de avaliação operacional do navio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLWORTH, S. T. **Introduction to Real-Time Software Design**. New York: Springer-Verlag New York Inc., 1981.
2. ARTHOU, Contra-Almirante (EN), Alan Paes Leme. **O Futuro do Projeto e da Construção de Navios de Guerra no País**. 1997. 53 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas)– Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1997.
3. BARBOZA, Contra-Almirante (EN-RM1), Tiudorico Leite. Ciência, Tecnologia e Inovação na Marinha do Brasil: Origem e Evolução; Crítica e Proposta de Reformulação. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v.125, n.10/12, p. 59-80, out./dez. 2005.
4. BAKER, Lionel. Combat System Design Developments. **Journal of Naval Engineering**. U.K., v. 32(3), p. 458-515, 1990.
5. BLANCHARD, B. S. and Fabrycky, W. J. **Systems Engineering Analysis**. 3rd edition. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice Hall, 1998.
6. CASTRO SOBRINHO, Capitão-de-Mar-e-Guerra (EN), Antonio da Silva. **Configuração de Sistemas de Combate no Processo de Obtenção e Modernização de Navios de Superfície**. 2007. 58 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.
7. FRIEDEN, D. R. **Principles of naval Weapons Systems**. Annapolis, Maryland: Naval Institute Press, 1985.
8. GARNELL, P. e East, D. J. **Guided Weapon Control Systems**. Oxford: Pergamon Press, 1977.
9. GATES, P. J. **Surface Warships – an Introduction to Design Principles**. Brassey's Sea Power: Naval Vessels, Weapons Systems and Technology Series, v. 4. London: Brassey's Defence Publishers, 1987.
10. MACFADZEAN, R. H. M. **Surface-Based Air Defense System Analysis**. Norwood, MA: Artech House, 1992.

11. PAKENHAM, Captain W.T.T. **Naval Command and Control. Brassey's Sea Power**: Naval Vessels, Weapons Systems and Technology Series, v. 8. London: Brassey's Defence Publishers, 1989.
12. ZIMM, Commander Alan D., U.S. Navy. Human-Centric Warfare (Winner of the Arleigh Burke Essay Contest). **The U.S. Naval Institute Proceedings**, Annapolis, MD, v. 125/5/1,155, p. 28-31, may 1999.

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN): Evolução e Perspectivas

Capitão-de-Corveta(CD) Sherri Ladislau do Prado

A Capitão-de-Corveta Sherri Ladislau do Prado atualmente trabalha na Clínica de Prótese na Odontoclínica Central da Marinha.

RESUMO

As mudanças no cenário estratégico mundial, decorrentes do fim da Guerra Fria, exigiram da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) a adoção de um novo conceito estratégico, que ampliou sua margem de ação para além da região euro-atlântica. A expectativa de uma agressão calculada e de grandes proporções foi substituída por uma noção de ameaça mais ampla e multidirecionada, como o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa e os conflitos étnicos. Ultimamente, os europeus têm procurado, sem muito sucesso, afirmar sua IESD (Identidade Européia de Segurança e Defesa), que possibilitaria a Europa uma maior autonomia e poder de decisão nas questões relativas à sua própria segurança e defesa. No caso do Brasil, intercâmbios e parcerias estratégicas com a OTAN podem ser vantajosas para as Forças Armadas Brasileiras e para a indústria nacional, particularmente a bélica.

Palavras-chave: Organização do Tratado do Atlântico Norte. Guerra Fria – Conceito Estratégico – União Européia e Brasil.

ABSTRACT

The changes in the worldwide strategic landscape, brought by the end of the Cold War, demanded from NATO (North Atlantic Treaty Organization) the adoption of a new strategic concept, which enlarged its sphere of action beyond the euro-atlantic area. The expectancy of a calculated and full-scale aggression was replaced by the perception of multi-faceted and multi-directional risks such as terrorism, proliferation of weapons of mass destruction and ethnic rivalries. Lately, the europeans have been trying (without much success) to improve their **ESDI (European Security and Defense Identity) in order to** assume a greater degree of autonomy and power of decision for the defense and security issues of Europe. In Brazil's case, interchanges and strategic

partnerships with NATO can be profitable for the Brazilian Armed Forces and national industry, specially the belic one.

Keywords: North Atlantic Treaty Organization. Cold War – Strategic Concept – European Union and Brazil.

INTRODUÇÃO

Há muito tempo o homem percebeu que unir-se a outros homens aumentaria as suas chances de sobrevivência e de superação de obstáculos, que de outra forma seriam intransponíveis. Com o passar dos anos, estas primitivas associações evoluíram para complexas formas de organização humana, de natureza e objetivos variados, que ao interagirem mutuamente originaram uma intrincada rede de relacionamentos de nível global.

O Estado é a expressão maior desta necessidade de unir-se ao outro, viver em sociedade e atingir metas que, neste caso, recebem o nome de interesses nacionais. Os Estados constataram que determinadas questões internacionais, surgidas na busca pela defesa de seus interesses particulares, não poderiam ser resolvidas somente pela via diplomática tradicional. Desta premência surgiram organizações representativas de interesses comuns de um grupo de Estados, de funções e campos de atuação variados, que ao minimizar a ocorrência de disputas diretas contribuem para estabilidade mundial, além de oferecer parâmetros de comportamento à comunidade internacional (Pecequillo, 2004, p.67-68). Tais organizações passaram a ser denominadas, em alguns segmentos, Organizações Internacionais Governamentais (OIGs).

O presente trabalho tem como propósito analisar o passado e o futuro de uma das mais importantes OIGs da atualidade: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para tal será traçado um paralelo entre a sua trajetória e a história do mundo nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até os dias de hoje. Inicialmente, a OTAN foi criada como um mecanismo de defesa e segurança coletiva para os países membros frente a agressões externas, principalmente contra a emergente ameaça comunista. Todavia, ela perdeu sua principal razão de ser com o final da Guerra Fria, mas sobreviveu redefinindo o seu papel e ampliando sua margem de ação no cenário mundial.

Também cabe nesta análise discorrer sobre as controversas intervenções humanitárias efetuadas pela OTAN, os anseios europeus por um sistema de segurança e defesa próprio, a importância da perene influência da hegemonia norte-americana na condução da Aliança Atlântica e as perspectivas futuras da organização frente a possíveis alterações no cenário mundial. Por fim, serão abordadas as vinculações das Forças Armadas brasileiras, e em particular da Marinha, com a OTAN.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Chegado o fim da Segunda Guerra Mundial, diferenças antagônicas e irreconciliáveis entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), antes aliadas no esforço de guerra contra o inimigo nazi-fascista, ocasionaram a bipolarização da estrutura mundial de poder. De um lado, a URSS socialista, com sua economia planificada, partido único e ideais de igualdade social; do outro, os EUA, defensores do capitalismo, da economia de mercado, da propriedade privada e da democracia. Da segunda metade da década de 1940 até 1989, estas duas superpotências tentaram difundir e implantar os seus sistemas políticos e econômicos em outros países, sendo esse período conhecido como Guerra Fria. Esta expressão define um embate que aconteceu apenas no campo ideológico e diplomático, na luta pela posição hegemônica de poder, não ocorrendo um confronto militar declarado e direto. Na verdade, apesar da aparente tranqüilidade reinante, o que existia era a “Paz Armada” e o “Equilíbrio do Terror”: EUA e URSS envolveram-se numa corrida armamentista, inclusive nuclear, espalhando exércitos e armamentos em seus próprios territórios e em países alinhados com suas doutrinas. O equilíbrio bélico era a garantia da paz.

Com o intuito de conter o avanço do comunismo sobre qualquer parte do globo, os EUA formulam em março de 1947 a Doutrina Truman. Considerada o marco inicial da Guerra Fria, ela tinha como propósito garantir ajuda militar americana a qualquer país aliado para defendê-lo de agressões externas da URSS ou da subversão interna insuflada pelo movimento comunista internacional. Na prática, os Estados Unidos assumiriam dali em diante o papel de polícia do mundo, realizando intervenções em escala global na defesa de seus interesses.

As dificuldades em sobrepujar a devastação econômica, política e social provocada pela guerra tornavam o futuro da Europa incerto. Com a escalada da Guerra Fria, ela estaria suscetível tanto às influências norte-americanas como soviéticas.

No campo econômico, a Doutrina Truman se concretizou no continente europeu através do Plano Marshall, projeto de reconstrução e estabilização da economia dos países envolvidos na guerra. Também anunciado em 1947, deve seu nome ao Secretário de Estado do governo Truman, o General George Marshall. Através desta iniciativa, foram colocados cerca de dezessete bilhões de dólares¹ à disposição das populações européias para que elas não sucumbissem à causa comunista, que apresentava saídas para a situação crítica pela qual estes países passavam, mantendo-os assim fiéis aos EUA.

¹ SARAIVA, J.F.S.(Org.). *Relações Internacionais. Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo*. Brasília: IBRI, 2001. V. II apud Devedove, 2005.

No campo militar, foi criada em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que segundo a sua página oficial na Internet², é uma “aliança política e militar”, cujo objetivo é “assegurar a defesa coletiva contra qualquer forma de agressão e manter um ambiente seguro para o desenvolvimento da democracia e para o crescimento econômico” de seus países membros. Para o presidente Truman, o plano Marshall e a OTAN eram as “duas faces da mesma moeda”. Na realidade, os Estados Unidos queriam assegurar a hegemonia militar na Europa capitalista, e também garantir um ataque rápido e eficiente no caso de um confronto com a União Soviética.

Como principal reação à OTAN, foi firmado em 1955, pelos países do Leste Europeu e a URSS, o Tratado de Amizade, Cooperação e Ajuda Mútua do Leste, ou simplesmente, Pacto de Varsóvia. Criado como uma aliança regional de segurança coletiva, na realidade serviu de instrumento, tanto político como militar aos soviéticos, para disciplinar os seus países satélites e reprimir revoltas internas contrárias ao seu domínio.

A Doutrina Truman, o Plano Marshall e o Pacto de Varsóvia fizeram ainda mais por separar o mundo em duas esferas de influência, tornando real uma divisão que já existia desde o final da Segunda Guerra.

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN)

DO INÍCIO ATÉ O FIM DA GUERRA FRIA

Fundada em 05 de abril de 1949, a OTAN teve como membros fundadores a Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Reino Unido. Posteriormente, a evolução do quadro geopolítico permitiu a incorporação de novos membros. Ainda durante vigência da Guerra Fria, ocorreu a adesão da Grécia e Turquia em 1952, da República Federal da Alemanha em 1955, e, em 1982, da Espanha redemocratizada do pós-franquismo.

O Tratado do Atlântico Norte³ é em si um documento muito simples, com apenas quatorze artigos no total. Tendo sempre como base os princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas, do qual extrai sua legitimidade, o texto do Tratado prevê inicialmente o comprometimento com a paz e a resolução pacífica de disputas internacionais. No entanto, a Aliança Atlântica se reserva o direito de legítima defesa individual ou coletiva quando um ou mais de seus membros forem vítimas de um ataque, podendo para isto, inclusive, usar de

² NATO in the 21st Century. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.

³ Tratado do Atlântico Norte. Disponível em: <www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>. Acesso em: 19 abr. 2007.

força armada. Ela reconhece, porém, que o Conselho de Segurança da ONU é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais, mas não deixa de estimular seus participantes a manter e desenvolver suas capacidades defensivas. Estão previstas consultas mútuas quando qualquer membro sentir sua integridade territorial, independência política e segurança ameaçadas. São delimitadas, ademais, as áreas geográficas de atuação da Aliança, que consistem na parte do Atlântico acima do Trópico de Câncer e nos territórios dos países que compõem o Tratado. Apesar de ser eminentemente de cunho militar, a OTAN preconiza a eliminação de barreiras políticas que impeçam o estreitamento dos laços econômicos entre seus membros. Também estabelece que as questões relativas à aplicação do Tratado sejam tomadas de comum acordo através de um conselho. Além disso, prevê a expansão da Aliança pela adesão de novos membros mediante convite, desde que estes estejam em condições de defender seus princípios e de contribuir para o aumento da segurança na região do Atlântico Norte, num processo que é conhecido como alargamento.

Ao propor o Tratado do Atlântico Norte, os EUA tinham como objetivos básicos conter a expansão socialista da URSS, assumir a liderança do bloco ocidental e preservar as relações econômicas com os países europeus enquanto democráticos e capitalistas. Ou seja, ao criar um vínculo institucionalizado entre os EUA e a Europa Ocidental, o Tratado permitiu aos americanos pleitear a sua presença em solo europeu e garantir seus interesses militares, políticos e econômicos na região. Deste modo, houve a intenção de se harmonizar dois princípios das relações internacionais: o do equilíbrio de poder e o da segurança coletiva (Leal, 2004).

Em um mundo bipolar, caracterizado pela disputa ideológica e pela corrida armamentista, constituir uma organização nos moldes da OTAN não causava maiores controvérsias entre as políticas domésticas dos países participantes. Porém, em apenas dois anos, a dinâmica do sistema internacional mudou drasticamente, tornando questionável o futuro da Aliança.

CONCEITO ESTRATÉGICO DE 1991⁴: NOVOS RUMOS

Derrubado o Muro de Berlim (e com ele as aspirações soviéticas), a Aliança Atlântica perdeu a principal razão de sua existência. Em 1991 ocorreram as primeiras mudanças de caráter normativo realmente significativas na OTAN e que viriam tentar adequá-la à nova realidade do mundo pós-Guerra Fria. Assim, foi ratificado pelos seus membros um documento intitulado Conceito Estratégico da Aliança, que reafirmava os princípios básicos do Tratado, mas fazia uma revisão dos seus fundamentos estratégicos ao longo de 59 artigos, caracterizando uma real modificação no seu conceito de segurança.

⁴ The Alliance's Strategic Concept. Rome, 1991. Disponível em: <www.nato.int/docu/basicxt/b911108a.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.

Deste modo, a percepção de ameaça à segurança deixou de ser exclusivamente geopolítica para abranger “riscos diversos e multidirecionais”. A possibilidade de um ataque massivo e calculado aos membros da OTAN foi praticamente descartada, sendo substituída pelo receio das conseqüências advindas de dificuldades econômicas, políticas e sociais, inclusive rivalidades étnicas e disputas territoriais, enfrentadas por países do Centro e Leste da Europa. Ou seja, a segurança dos países membros passou a estar diretamente relacionada à garantia da estabilidade e a promoção das instituições livres e da economia de mercado nos países do continente europeu. Os outros riscos citados são de natureza mais abrangente: proliferação de armas de destruição em massa, interrupção do fluxo de recursos vitais, atos de terrorismo e sabotagem. Como ferramentas para enfrentar esta vasta gama de ameaças, o documento propõe o diálogo e a cooperação, além da manutenção da capacidade defensiva coletiva, só que dentro de padrões mais reduzidos, proporcionais às novas demandas situacionais, privilegiando-se a mobilidade, a flexibilidade, a capacidade de adaptação contingencial e o caráter multinacional das forças militares.

No documento também estava previsto o desenvolvimento de uma Identidade Européia de Segurança e Defesa (IESD) que permitiria à Europa assumir uma maior responsabilidade pela sua própria defesa, convertendo-se assim no pilar europeu da Aliança. No entanto, ele reafirma que, pela preponderância da sua capacidade militar, a OTAN ainda é a maior responsável pela segurança do continente e que a presença de forças norte-americanas, tanto convencionais como nucleares no território europeu, permanece vital.

Todavia, o texto é inespecífico quando se trata de definir quais ameaças não bélicas podem ser enquadradas como risco à segurança dos aliados e de como lidar objetivamente com elas, a fim de que a paz e a ordem sejam restabelecidas. Embora a postura conciliatória, promotora de valores democrático-liberais, seja a principal base para a resolução destes tipos de conflitos, não fica claro como harmonizar esta nova diretriz com a natureza militar da Aliança. No texto, menções à atuação da OTAN sempre estão relacionadas com o uso tradicional da força, ou seja, a noção de segurança foi ampliada, mas continuou centrada na defesa territorial dos seus membros, conforme concebida originalmente em 1949.

Outro problema causado pela ambigüidade na definição de ameaça é que a decisão de acionar o sistema de defesa coletiva poderia se tornar uma questão de caráter eminentemente político. Normativamente, ainda não está prevista a intervenção armada em instabilidades regionais, a não ser que esta fosse considerada uma ameaça real e direta à segurança dos aliados (Viggiano, 2005).

Certamente, esta falta de objetividade relacionada ao restabelecimento da paz em casos de conflitos deveu-se a subordinação da Aliança Atlântica aos preceitos da Carta das Nações Unidas, que não sofreu modificações com o fim

da bipolaridade mundial e que, segundo o seu Capítulo VII, somente em casos de agressão o uso da força é considerado legítimo. Portanto, a ação armada continuou limitada à auto-defesa de seus membros. Para lidar com as ameaças de alcance mais amplo, fora da sua esfera de atuação, a Aliança optou por preconizar ações preventivas como a cooperação e o diálogo (Barroso, 2006). De fato, o maior mérito do documento foi enfatizar a necessidade de se estabelecer relações cooperativas com outros organismos intergovernamentais e Estados não-membros, comprometimento atestado nas atividades da Força-Tarefa Combinada (Combined Joint Task Force) e da Parceria para a Paz (Partnership for Peace), desenvolvidas já nos anos iniciais da década de 90.

Em contrapartida, a adoção do novo conceito estratégico tornou a Aliança mais suscetível a antagonismos, seja com países não-membros devido à emergência de interesses político-estratégicos conflitantes, seja com países aliados que também pertençam a uma outra OIG, quando a linha de ação da OTAN divergir das obrigações assumidas com a primeira.

CONCEITO ESTRATÉGICO DE 1999⁵: CORRIGINDO A ROTA

As transformações políticas ocorridas na Europa Central e Oriental, após o colapso da URSS, tornaram possível, em 1999, o ingresso na OTAN de três países outrora signatários do Pacto de Varsóvia: a República Tcheca, a Hungria e a Polônia. Finalmente em 2004, foi a vez da Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia aderirem à Aliança Atlântica, perfazendo o total atual de 26 países membros.

Ainda em 1999, foi ratificada a revisão da Concepção Estratégica da Aliança, agora com 65 artigos, que veio sanar as imprecisões da anterior e facilitar a operacionalização do novo conceito de segurança. O novo texto basicamente reafirma os compromissos assumidos na primeira versão, especifica mais claramente os parâmetros de atuação da OTAN e de certa forma, viabiliza normativamente o uso da força para a garantia da estabilidade do ambiente e amplia seu espaço geográfico de ação. A manutenção da estabilidade, antes prioridade estratégica, passa a ser considerada tarefa complementar da organização, enquanto de interesse para a segurança coletiva dos aliados (Barroso, 2006).

Neste documento a OTAN libertou-se da camisa de força que impedia sua ação bélica e disponibilizou, inclusive, seu conhecimento e capacidades militares para conduzir intervenções armadas não previstas originariamente no Tratado de 1949 (Viggiano, 2005). Embora em nenhum momento o termo intervenção humanitária seja utilizado, há referência textual sobre a necessidade

⁵ The Alliance's Strategic Concept. Washington D.C., 1999. Disponível em: <www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.

de valorização dos direitos humanos pelos aliados e que emergências humanitárias podem justificar a intervenção da Aliança. No entanto, as chamadas gestões de crises e operações responsivas mencionadas no documento, contribuição da Aliança para o apaziguamento de conflitos, serão decididas caso a caso, e, por consenso, preceito normativo que permite a Aliança uma grande flexibilidade e conveniência políticas quanto a sua participação ou não em conflitos.

O sítio oficial da OTAN na *internet* resume as novas feições da Aliança para o século XXI:

Em resposta às mudanças no ambiente de segurança geral, a Aliança assumiu novas responsabilidades. Estas incluem enfrentar tanto a instabilidade provocada por conflitos regionais e étnicos na Europa como ameaças com origem fora da área euro-atlântica. Atualmente, a Aliança está envolvida em uma gama cada vez mais vasta de atividades [...] como os (desafios) representados pelo terrorismo internacional e a proliferação das armas de destruição maciça. Para se manter eficaz na defesa e promoção da segurança neste novo ambiente de segurança em rápida evolução, a Aliança está empenhada numa transformação, que afeta todos os aspectos da sua agenda, com novas missões, novos membros, novas capacidades, novas parcerias e novas formas de atuar. Em consequência, a OTAN deixou de ser uma aliança geograficamente limitada para ser uma aliança que reconhece que as ameaças à segurança já não são limitadas em termos de localização e previsibilidade e que está preparada para as enfrentar quando e onde quer que ocorram. Em resposta aos novos desafios da segurança, a OTAN deixou de ser primariamente uma Aliança firmemente unida com a responsabilidade da defesa coletiva, para se tornar o centro duma parceria de países cooperando estreitamente no domínio mais vasto da segurança.⁶

A INTERVENÇÃO EM KOSOVO

Desde a desintegração da ex-Iugoslávia, a OTAN interveio militarmente nos Balcãs em três ocasiões: na Bósnia- Herzegovina em 1995, no Kosovo em

⁶ NATO in the 21st Century. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.

1999 e na ex-República Iugoslava da Macedônia em 2001, sempre com a alegação da necessidade de defesa dos direitos humanos na região. Atualmente ela dirige duas missões de manutenção da paz, a Força de Estabilização (SFOR) na Bósnia-Herzegovina e a Força do Kosovo (KFOR) na província do Kosovo, no sul da Sérvia. Ambas as missões visam “garantir um ambiente seguro, no qual todos os cidadãos, independentemente da sua origem étnica, possam viver em paz e onde, com a ajuda internacional, a democracia possa começar a se desenvolver”.⁷

À época do conflito bósnio, ainda presa ao Conceito de 1991, a OTAN restringiu sua atuação basicamente à negociação e a alguns bombardeios punitivos sem maiores conseqüências. Já em Kosovo, às vésperas da Aliança ratificar as diretrizes de 1999, a Aliança Atlântica desfechou um ataque aéreo de grandes proporções que se prolongou por onze semanas, em uma operação militar que recebeu o nome de Operation Allied Force. Em ambos os casos, as justificativas públicas dos aliados e da própria OTAN para a intervenção armada basearam-se na necessidade de salvaguardar os direitos humanos e humanitários que estavam sendo violados (Barroso, 2006). Os conflitos extravasaram as fronteiras da ex-Iugoslávia sob a forma de milhares de refugiados de guerra, que ao procurarem abrigo e segurança em Estados vizinhos causaram toda sorte de transtornos aos países que os acolheram.

De acordo com muitos críticos, de visão mais realista, as intervenções empreendidas por interesses exclusivamente humanitários são exceções, e mesmo nesses casos, a intervenção só é factível quando existe uma assimetria de poder e os custos são baixos para o agente interventor.⁸ Assim, não obstante a solidariedade humana, a ação intervencionista de cunho humanitário geralmente traz em seu bojo considerações político-estratégicas.

Os efeitos das Guerras nos Bálcãs fizeram-se sentir no conceito de 1999, que passou a enquadrar “o movimento descontrolado de um grande número de pessoas”, deflagrado particularmente por conflitos armados na periferia euro-atlântica, como uma ameaça clara à segurança e à estabilidade da Aliança. Rivalidades étnicas, disputas territoriais, esforços inadequados ou falhos de reformas, violação de direitos humanos e a dissolução de Estados também foram considerados fatores causadores de instabilidades regionais que podiam afetar a Aliança ao extravasar para os países vizinhos.

A intervenção em Kosovo tem sido objeto de exaustivas e inflamadas discussões a respeito de sua legitimidade. Muitos questionam quais princípios, regras e procedimentos tornam legítima a violação da soberania e do direito à não-intervenção de um Estado, não somente para remediar crises humanitárias,

⁷ NATO in the 21st Century. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.

⁸ KRASNER, S. Sovereignty and intervention. In Lyons, G.; Mastaduno, M. (Ed.), *Beyond Westphalia? Sovereignty and International Intervention*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995. apud Nogueira, 2000.

mas também para impor as condições em que a paz e a ordem serão reconstruídas posteriormente. Também são comuns as dúvidas sobre quais os atores do Sistema Internacional poderiam legitimamente reivindicar o direito de intervir nos assuntos internos de outros Estados, para impedir ou solucionar os casos de violação dos direitos humanos. Além disso, no rol de acusações dos opositores à atuação da Aliança Atlântica, não faltam suspeitas sobre a real motivação por trás do discurso humanitário e críticas sobre a unilateralidade da decisão de agir independente da autorização do Conselho de Segurança da ONU, que detém o monopólio do uso da força para a manutenção da paz e segurança internacionais, conferido pela Carta das Nações Unidas, constituindo-se, portanto, numa nítida violação do direito internacional.

Entretanto, mesmo a OTAN atuando sem um mandato explícito do Conselho de Segurança, nem o próprio Conselho, tampouco o Secretário Geral da ONU, condenaram a intervenção da Aliança em Kosovo. “[...] o Conselho de Segurança rejeitou a resolução que taxaria a ação da OTAN uma violação à Carta. O Secretário Annan [...] enfatizou a deficiência da carta da ONU em providenciar refúgio para aquelas vítimas de atrocidades”.⁹ Além disso, a Corte Internacional de Justiça reconheceu que não houve excessos por parte da OTAN, embora a antiga Iugoslávia houvesse afirmado que os bombardeios de março de 1999, ao causar a morte de centenas de civis, tenham violado os princípios do Direito Internacional, em especial os relativos aos direitos humanos.

A OTAN reconhece a polêmica em que se viu envolvida devido à intervenção em Kosovo, no entanto defende-se alegando que “a medida tomada resultou na criação das condições fundamentais necessárias para começar a reconstrução”¹⁰ da região. Na realidade, a inclusão das questões humanitárias no conceito de 1999, embora não associadas unicamente às manobras de intervenção, indica uma clara aceitação da legitimidade deste tipo de operação por parte da Aliança, nos anos transcorridos desde a ratificação do conceito de 1991.

Paralelamente às críticas externas, a própria OTAN enfrentou dilemas relativos ao seu envolvimento na crise kosovar, no âmbito doméstico: a discordância entre os aliados da Europa acerca da postura a ser adotada pela organização, a conclusão por parte dos EUA que as campanhas militares tinham de ser levadas a cabo fora do âmbito dos organismos coletivos da Aliança e o apoio dos membros europeus à nova Política de Segurança e Defesa da União Européia, a PESD.¹¹

⁹ STROMSETH, J. Rethinking Humanitarian Intervention: The Case for Incremental Change. In: HOLZGREFE, J.L.;KOEHANE,R.O. (Ed). *Humanitarian Intervention*. Ethical, Legal and Political Dilemmas. Cambridge: Cambridge University apud BARROSO, 2006.

¹⁰ NATO in the 21st Century. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.

¹¹ Uma OTAN Renovada. Disponível em: <www.nato.int/docu/review/2006/issue3/portuguese/art1.html>. Acesso em: 19 abr. 2007.

Independente das discussões suscitadas a respeito do tema, é inegável que a intervenção humanitária, sob as mais variadas formas, vem se tornando uma prática cada vez mais freqüente e importante no mundo pós-Guerra Fria. Esta iniciativa, historicamente tomada pelas grandes potências, tem sido motivo de diversos embates entre estudiosos do Direito Internacional, resultantes da evolução conceitual em que se encontram determinados princípios reguladores tradicionais do sistema internacional: a soberania, a não-intervenção e a autodeterminação (Nogueira, 2000, p.158). Este é um debate doutrinário que está longe do seu capítulo final.

No entanto, desde o ataque terrorista de 11 de setembro aos EUA, as discussões sobre as intervenções humanitárias passaram para um plano secundário na agenda internacional frente à importância adquirida pelos atos de terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa.

O PILAR EUROPEU DA ALIANÇA

A primeira tentativa europeia de instituir um sistema de defesa próprio remonta a assinatura do Tratado de Bruxelas em 1948. Formado unicamente por países destruídos pela guerra (Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido), visava congregar a capacidade defensiva que restava a seus membros para repelir ataques contra sua integridade. Apesar de derrotada, a Alemanha ainda era considerada uma ameaça, percepção textualmente expressa no texto do documento. No entanto, o real poderio militar do Pacto dificilmente poderia proteger seus membros de uma agressão, principalmente se fosse proveniente da emergente URSS.

Originariamente, a OTAN surge do apoio norte-americano ao Tratado de Bruxelas. A entrada dos EUA na dinâmica europeia, através do Plano Marshall e da Aliança Atlântica, ocasiona uma alteração na percepção da fonte de ameaça que deixa de ser germânica para ser soviética. Com a assinatura do Tratado do Atlântico Norte, houve um arrefecimento paulatino das rivalidades entre os países europeus e a harmonização de suas políticas. Em 1954, a República Federal Alemã e a Itália aderiram ao Tratado de Bruxelas, dando origem a União da Europa Ocidental (UEO).

No entanto, até a derrocada da URSS, os aliados europeus permaneceram sob a cômoda e exclusiva proteção da OTAN. Somente com o fim da Guerra Fria é que a idéia de uma política de segurança própria voltou a florescer na Europa.

Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastrich, que tornou real esta aspiração da recém-nata União Europeia (UE), com a criação da Política Externa de Segurança Comum (PESC). As alterações sofridas no teatro estratégico, em função dos avanços da integração europeia, retiram a UEO da inércia operacional em que se encontrava desde a criação da OTAN. Com a PESC, ela passou a

funcionar como o braço armado e o pilar europeu da Aliança Atlântica. Contudo, a atuação da UEO ficou restrita à algumas missões operacionais de pequena monta no mar Adriático, permanecendo a OTAN como a principal responsável pela defesa da Europa. Tanto assim, que as ações intervencionistas nas guerras dos Balcãs foram conduzidas exclusivamente pela Aliança Atlântica.

Em 1999, foi lançada a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), organização de defesa dentro da própria PESC, e acordada a criação de uma Força de Reação Rápida Europeia (FRRE), para atuar nas missões instituídas pela Declaração de Petersberg. Estas missões integram a PESD e estão explicitadas no Tratado da União Europeia. Elas abrangem as seguintes missões: a prevenção de conflitos, a gestão de crises humanitárias e de imposição e a manutenção da paz.

Em 2000, no Conselho Europeu de Nice, foi aprovada a transferência progressiva das funções operacionais da UEO para a UE e estabelecidas as estruturas permanentes da cadeia de comando político-militar. Em 2001, a UE foi declarada operacional e em 2003, executou suas primeiras missões militares de gestão de crises. Ainda em 2003, foi aprovada a Estratégia Europeia de Segurança e a criação da Agência Europeia de Armamento. Em suma, após o Tratado de Maastrich, a UE envidou todos os esforços ao seu alcance para tornar real a ambição europeia de construir um sistema de defesa próprio.

Este anseio europeu de resgatar o controle, perdido desde o final da Segunda Guerra, sobre as questões de segurança e defesa do seu próprio continente foi bem recebido e inclusive incitado nos Conceitos Estratégicos de 1991 e 1999. Em ambos os documentos, é clara a aprovação dada ao fortalecimento do pilar europeu da Aliança Atlântica e ao desenvolvimento de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), desde que não haja solução de continuidade no elo transatlântico. Também é estimulado o aumento do papel e das responsabilidades dos aliados europeus nas questões de segurança, pois serve não somente aos interesses dos próprios como aumenta a efetividade da Aliança como um todo. No entanto, declara enfaticamente que a OTAN desempenha papel central na nova estrutura euro-atlântica de segurança que está evoluindo juntamente com a integração europeia.

Não depender exclusivamente da OTAN (e por extensão dos norte-americanos), permitiria a UE uma maior autonomia e poder nas decisões relativas à sua própria segurança. Contudo, esta opinião não é unanimidade no seio da União Europeia: de um lado estão os franceses, que almejam vê-la o mais independente possível da OTAN e dos EUA. Do outro estão os britânicos, fiéis partidários dos norte-americanos, desejosos de estreitar cada vez mais o laço euro-atlântico, pois consideram os esquemas táticos da OTAN indispensáveis para qualquer operação mais complexa da FFRE.

A negociação de acordos de cooperação com a OTAN foi o modo encontrado pela UE para progredir sem ser objeto de rejeição por parte dos países partidários da OTAN. O mais importante deles é o “Berlim Plus”, assinado em 2003, no qual a OTAN põe a disposição da UE as suas capacidades e meios de comando.

Junto com a ausência de consenso entre os aliados europeus sobre a intervenção no Iraque, ressurgem as dúvidas sobre a real missão da OTAN: assegurar a defesa e segurança dos aliados ou defender os interesses americanos onde eles se sentem ameaçados?

Apesar dos esforços realizados pela UE, a defesa europeia está longe de se emancipar da OTAN. Os relativamente baixos orçamentos dedicados à pesquisa e ao desenvolvimento militar, pouca sinergia entre as indústrias bélicas devido à independência das políticas de defesa dos governos europeus e deficiências na racionalização e interoperabilidade dos seus meios militares tornam a União Europeia, em termos geoestratégicos, dependente de Aliança Atlântica, e por extensão dos EUA. Para existir uma parceria mais equilibrada, a UE terá que aumentar suas despesas com a defesa, harmonizar seus esforços militares e ser capaz de superar a falta de consenso entre os seus membros “atlantistas” e “europeístas”.

Na realidade, apesar das divergências, pode-se considerar a UE (PESD) e a OTAN como complementares, já que a parceria estratégica entre as duas entidades é essencial para lidar com complexidade de desafios do mundo contemporâneo. Enquanto a OTAN evolui para se adequar aos interesses estratégicos americanos, a UE, que não tem como conceber sua segurança coletiva sem os EUA, desenvolve seu próprio instrumento para gestão de crises, a fim de defender seus interesses onde os americanos não desejam intervir.

A INFLUÊNCIA DA HEGEMONIA AMERICANA

A assinatura do Tratado do Atlântico Norte em 1949 correspondeu tanto às necessidades da debilitada Europa do pós-guerra, quanto aos interesses americanos de garantir sua hegemonia política, econômica e militar na região. Os EUA “visavam não só criar um parceiro próspero e democrático, mas também ajudar a construir uma estrutura que servisse aos interesses legítimos da América do Norte em matéria de segurança”.¹²

Ao final da Guerra Fria, enquanto surgiam dúvidas sobre o futuro da OTAN, os EUA tratavam de dar-lhe novo impulso de vida com a adoção de novas diretrizes. Essencialmente americano (Ribeiro, 1999), o novo conceito estratégico continuou a atender os interesses de segurança dos EUA, a garantir

¹² NATO in the 21st Century. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.

sua presença na Europa e o controle dos comandos militares integrados da Aliança. Conforme mencionado anteriormente, o novo conceito também se mostrou favorável ao desenvolvimento de uma Identidade Européia de Segurança e Defesa (IESD) desde que isto ocorresse no seio da própria OTAN. Houve a disponibilização, inclusive, das capacidades e recursos militares da Aliança para operações efetuadas pela UE, numa base “caso a caso” e mediante consenso. Deste modo, os membros europeus assumiriam uma maior responsabilidade pela sua própria segurança, ao participar mais efetivamente nas missões e atividades da OTAN, reforçando o indissolúvel elo transatlântico.

No entanto, houve reações dos EUA ao avanço da defesa européia, que no entender dos americanos deveria contribuir com o desenvolvimento de suas capacidades para o fortalecimento da Aliança e não de progredir em detrimento dela. Este posicionamento resultou na recusa dos “3D”, em 1998, pela administração Clinton: desatrelar, duplicar e discriminar. No primeiro caso, nada de desatrelar a Europa dos EUA, ou seja, não desvincular o processo de decisão europeu do quadro mais amplo da Aliança. Em segundo lugar, nada de duplicar as forças, as estruturas de comando operacional e as decisões de aquisição de equipamento, isto é, uma para a OTAN e outra para a UE. E por último, nada de discriminar os membros da OTAN que não sejam da UE para participar das operações militares conduzidas pela última (Costa, R. 1998; Rest., 2004). Desde então, o relacionamento entre a UE e a OTAN vem evoluindo, mas sempre com a questão do grau de autonomia da defesa européia com a relação à Aliança Atlântica presente.

Aos americanos interessa o desenvolvimento da IESD já que almejam dividir as despesas financeiras e militares com a UE, deixando de ser os que mais arcam com os custos da segurança e defesa européia. Isto ocorrendo dentro da OTAN permite aos EUA controlar e até ter uma voz de veto dentro da segurança e defesa européias (Fontoura, 1999, p.188; Leal, 2004, p. 235;). Além disso, o insuperável poderio militar americano confere aos EUA uma posição de destaque nos processos decisórios da Aliança.

Da forma como é concebida atualmente, a IESD está sujeita às condições e aos limites estipulados pelos EUA. Eventualmente, o choque de interesses pode levar os europeus a um afastamento político-militar progressivo dos americanos, tornando-se imperioso construir uma capacidade autônoma. Contudo, isto não deve ocorrer a curto prazo já que a UE, antes de mais nada, deverá sanar os problemas citados anteriormente: as divergências internas entre seus membros, o relativamente baixo orçamento militar e a falta de uma política de defesa comum entre os seus membros.

Os alargamentos pelos quais a OTAN e a UE vêm passando são bastante semelhantes geograficamente. A aceitação de países do leste europeu em ambas as organizações, reforça sobremaneira a supremacia dos EUA na OTAN e sua

influência na UE. Estes países ainda têm na memória a opressão soviética da qual foram protegidos pelos americanos que apoiaram suas admissões na OTAN. Isto os torna membros bastante “atlantistas”, empenhados em agradar os EUA, podendo fazer com que a balança de poder dentro da Aliança penda ainda mais a favor dos americanos.

Participar ativamente de organizações internacionais de um modo geral, e da OTAN em particular, é uma decisão estratégica decorrente de diretrizes e orientações constantes de vários documentos da política de alto nível americana. Isto permite aos EUA influenciar decisivamente na condução destes organismos, transformando-os em instrumentos extremamente úteis para a consecução dos objetivos da sua política externa. A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (The National Security Strategy of the United States – NSSUS)¹³, em sua edição de 2002, por exemplo, estabeleceu que a “América implementará suas estratégias organizando coalizões - tão amplas quanto possível...” e que “liderar efetivamente uma coalizão requer prioridades claras, a apreciação dos interesses alheios e consultas consistentes entre os parceiros com espírito de humildade”. A NSSUS de 2006, que reforçou e complementou as diretrizes da anterior, afirma que um dos pilares da estratégia americana é “confrontar os desafios do nosso tempo, liderando a crescente comunidade de democracias”. Logo, apontar que os EUA procuram influenciar organismos internacionais em benefício próprio, é antes de uma “acusação”, uma simples constatação (Abreu, 2006, p.114).

De tudo que foi exposto acima, conclui-se que a OTAN foi criada por iniciativa norte-americana como um instrumento político-militar para atender basicamente interesses particulares, mesmo que o propósito declarado do Tratado tenha sido o de proteger e ajudar a reerguer a débil Europa do pós-guerra. Decorridos quase sessenta anos, a supremacia militar dos EUA tem garantido que esta realidade permaneça inalterada, muito embora sua liderança política venha sendo questionada, quando considerada incompatível com os interesses europeus.

Como sintetiza Almeida (2002), o preparo militar da OTAN para assumir as novas atribuições a que se propôs tem se mostrado maior do que sua coesão política interna. Ou seja, a ausência de uma consciência única para lidar “com a causa dos direitos humanos, da democracia e do meio ambiente podem levar a OTAN a caminhos bem mais difíceis do que aqueles anteriormente balizados pelo maniqueísmo da Guerra Fria”.

AS PERSPECTIVAS FUTURAS DA ALIANÇA

Contrariando as expectativas, a OTAN sobreviveu à revolução geopolítica provocada pelo fim da ameaça soviética e vem se transformando para atender

¹³ Disponível em: <www.whitehouse.gov/nsc/>. Acesso em 18/08/2007

as demandas da nova realidade que se impõe. A Aliança Atlântica está ciente de que terá que continuar seu processo de mudança se quiser acompanhar a evolução do cenário internacional.

Deste modo, em 2005, o Centro Clingendael para Estudos Estratégicos (Clingendael Centre for Strategic Studies - CCSS), em Haia, colaborou com a Agência de Consultas, Comando e Controle da OTAN (NATO Consultation, Command and Control Agency – NC3A), conduzindo um estudo sobre potenciais contextos futuros para auxiliar no planejamento de defesa da Aliança Atlântica. Este estudo, intitulado “A OTAN do Futuro”¹⁴, foi uma das fontes utilizadas pela NC3A para colaborar com o Comando Aliado para Transformação (Allied Command Transformation – ACT) no desenvolvimento de uma gama de possíveis “mundos futuros”, cada um deles apresentando um ambiente de segurança diferente e consequentemente, uma OTAN diferente.

Segundo este trabalho, os vários estudos já feitos acerca do futuro da Aliança Atlântica tendem a ser, quando de natureza normativa, o reflexo das inclinações políticas de seus autores ou pecam por apenas extrapolar tendências atuais quando tentam explorar o futuro. As várias reviravoltas sofridas pelo sistema internacional nas últimas décadas – a dissolução da URSS, a reunificação alemã, o surgimento do terrorismo como maior ameaça à segurança mundial – deixam claro as limitações da abordagem por extrapolação para subsidiar um planejamento de defesa de longo prazo como o pretendido pela OTAN.

A fim de contornar estes problemas o CCSS organizou um “workshop” que reuniu um grupo de analistas holandeses de alto nível com formação profissional, acadêmica e ideológica diversificada.

Na primeira fase do trabalho, os analistas identificaram as características fundamentais da Aliança suscetíveis de mudança nos próximos vinte anos e quais fatores poderiam funcionar como catalisadores destas modificações. As principais características identificadas foram: a força do elo transatlântico, a liderança dos EUA, a amplitude geográficas das operações, a tomada de decisão acerca de questões polêmicas, o quanto a OTAN é capaz de influenciar as decisões e atitudes de seus membros, o espectro de conflitos no qual a Aliança vai enviar missões, a capacidade disponível e a eficácia conjunta dos seus instrumentos de coação, o equilíbrio entre a dimensão política e militar e a extensão e dispersão geográfica de seus membros. Como catalisadores de mudanças foram identificados os seguintes fatores: a predisposição dos EUA para assumirem um papel de liderança na OTAN (líder forte ou ausente), impacto do desenvolvimento da União Européia (ator político coerente ou fraco) e a percepção de ameaças (comum a todos os membros ou diversificada).

Na segunda fase do trabalho, foram propostos cinco cenários instantâneos, ilustrativos de como a Aliança poderia evoluir até 2025, tendo como variantes

¹⁴ Disponível em: <www.otan.nato.int/docu/review/2006/issue2/portuguese/military.html>. Acesso em: 1º jul. 2007.

gradações de valor das características e catalisadores anteriormente identificados. Sem pretender esgotar todas as possibilidades futuras possíveis, os analistas tiveram o cuidado de selecionar cenários suficientemente variados e abrangentes de forma a não deixar de captar as principais dimensões de mudança. O primeiro cenário se caracteriza por uma forte liderança norte-americana, uma percepção comum de ameaça à segurança e uma União Européia relativamente fraca. No segundo cenário, o elo transatlântico surge forte combinado a uma parceria ativa com uma Europa coesa. Nos dois cenários seguintes, ocorre uma diminuição progressiva do elo transatlântico e da liderança dos EUA, até chegar ao último e quinto cenário, no qual os americanos se mostram totalmente desinteressados pela Aliança ao lado de União Européia fragmentada.

Ao final do trabalho, o grupo concluiu que sem a liderança dos EUA, as perspectivas futuras da OTAN não são boas, independente da presença de uma União Européia forte ou fraca e da avaliação das ameaças. Ou seja, mais do que qualquer influência ou ameaça proveniente do ambiente externo de segurança, são os desenvolvimentos no seio da Aliança os mais importantes para garantir o seu futuro.

O trabalho desenvolvido pela CCSS só confirma opinião anteriormente emitida de que a OTAN foi criada por e para os americanos. Sem o poderio militar, a liderança política e o interesse dos americanos pela sua continuidade a Aliança Atlântica está destinada a um papel inexpressivo no cenário internacional ou mesmo, quem sabe, ao desaparecimento.

AS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS E A OTAN

Para o aprimoramento da capacitação nacional é essencial estabelecer intercâmbios com as Forças Armadas de outros países e buscar novas parcerias estratégicas, conforme estabelecido em Orientação Estratégica da Política de Defesa Nacional (PDN).¹⁵ Desta forma, considerou-se relevante abordar as vinculações das Forças Armadas brasileiras, em particular da Marinha, com a OTAN.

Cabe destacar que tais vinculações também concorrem para o cumprimento de várias Diretrizes da PDN, particularmente as seguintes:

‘XXIII – dispor de capacidade de projeção de poder, visando à eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU;

¹⁵ Entre outras, a PDN estabelece a seguinte Orientação Estratégica: “6.11 Além dos países e blocos tradicionalmente aliados, o Brasil deverá buscar outras parcerias estratégicas, visando a ampliar as oportunidades de intercâmbio e a geração de confiança na área de defesa”.

XXIV – criar novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa;

XXV – participar de missões de paz e ações humanitárias, de acordo com os interesses nacionais; e

XXVI – participar crescentemente dos processos internacionais de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil.

Uma das mais tradicionais e vantajosas formas de intercâmbio é a realização de exercícios militares com as forças de outros países. Este tipo de atividade possibilita o desenvolvimento da interoperabilidade com as Forças Armadas estrangeiras, a aquisição de novos conhecimentos, a instituição de contatos interpessoais e de colaboração futura entre os envolvidos. Mas, acima de tudo, permite ao Brasil “mostrar bandeira”, ou seja, revelar ao mundo a capacitação de nosso país e de seus militares.

Consciente das vantagens mencionadas, a Marinha do Brasil procurou incrementar seu relacionamento com as Marinhas da OTAN, participando de diversos exercícios operativos na região do Atlântico Norte, como as operações Linked Sea e Swordfish, além de missões de representação. Entretanto, restrições orçamentárias reduziram a realização de eventos dessa natureza, diminuindo consideravelmente a ação de presença do Brasil no exterior, não apenas no Atlântico Norte, mas também em outros cenários de interesse. Felizmente, de acordo com uma matéria publicada no BONO nº 399 de 29 de junho de 2007 do Comandante de Operações Navais, a Marinha tem a intenção de intensificar as comissões ao exterior

[...] por entender que, além de cumprirem a finalidade estratégica de ‘mostrar bandeira’ do Brasil, propiciam às tripulações a oportunidade ímpar de enriquecimento cultural e, mercê da motivação que infundem, incentivam a dedicação ao serviço, contribuindo para a otimização do adestramento naval.

Uma importante parceria que o Brasil estabeleceu com a OTAN foi a assinatura, em 1997, de um acordo bilateral com a NAMSA (NATO Maintenance and Supply Agency)¹⁶, quando se filiou ao Sistema OTAN de Catalogação (SOC).

¹⁶ Órgão responsável pela logística da OTAN que disponibilizou o SOC para países não pertencentes à Aliança Atlântica.

O SOC possibilita aos membros da Aliança Atlântica obter a máxima eficiência na gestão de material e apoio logístico, ao padronizar a identificação, classificação e codificação de itens de suprimento. Inicialmente, o Brasil foi admitido como Tier 1 (participação parcial), país não aliado que tem acesso aos dados de catalogação, às publicações e aos serviços disponíveis a todos os países da OTAN. Em 2002, galgou ao nível Tier 2 (participação plena), que confere ao país não aliado, além das benesses anteriores, o direito de incluir seu material de defesa nos catálogos do SOC. Imediatamente, mais de cinquenta países participantes do sistema tornaram-se potenciais consumidores para os materiais fabricados pela indústria nacional, particularmente a bélica. Como Tier 2, o Brasil também terá o direito de opinar e votar no âmbito da NAMSA, defendendo seus interesses nacionais relativos a itens de defesa e matérias de caráter técnico-administrativo.¹⁷

Deve-se deixar claro que essas iniciativas de aproximação com a OTAN não significam que o Brasil esteja pretendendo candidatar-se a membro efetivo, como fez a Argentina há alguns anos atrás. De acordo com o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em um artigo apresentado em um ciclo de debates organizado pelo Ministério da Defesa, em 2003, a América do Sul possui “identidade estratégica própria, que não se confunde com a da América do Norte, o que torna inaplicáveis conceitos de segurança hemisférica do gênero ‘one size fits all’. [...] não participamos, nem queremos participar de alianças militares de compatibilidade duvidosa com as Nações Unidas”.

Na opinião do Embaixador Macedo Soares (2004, p. 149-150), a América do Sul é uma região de relativa estabilidade que, fora raras exceções, não registra casos de tensão militar significativa ou apresenta risco de guerra. As preocupações que afligem os países desenvolvidos são apenas parcialmente compartilhadas, já que os países sul-americanos são afetados por outros fatores, mais vinculados ao plano de segurança do que ao da defesa. Sendo assim, essa identidade estratégica própria faz com que seja natural trabalhar-se em torno de uma agenda sul-americana de segurança e defesa de modo a reduzir a vulnerabilidade da região, reforçar a sua posição frente a outros blocos e proporcionar melhores condições para enfrentar os desafios da inserção no cenário internacional.

CONCLUSÃO

Criada por iniciativa americana como instrumento político-militar para conter as aspirações soviéticas na Europa, a Organização do Atlântico Norte

¹⁷ Dados obtidos no Relatório de Atividades do Poder Executivo relativos ao Ministério da Defesa no sítio da Controladoria-Geral da União. Disponível em: <www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2004/Volume1/C%20-%200006.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2007.

(OTAN) viu a razão maior de sua existência ruir juntamente com o Muro de Berlim. A reestruturação da Aliança Atlântica, iniciada em 1991 e complementada em 1999, foi consequência natural da necessidade de adaptação ao novo cenário mundial que se delineou com fim da Guerra Fria e que continuou a evoluir nos anos seguintes.

A segurança e defesa coletiva dos aliados teve seu foco retirado da expectativa de um conflito calculado e de grandes proporções para uma noção de ameaça mais ampla e multidirecionada. O novo conceito estratégico permitiu à Aliança ampliar seu mandato e raio de ação originais e a atuar numa vasta gama de situações num espaço geográfico impreciso quanto aos seus limites. Todavia, esse novo perfil tornou a Aliança mais suscetível a antagonismos tanto com países não-membros, devido a interesses político-estratégicos conflitantes, como com os aliados, em virtude de obrigações assumidas por estes países com outras OIGs, de linhas de ação incompatíveis com a OTAN.

Paralelamente, a União Européia tem empreendido esforços para operacionalizar um instrumento de segurança e defesa próprio, mais identificado com as necessidades do cenário estratégico europeu, que nem sempre são coincidentes com os interesses norte-americanos. Todavia, os relativamente baixos orçamentos militares, a inexistência de uma política de defesa comum e a ausência de uma consciência única entre seus membros não têm permitido que a União Européia alcance uma maior autonomia com relação à OTAN, permanecendo a Aliança Atlântica a principal responsável pela segurança européia. Aos americanos interessa o desenvolvimento de uma IESD, desde que isto ocorra no seio da OTAN, de forma a dividir os custos militares e financeiros com a UE de policiar a Europa e o mundo, mas sem perder a capacidade de influir nas questões de segurança e defesa européias. Eventualmente, o choque de interesses entre europeus e americanos, pode levar a UE a promover mais eficazmente sua IESD e ao afastamento político-militar paulatino dos EUA. Contudo, tal cenário não é vislumbrado a curto prazo.

Participar ativamente da OTAN (e de outras organizações internacionais de prestígio) permite aos EUA influir de maneira decisiva na sua condução, de forma a atender seus interesses político-estratégicos. Este caráter instrumental das OIGs é decorrente de orientações e diretrizes presentes em documentos de alto nível da política externa americana, como por exemplo, as NSSUS.

Criada por e para os americanos, a OTAN tem seu futuro garantido enquanto houver interesse por parte dos EUA em alimentar financeira e militarmente a Aliança Atlântica. Sem a potência hegemônica, independente de uma UE coesa e forte, a OTAN está fadada a uma atuação inexpressiva no cenário internacional ou mesmo, quem sabe, ao desaparecimento.

Quanto ao Brasil, o estabelecimento de intercâmbios e parcerias com a Aliança militar mais poderosa da atualidade, conforme preconizado na PDN, pode apresentar vantagens significativas para as Forças Armadas brasileiras e para a indústria nacional, particularmente a bélica. A realização de exercícios militares com os países aliados e a participação do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação (SOC) são exemplos bem sucedidos de aproximação com a Aliança Atlântica. Entretanto, estas manobras de aproximação não exprimem uma vontade do país de ingressar na OTAN como membro efetivo. O Brasil considera o espaço sul-americano prioritário, pois os países do continente possuem uma identidade estratégica própria, mais voltada para questões de segurança do que de defesa. Deste modo, uma agenda sul-americana de segurança e defesa levaria a redução de vulnerabilidades regionais, a um posicionamento mais efetivo perante outros blocos e a melhores chances de inserção no cenário internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABREU, G.M. A Decisão do Brasil de Participar da Minustah no Contexto da Implementação de Políticas Públicas. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 46, p. 108-140, 2ºsem. 2006.
2. AMORIM, C.L.N. O Brasil e os Novos Conceitos Globais e Hemisféricos de Segurança. In: ATUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO BRASILEIRO EM MATÉRIA DE DEFESA E SEGURANÇA, 2003, Itaipava. [Artigos apresentados...]. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2178>. Acesso em : 17 jun. 2007.
3. ALMEIDA, P. R. A OTAN e o Fim da Guerra Fria. **Revista Espaço Acadêmico**, [Maringá], v.1, n.9, Fev. 2002. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/009/09_almeida_otan.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.
4. BARROSO, J.L.V. Segurança e Uso da Força no Contexto da OTAN Pós-Guerra Fria. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 27, p. 43-63, Nov. 2006.
5. BRASIL. Controladoria Geral da União. Balanço Geral da União, v 1, 2004. **Relatório de Atividades do Poder Executivo**. Disponível em: <www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2004/Volume1/C%20-%202006.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2007.

6. BRASIL. Decreto n. 5.484 de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 11 ago. 2007.
7. COSTA, R. As Propostas de Reforma da OTAN. **Informação Internacional: Análise Econômica e Política**, Lisboa, p. 379-391, 1998. Disponível em: http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_1998.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2007.
8. DEVEDOVE, L.U.D. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): O Gêmen da Cooperação em Defesa e Segurança na Europa Ocidental. **Diálogos em Relações Internacionais**, [Paris], v. 1. 2005. Disponível em: <www.franca.unesp.br/revistari/Leonardo%20Ulian%20Dall%20Evedove.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2007.
9. FONTOURA, P.R.C.T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz da Nações Unidas**. 1999. 448 f. Tese (XXXVIIº Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco)- Instituto Rio Branco, Brasília, 1999.
10. LEAL, C.M. A OTAN e a PESC: Duas Realidades Complementares ou Concorrentes? **Informação Internacional**. Análise Econômica e Política, Lisboa, v.1, p. 199-264, 2004. Disponível em: <http://www.dpp.pt/gestao/ficheiros/infor_inter_2004_I_III1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.
11. FRANÇA, J.L.; VASCONCELLOS, A.C. **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007. 255 p.
12. MATOS, M. O. Ingresso do Brasil no Sistema OTAN de Catalogação: Perspectivas de Desenvolvimento da Indústria Bélica Brasileira. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n.8, p. 76-90, 2006.
13. NORTH ATLANTIC TRATY ORGANIZATION. **NATO in the 21st Century**. Disponível em: <www.nato.int/docu/21-cent/21st_por.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.
14. _____. **Tratado do Atlântico Norte**. Washington, 1949. Disponível em: <www.nato.int/docu/other/po/treaty-po.htm>. Acesso em: 19 abr. 2007.
15. _____. **The Alliance's Strategic Concept**. Rome, 1991. Disponível em: <www.nato.int/docu/basic/b911108a.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.

16. _____. **The Alliance's Strategic Concept**. Washington D.C., 1999. Disponível em: <www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>. Acesso em: 11 jun. 2007.
17. _____. **Uma OTAN Renovada**. Disponível em: <www.nato.int/docu/review/2006/issue3/portuguese/art1.html>. Acesso em: 19 abr. 2007.
18. _____. **A OTAN no Futuro**. Disponível em: <www.otan.nato.int/docu/review/2006/issue2/portuguese/military.html>. Acesso em: 1º jul. 2007.
19. NOGUEIRA, J.P. A Guerra do Kosovo e a Desintegração da Iugoslávia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n. 44,p. 143-160, Out. 2000.
20. PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais**: Temas, atores e visões. 4. ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2004. 246 p.
21. PEREIRA, S. Segurança e Defesa Européia: Qual a Articulação entre as Organizações Internacionais no Pós-Guerra Fria? **Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais (CIARI)**, [S.l.], [2005?]. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/seguranca_e_defesa_europeia.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2007.
22. REST, Y. **A Defesa Européia**: situação político-militar e perspectivas. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, Marinha do Brasil, 2004. 20 f. Ensaio.
23. RIBEIRO, A. S. O Novo Conceito Estratégico da NATO. **Revista da Armada**, [S.l.], v.321, Jun.1999. Disponível em: <www.marinha.pt/extra/revista/ra_jun1999/pag6.html>. Acesso em: 11 de junho de 2007.
24. SOARES, L.F.M. O Brasil no cenário Regional de Defesa e Segurança. In: PINTO, J.R.A.; ROCHA, A.J.R.; SILVA, R.D.P. (Org.). **O Brasil no Cenário Internacional de Defesa e Segurança**. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. (Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança, 5). p. 149-170.
25. SARAIVA, J.F.S.(Org.). Dois Séculos de História: Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo. **Relações Internacionais**, Brasília: IBRI, 2001.
26. THE WHITE HOUSE. The National Security Strategy of the United States of America 2002. The National Security Strategy of the United States of

America 2006. Washington. Disponível em: <www.whitehouse.gov/nsc/>. Acesso em 18/08/2007.

27. VIGGIANO, J.L. Questões Humanitárias e a OTAN: Perspectivas da Década de 90. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. HISTÓRIA: GUERRA e PAZ. 23., 2005, Londrina. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpuh.uepg.br/xxiii-simposio/anais/textos/JULIANA%20LYRA%20VIGGIANO.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO DE UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA PELOS EUA.

Capitão-de-Mar-e-Guerra(RM1) Luiz Carlos de Carvalho Roth

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Roth exerce atualmente a função de Chefe do Departamento de Análise do Centro de Estudos Politico-Estratégicos e Instrutor na Escola de Guerra Naval. É mestrando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. Durante o serviço ativo comandou o Aviso de Instrução “GM Jansen”, o Rebocador de Alto-Mar “Alte. Guillobel”, o Navio Escola “Brasil” e o Primeiro Esquadrão de Escolta, responsável pelas Fragatas classe “Niterói”.

RESUMO

O presente artigo procura apresentar algumas considerações que devam ser levadas em conta pelos Estados Unidos da América (EUA), por ocasião da formulação e aplicação de sua nova Estratégia Marítima. Tendo em mente a diferença de conceitos e de entendimentos sobre os mesmos, assim como de áreas de responsabilidade marítimas e de interesses comuns, procura-se identificar pontos onde a Marinha do Brasil e a US Navy poderão estreitar os laços de cooperação. Por fim, apresenta algumas reflexões sobre possíveis impactos que poderão ser gerados por essa nova Estratégia Marítima Norte-Americana.

Palavras Chave: Estratégia Marítima. Estratégia Naval. Interesses. Áreas de Responsabilidade. Cooperação.

ABSTRACT

The present article looks for to present some considerations that must be taken in account for the United States (US), for occasion of the formularization and application of its new Maritime Strategy. Having in mind the difference of concepts and agreements on the same ones, as well as of maritime areas of responsibility and common interests, it is looked to identify points where the Brazilian Navy and the US Navy will be able to narrow the cooperation bows. Finally, it presents some reflections on possible impacts that could be generated by this new North American Maritime Strategy.

key words: Maritime Strategy. Naval Strategy. Interests. Areas of Responsibility. Cooperation.

INTRODUÇÃO

Estratégia pode ser entendida como um caminho a ser trilhado entre o “onde estamos” (presente) e o “onde queremos estar” (futuro). Esta conceituação extremamente simplificada nos permite constatar que, ao se atingir a meta idealizada, a estratégia delineada perde sua razão de existir e, assim, uma outra deverá ser elaborada à luz de um novo objetivo. Logo, toda estratégia é finita.

Da mesma forma, uma estratégia de sucesso necessita que, durante a sua vigência, sejam implementadas correções para que os desvios que surjam não impeçam o atingimento das metas formuladas.

Na elaboração desse “caminho” vários passos devem ser observados. Um deles é o de conhecer “onde estamos” e, para tal, precisamos ter noção da conjuntura que nos cerca. Outro é o estabelecimento dos “interesses” considerados vitais. Outro mais seria o estabelecimento de uma visão do futuro, em que as técnicas de cenários muito contribuem para a sua elaboração.

Muitas vezes constatamos que uma estratégia, apesar de ainda não estar redigida, já possui as suas linhas mestras esboçadas. Isto se deve porque, normalmente, ela é decorrente de conceitos formulados em documentos de alto nível periodicamente revisados.

O nosso propósito será o de comentar a cerca de três questões que delimitarão a abordagem de uma proposta de cooperação: Qual a estratégia a ser discutida? Quais as áreas de interesse estratégico em que deverão ser implementadas as ações acordadas? Em que poderemos colaborar? Complementarmente, apresentaremos algumas reflexões sobre a elaboração de uma nova estratégia marítima por parte dos Estados Unidos da América (EUA).

UMA ESTRATÉGIA MARÍTIMA PARA OS EUA OU UMA ESTRATÉGIA PARA A US NAVY?

Para tentarmos viabilizar algumas contribuições que sejam de alguma valia aos elaboradores de uma nova estratégia, precisamos garantir que os entendimentos dos conceitos empregados por ambas as partes sejam, pelo menos, similares, evitando assim os desagradáveis equívocos de interpretação.

Os EUA definem a “Dominância Marítima” (*Maritime Domain*) como sendo “todas as áreas e coisas do, abaixo do, relacionado com, junto ao, ou limitado pelo mar, oceano, ou qualquer outra hidrovia navegável, incluindo todas as atividades marítimas relacionadas à infra-estrutura, aos povos, à carga, às

embarcações e outras afins”¹. Este conceito em muito se assemelha ao contido na definição brasileira de *elementos do Poder Marítimo*², onde os meios que a nação dispõe para atingir seus propósitos ligados ao mar, rios, lagoas e lagos navegáveis são “de natureza política, econômica, militar e social e incluem, entre vários outros, a consciência marítima do povo e da classe política, a Marinha Mercante e a Marinha de Guerra, a indústria de construção naval, os portos e a estrutura do comércio marítimo”.

Na conceituação brasileira, a marinha de guerra, com as suas unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sua infra-estrutura de material e pessoal etc, compõe o *Poder Naval*, sendo o componente militar do *Poder Marítimo*.

Entretanto, nos textos norte-americanos, o termo “*Sea Power*” ora tem o significado de *Poder Naval*, ora de *Poder Marítimo*. Existem autores norte-americanos que alertam sobre esta dicotomia³. O próprio Comandante de Operações Navais (CNO) da Marinha dos EUA (US Navy) já demandou por uma nova interpretação do termo. “Nós temos uma idéia muito boa do que não podemos fazer sem (o “*Sea Power*”), mas sabemos realmente todas as coisas que podemos realizar com ele?” disse o Almirante Mike Mullen⁴.

Pode até parecer uma discussão meramente semântica, mas isto tem muito a ver com a maneira de contribuirmos para a futura estratégia.

Pelo que apresentamos aqui, uma estratégia marítima, por englobar todos os *elementos do Poder Marítimo (ou incluídos no Maritime Domain)* valer-se-á de estudos detalhados, a serem elaborados especialmente pelas agências e órgãos estatais e não estatais, relacionados com o Comércio Exterior, a Marinha Mercante, as atividades de Relações Internacionais, as Indústrias de Construção Naval e de Equipamentos Marítimos, a Marinha de Guerra, entre outros. Além disso, cada um desses segmentos possui a capacidade de se relacionar com uma contraparte situada em outro país, seja em âmbito global ou regional. É exatamente por esta dimensão abrangente que uma *Estratégia Marítima* é um documento elaborado pela mais alta esfera de uma nação, a Presidência da República. Foi com esse espírito que os EUA elaboraram, em setembro de 2005, a *National Strategy for Maritime Security (NSMS)*, que, complementada com seus oito planos de apoio⁵, redigidos por diversos órgãos de nível ministerial (*Departments*), volta-se exclusivamente ao aspecto *segurança marítima*.

¹ National Strategy for Maritime Security (NSMS) - September, 2005 - White House - pág. 1

² Política Marítima Nacional (PMN) - 11 de outubro de 1994 - **Presidência da República - pág. VIII**

³ Ver Stubbs, Bruce B. - “The Maritime Component: Coast Guard Plays Expanded Role In U.S. Sea Power Equation”, August, 2001 em: http://www.navyleague.org/sea_power/aug_01_06.php

⁴ Ver “CNO Calls for New Definition of Sea Power”, September 6, 2005 em: http://www.news.navy.mil/search/display.asp?story_id=19924

⁵ São eles: 1. *National Plan to Achieve Maritime Domain Awareness*, 2. *Global Maritime Intelligence Integration Plan*, 3. *Maritime Operational Threat Response Plan* aims for coordinated United States, 4. *International Outreach and Coordination Strategy*, 5. *Maritime Infrastructure Recovery Plan*, 6. *Maritime Transportation System Security Plan*, 7. *Maritime Commerce Security Plan* e 8. *Domestic Outreach Plan*.

Por outro lado, o documento *CNO Guidance for 2007*, ao determinar a elaboração de uma nova Estratégia Marítima estabelece que “esta estratégia deve refletir os papéis e as missões que nós (US Navy) esperamos executar: na guerra contra o terror, nas campanhas convencionais, na defesa do território nacional e nas operações de “conformação”⁶ e de “estabilização”. Ela deve contemplar um balanceamento adequado entre as exigências duradouras das capacidades navais tradicionais com aquelas necessárias a confrontar e influenciar o ambiente altamente dinâmico de segurança do século XXI”⁷.

A sociedade norte-americana não foi alijada do processo de elaboração dessa estratégia. O próprio CNO a incluiu no debate ao determinar a promoção de uma série de seminários chamados “Conversas com a Nação”. Entretanto, tal participação não significa que o foco deixe de estar centrado na Marinha norte-americana.

Há que se considerar também que, nos EUA, a responsabilidade pelo *Poder Naval*, nos moldes que conhecemos, é compartilhada pela US Navy, o Corpo de Fuzileiros Navais (US Marine Corps) e a Guarda Costeira (US Coast Guard). No Brasil, as responsabilidades dessas três instituições são, com pequenas exceções⁸, atribuídas a MB.

Desta forma, ao buscarmos uma visão equilibrada dos entendimentos conceituais, podemos depreender que o problema apresentado é o de se estabelecer uma *Estratégia para a US Navy* que venha a contribuir com a *Estratégia Marítima* dos EUA. Esta interpretação nos parece ser a mais apropriada, haja vista o recente esforço feito por aquele país na elaboração da *NSMS*, bem como de possibilitar que as ações que nortearão a futura estratégia estejam na esfera de decisão do CNO.

ONDE OCORRERÁ A COOPERAÇÃO?

Um outro aspecto relevante é a delimitação da área de estratégica comum entre as partes, onde os interesses dos dois países possam ser confrontados.

Por parte dos EUA, a primeira indicação é encontrada logo no começo da *National Security Strategy (NSS)*, quando menciona que “faz parte da política dos Estados Unidos buscar e apoiar os movimentos e às instituições democráticas de cada nação e cultura, com o objetivo final de erradicar a tirania em nosso

⁶ As operações de “conformação” (*shaping*) são ações de construção de parcerias com organizações governamentais ou não, de âmbito local, regional ou internacional, realizadas de forma contínua e antecipada ao surgimento de instabilidades que visam impedir ou mitigar um conflito ou uma crise, a fim de criar um ambiente global seguro e favorável aos interesses dos EUA. (in LOPEZ, LtCol Matt - *MILITARY SUPPORT TO SHAPING OPERATIONS JOC* - www.dtic.mil/futurejointwarfare/strategic/cdeday1_shaping.ppt).

⁷ CNO Guidance for 2007 - 2 February 2007 - pág. 5.

⁸ Essas exceções são as referentes as atividades de polícia marítima da Polícia Federal e de fiscalização do meio ambiente marinho do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

mundo. No mundo de hoje, o caráter fundamental dos regimes importa tanto quanto a distribuição de poder entre eles. O objetivo de nosso governo é ajudar a criar um mundo de Estados democráticos, bem-governados, envolvidos com as necessidades de seus cidadãos e se autoconduzindo responsabilmente no sistema internacional. Esta é a melhor maneira de prover segurança duradoura para o povo Americano”⁹. Independente das diversas interpretações sobre tirania e democracia¹⁰, vemos que, para o atendimento desse objetivo nacional, os EUA terão que atuar a nível planetário.

A *NSMS*, também no seu início, de forma sintética e incisiva, estabelece a área de atuação do seu Poder Naval ao expressar que “a proteção e a segurança econômica dos Estados Unidos depende acima de tudo do uso seguro dos oceanos do mundo”¹¹.



De forma a exercer sua presença militar em âmbito global, os EUA criaram os *Comandos Combatentes Unificados (Unified Combatant Commands - UCC)*, onde

oficiais-generais do último posto exercem o comando combinado das forças militares, quer em áreas de responsabilidade geográficas pré-definidas, quer atuando em atividades funcionais específicas em todo o planeta¹². Participam dos UCC funcionários civis de diversas agências governamentais.

De acordo com o Ato Goldwater-Nichols de 1986¹³, esses Comandos são subordinados ao Presidente da República, via Secretário de Defesa. Os canais de comando e controle entre eles são conduzidos por intermédio da Junta de Chefes dos Estados-Maiores.

A figura 1 apresenta o Mapa das Áreas de Responsabilidade dos UCC¹⁴, que esteve em vigor de outubro de 2002 até 06 de fevereiro de 2007, quando

⁹ National Security Strategy (NSS) - March, 2006 - pág. 1.

¹⁰ Entre as diversas definições temos: tirania - forma de governo exercida por aquele que usa o poder em benefício próprio; democracia - forma de governo onde o poder emana do povo; interpretações que por si só podem gerar diversos outros entendimentos.

¹¹ NSMS - September, 2005 - pág. ii.

¹² São eles: U.S. Space Command, U.S. Special Operations Command, U.S. Strategic Command; e U.S. Transportation Command.

¹³ Obtido em: http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/congress/title_10.htm em 15 de abril de 2007.

¹⁴ Obtida em: http://www.cdi.org/issues/usforces/commands_Oct02.html em 15 de abril de 2007.

o Presidente George W. Bush autorizou a criação do Comando Africano dos EUA (*US African Command - USAFRICOM*), tendo designado o Contra-Almirante Robert Moeller como encarregado da equipe de transição. O USAFRICOM deverá estar totalmente operacional até setembro de 2008. Esse Comando passará a ser responsável por áreas anteriormente designadas a três outros UCC, como apresentado na figura 2¹⁵.

De nossa parte, a *Política de Defesa Nacional (PDN)*, observa que “o subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um

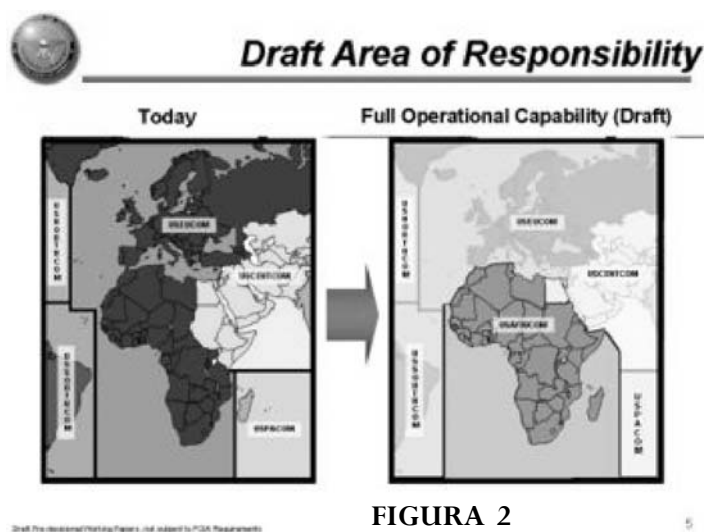


FIGURA 2

entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África”¹⁶. Prossegue mencionando que “o planejamento da defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia e o Atlântico Sul pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestre e marítima”¹⁷. Informa que “o Brasil atribui prioridade aos países da América do Sul e da África, em especial aos da África Austral e aos de língua portuguesa, buscando aprofundar seus laços com esses países. A intensificação da cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integrada por oito países distribuídos por quatro continentes e unidos pelos denominadores comuns da história, da cultura e da língua, constitui outro fator relevante das nossas relações exteriores.”¹⁸. Finalmente, expressa que “em virtude da importância estratégica e da riqueza que abrigam, a Amazônia brasileira e o Atlântico Sul são áreas prioritárias para a Defesa Nacional”¹⁹.

¹⁵ Obtida em: http://en.wikipedia.org/wiki/United_States_Africa_Command em 15 de abril de 2007.

¹⁶ Política de Defesa Nacional (PDN) - Junho, 2005 - item 3.1.

¹⁷ Idem - item 4.3.

¹⁸ Idem - item 4.9.

¹⁹ Idem - item 6.12.

Essa dimensão geoestratégica condicionada pelos aspectos da PDN, anteriormente explicitados, foram traduzidas para o ambiente naval pelo Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA)²⁰, quando apresentou “as áreas marítimas estratégicas de maior importância para o emprego do Poder Naval brasileiro, em ordem decrescente de prioridade:

- a) Área Vital: é a região abrangendo o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a Plataforma Continental (PC).
- b) Área Primária: é a região abrangida pelo Atlântico Sul, definido como a parte compreendida entre o paralelo 16°N, a costa oeste da África, a Antártica, leste da América do Sul e leste da Antilhas Menores, excluindo-se, portanto, o Mar do Caribe.
- c) Área Secundária: abrange o Mar do Caribe e o Pacífico Sul - definido como a área compreendida entre o canal de Beagle, o litoral da América do Sul, o meridiano de 085° W e o paralelo do Canal do Panamá.
- d) Demais áreas do globo²¹.

Visando consubstanciar o que foi comentado numa apresentação única elaboramos a figura 3, onde estão realçadas as Áreas de Responsabilidade do Comando Sul e do Comando Africano, bem como as Áreas Marítimas Estratégicas Vital e Primária da MB²².

Essa figura nos auxilia a observar dois aspectos importantes. O primeiro é o de demonstrar que os interesses estratégicos da MB não se limitam àqueles associados ao do Comando Sul dos EUA, como tradicionalmente vem se insistindo em fazer, mas entendem-se pela área de atuação do futuro USAFRICOM.

O segundo é que, no nível operacional, as ações acordadas deverão ser coordenadas pelos

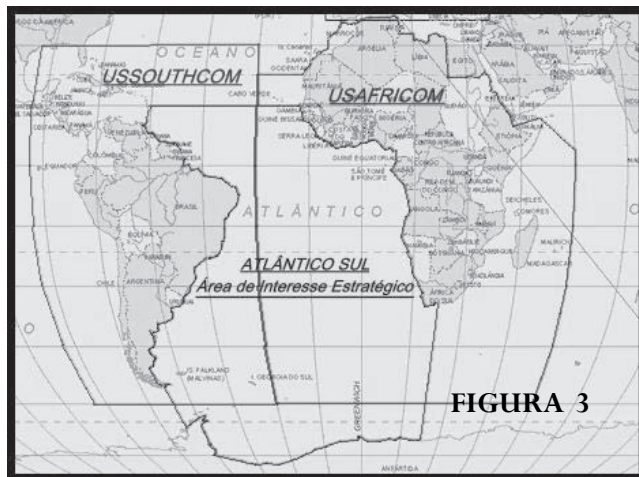


FIGURA 3

²⁰ Aula Inaugural dos Cursos de Altos Estudos da Escola de Guerra Naval - 05 de março de 2007 - “A MARINHA DO BRASIL - ASPECTOS ESTRATÉGICOS”. Disponível em: <http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2007/aulaInauguralCEMA.zip>

²¹ Aula inaugural da EGN em 2007 - pág. 18.

²² Em que pese não ser apresentado na figura 3, é facilmente dedutível que a Área Marítima Estratégica Secundária está inserida na Área de Responsabilidade do Comando Sul.

Comandantes do Comando Sul ou do Comando Africano dos EUA (conforme a área de responsabilidade envolvida) e o Comandante de Operações Navais brasileiro (CON) considerando que a ele estão subordinados a Esquadra, a Força de Fuzileiros da Esquadra e as Forças Distritais).

EM QUE COOPERAR?

O CNO, Almirante Mike Mullen, vem pessoalmente apregoando a idéia das Parcerias Marítimas Globais - a “Marinha dos 1.000 Navios”. Essa iniciativa visa ao emprego participativo de todas as marinhas do mundo no combate ao terrorismo e a pirataria nos mares, bem como na promoção da estabilidade econômica e política, como meio de proporcionar para todas as nações marítimas os benefícios da globalização. Nesta visão, a força naval norte-americana de 313 navios, prevista para 2020, seria complementada com as unidades navais das nações amigas e parceiras dos EUA.

Tanto o conceito dos “1,000-Ship Navy”, como a futura “*Maritime Strategy*” estarão condicionadas pelos seguintes princípios:

a) Os objetivos estratégicos das Forças Armadas dos EUA, constantes da *National Military Strategy*, que são: proteger os EUA de um ataque direto; assegurar o acesso estratégico e reter a liberdade de ação global; reforçar alianças e parcerias; e estabelecer condições favoráveis de segurança.

b) A missão da US Navy que é a de organizar, treinar, manter e equipar forças navais de combate prontas e capazes de: vencer a guerra global contra o terror e qualquer outro conflito armado; deter a agressão de qualquer inimigo; preservar a liberdade dos mares; e promover a paz e a segurança.

Apresentando as ações realizadas em prol da “Marinha dos 1.000 Navios” em 2006, o CNO citou²³ os esforços multinacionais contra a pirataria, realizados no leste da África; os treinamentos conduzidos com as marinhas do Golfo da Guiné e da América Latina; a realização de exercícios de busca e salvamento com a Marinha chinesa nas águas do Havaí, do sul da Califórnia e de Zhanjiang; destacou o emprego do navio hospital MERCY em uma comissão humanitária de cinco meses no sudeste da Ásia, Bangladesh, Indonésia, Timor Leste e Filipinas; e a evacuação de milhares de cidadãos americanos do Líbano. Mencionou a contribuição realizada mediante o fornecimento de pequenos barcos e de sistemas de identificação automática (Automatic Identification System - AIS) às nações do Golfo da Guiné, ampliando o controle do tráfego marítimo naquela região.

Comentou também a idéia da criação de uma Estação Global da Frota (Global Fleet Station - GFS), um núcleo de apoio a “Marinha dos 1.000 Navios”

²³ CNO Guidance for 2007 - 2 February 2007 - pág. 6.

dentro de uma área de interesse regional, estruturada no conceito do “*sea basing*” (baseado no mar). Uma GFS é uma base marítima de operações, focada primeiramente nas chamadas operações de “conformação”; na cooperação, no âmbito da segurança, no teatro de operações; e na conscientização marítima global. Segundo o CNO, a GFS oferece os meios para aumentar a segurança marítima regional empregando os esforços combinados das forças militares, das agências, dos parceiros multinacionais, assim como das organizações não-governamentais, sem a necessidade de impor sua presença em terra.

Por nossa parte, a visão de futuro da MB é a de ser “uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar em águas “azuis”, “marrons” e interiores, de forma singular ou combinada, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão”.

Ao apresentar essa visão da MB, o CEMA²⁴ fez questão de elucidar o entendimento de alguns termos apresentados como “moderna” (existência de meios atualizados, com até vinte anos de vida), “equilibrada” (que garanta o emprego simultâneo nas três “águas” - “azuis”, “marrons” e interiores) e “balanceada” (capacidade de executar, de forma gradual, as tarefas básicas do Poder Naval - controlar áreas marítimas, negar o uso do mar ao inimigo, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão). Nas águas “azuis”, ou nas áreas afastadas da costa, as unidades da MB serão empregadas nas operações e ações de guerra naval e nas operações de patrulha naval; nas águas “marrons”, ou nas áreas litorâneas próximas à costa, bem como nas interiores, nas operações de patrulha naval e nas ações de inspeção naval com o propósito de dar cumprimento às atribuições da Autoridade Marítima.

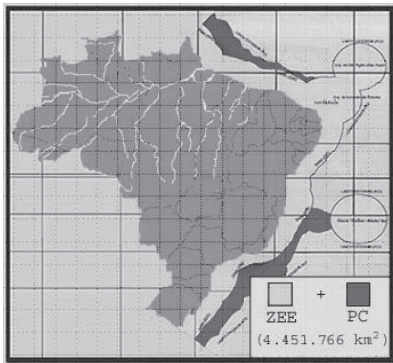
O CEMA também comentou que o Brasil é um país que não tem ameaça militar nos dias de hoje, o que não garante que não terá no futuro. Deste modo, nosso Poder Naval deve ter capacidade de dissuadir as possíveis ameaças, de impor nossas leis e de defender nossos bens econômicos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), de garantir a segurança do tráfego marítimo de interesse do Brasil, de projetar poder sobre terra, de participar de operações de paz e de coligações com aliados, e de influenciar as Marinhas lindeiras ao Atlântico Sul.

Ademais dessas ações, a MB participa de forma costumeira em atividades semelhantes as apresentadas pelo CNO e que se inserem no contexto das “Marinha dos 1.000 Navios”, tais como:

- ações cívico-sociais (ACISO) realizada pelos nossos navios nos rios da Amazônia e da hidrovia Paraná-Paraguai, não só em prol da população brasileira,

²⁴ Aula inaugural na EGN em 2007 - pág. 11.

mas também de nossos “**Amazônia Azul**” e vizinhos como Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru;

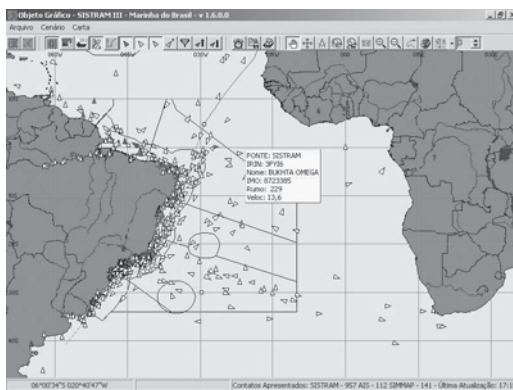


• **Área SAR**

patrulha naval conduzida de forma preventiva em nossa “Amazônia Azul” e voltadas a dois setores específicos. O primeiro, atuando de forma autônoma, envolve o comprometimento da soberania nacional, como a passagem não inocente de embarcações e a exploração indevida dos recursos naturais de nossa ZEE. O segundo, cooperando com outras agências governamentais, contribui para a repressão

de ilícitos no interior da AJB, como o contrabando, o narcotráfico, a pesca ilegal e o terrorismo;

- ações de segurança da navegação, realizando trabalhos hidrográficos (confeção de cartas náuticas, manutenção de faróis e bóias) e priorizando as Inspeções Navais, para a garantia das condições ideais de utilização das embarcações pelos diversos usuários;



• **SISTRAM**

salvaguarda da vida humana no mar, por meio do Serviço de Busca e Salvamento - SALVAMAR, amparado pelo Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo - SISTRAM, a fim de executar a tarefa de prestar socorro às embarcações sinistradas, que estiverem navegando no interior da área SAR atribuída ao Brasil; e

- priorizando o relacionamento internacional, em diversos níveis, com os países do continente africano, tendo como destaque o Acordo de Cooperação Naval com a Namíbia, por meio do qual a MB realizou a transferência da ex-Corveta “Purus” para aquele país. Além disso, temos apoiado a formação de oficiais e praças em nossas escolas e centros de instrução, na construção de um

navio patrulha e de quatro lanchas patrulha e na execução do programa de delineamento da plataforma continental daquele País, a semelhança do realizado em nossa “Amazônia Azul”.

Indiscutivelmente podemos verificar que no campo da cooperação, as áreas de atuação da MB e da US Navy são bastante convergentes, em especial no que se refere a temática da “Marinha dos 1.000 Navios”.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE UMA NOVA ESTRATÉGIA MARÍTIMA PARA OS EUA

Procuramos no desenvolvimento deste trabalho responder a três questionamentos. O primeiro buscou definir o nível em que as propostas de cooperação deveriam ser apresentadas, levando-nos a situá-las na esfera das Marinhas.

O segundo procurou delimitar a área onde os interesses comuns entre as duas Marinhas se concentram, e com isso definir os interlocutores responsáveis pela implementação dessa cooperação. Tal proceder alertou-nos sobre a importância de considerar os interesses de ambas as partes e a relevância de interações entre o CON e os Comandantes do Comando Sul e Comando Africano dos EUA.

O terceiro quesito vislumbrou apresentar um espectro temático de possíveis cooperações entre a MB e a US Navy, que se mostrou ser bastante amplo, mas de propósitos convergentes.

Entretanto, em que pese essas respostas poderem contribuir para a formulação de uma estratégia marítima para os EUA, elas não são suficientes para a sua elaboração. E isto nos leva a algumas reflexões.

A primeira está ligada ao início deste documento quando citamos que a estratégia é um caminho a ser trilhado. Tal caminho somente poderá ser trilhado por aquele que o construiu. Quaisquer participações externas, mesmo de amigos ou parceiros, não passarão de “contribuições” que poderão ser levadas, ou não, em conta, e se levadas em conta, cada uma delas terá um peso relativo a ser atribuído pelo seu elaborador e ratificada pelo decisor estratégico. Uma estratégia somente agrega valor para aqueles que a conduzirão.

Outro fato que merece reflexão é o da “ação de consulta”. O ato de consultar pode ser encarado de duas formas. Uma positiva, vista como busca de cooperação, estreitamento de amizade, medida de confiança mútua. A outra, negativa, enquadra-se numa ação preventiva que visa respaldar uma decisão futura (uma vez que a estratégia ainda não foi elaborada e muito menos aprovada) e que possa a vir a ser questionada por um dos colaboradores. A esse questionamento poderá ser dado como resposta o “mas você foi consultado e teve a sua oportunidade de se expressar sobre isso”. Tal postura serviria apenas para reduzir a confiança inicialmente depositada quando do chamamento para a

cooperação, enfraquecendo assim o esforço inicial da busca de parcerias, que nos pareceu ser um propósito maior a ser alcançado por essa estratégia.

Como última reflexão, expressamos que o êxito de qualquer estratégia que envolva parceiros internacionais deve estar focado no desejo de compartilhar “inteligência”. A superioridade tecnológica possibilita a obtenção de um maior número de dados em um menor espaço de tempo possível. Mas dados não processados não passam de dados. Sua análise à luz de outras informações disponíveis entre as partes, transformando-os em “inteligência”, é o que realmente agregará valor. O intercâmbio dos resultados dessa atividade intelectual é o que poderá gerar o diferencial no contexto da “Marinha dos 1.000 Navios”. Mais efetivo será apenas um único navio, no momento certo, no local correto e em condições adequadas para reprimir uma ameaça, do que vários outros vagando a ermo pela imensidão dos oceanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ASSIS, Kleber L.de. **A Marinha do Brasil: aspectos estratégicos**. Aula Inaugural na EGN em 05/MAR/2007. Disponível em: <[http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2007/aula InauguralCEMA.zip](http://www.egn.mar.mil.br/eventos/ocorridos/2007/aula%20InauguralCEMA.zip)>. Acesso em: 11 mar. 2007.
2. BATEMAN, Sam. Analyzing The New Us Maritime Strategy. **World Maritime News**, 15 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.worldmaritimeweb.com/article/Remarkable/4923>>. Acesso em: 05 mar. 2007.
3. BUSH, George W. **The National Security Strategy of the United States of America**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>>. Acesso em 16 mar. 2006.
4. _____. **The National Strategy for Maritime Security**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/homeland/maritime-security.html>>. Acesso em: set. 2005.
5. _____. **National Plan To Achieve Maritime Domain Awareness For The National Strategy For Maritime Security**. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/index.html>>. Acesso em: out. 2005.
6. CAVAS, Christopher P. Spinning the Globe: U.S. floats fleet cooperation concept to allies. **DefenseNews**. Disponível em : <http://www.defensenews.com>. Acesso em: 06 jan. 2007.
7. CNO Calls for New Definition of Sea Power. **Navy News**, 06 set. 2005. Disponível em : <http://www.news.navy.mil/search/display.asp?story_id=19924>. Acesso em 11 mar. 2007.
8. CNO Calls For New Maritime Strategy. **Navy News**, 20 jun. 2006. Disponível em: <www.military.com/features/0,15240,101925,00.html>. Acesso em: 05 mar. 2007.
9. CRAWLEY, Vince. **New U.S. military command reflects Africa's growing importance**. International Information Programs. USINFO.STATE.GOV. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/xarchives/display.html?p=washfile-portuguese&y=2007&m=February&x=20070223130741mvyelwarc0.7021295>. Acesso em: 12 mar. 2007.

10. CUNHA, Edmundo A. R. M. da. SISTRAM: a evolução de um sistema de apoio ao SAR para uma ferramenta de C²I. - **Revista PASSADIÇO - CAAML**. Disponível em: www.mar.mil.br/caaml/passadico/2006/06sistram.pdf. Acesso em: 15 abr. 2007.
11. GUIMARÃES CARVALHO, Roberto de. **Orientações do comandante da Marinha** - ORCOM-2007 – Brasília : Marinha do Brasil, 2007.
12. LOPEZ, Matt - **Military support to shaping operations JOC**, 09 jan. 2007. Disponível em: www.dtic.mil/futurejointwarfare/strategic/cdeday1_shaping.ppt. Acesso em: 27 abr. 2007.
13. MULLEN, Mike G. **CNO guidance for 2007**. Disponível em: http://findarticles.com/p/articles/mi_MOIBQ/is_1079/ai_n27175537. Acesso em: 02 fev. 2007.
14. MYERS, Richard B. **The national military strategy of the United States of America**. Joint Chiefs of Staffs, 2004.
15. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. **Política de Defesa Nacional** (PDN), Brasília, DF.
16. _____. _____. Decreto nº 1.265 de 11 de outubro de 1994. **Política Marítima Nacional** (PMN), Brasília, DF.
17. RICE, Condoleezza. **International outreach and coordination strategy for the National Strategy for Maritime Security**. [s.l.] : Department of State, 2005.
18. RUMSFELD, Donald H. **The national defense strategy of the United States of America**. [s.l.] : Department of Defense, 2005.
19. STAVRIDIS, James. **Build a true partnership**. Disponível em: <http://www.southcom.mil/AppsSC/news.php?storyId=159>. Acesso em: 12 mar. 2007.
20. STUBBS, Bruce B. **The maritime component** : coast guard plays expanded role in U.S. sea power equation. Navy League of the United States. Disponível em: http://www.navyleague.org/sea_power/aug_01_06.php. Acesso em: 11 mar. 2007.

**A FORÇA NAVAL DA CHINA VERSUS OS INTERESSES
NACIONAIS DA CHINA:
Perspectivas para o período de 2007 a 2020.**

Capitão-de-Corveta (T) Sylvio Roberto Oliveira de Faria

O Capitão-de-Corveta (T) Sylvio Roberto Oliveira de Faria é graduado em Educação Física (com especialização em Treinamento Desportivo) e foi aluno do Curso Superior da Marinha do Brasil (C-SUP) no ano de 2007.

RESUMO

País com uma economia vigorosa e um sistema político extremamente fechado, a China, na atualidade, é o principal pólo concentrador de empresas multinacionais norte-americanas, européias e asiáticas. A reboque desta economia em permanente expansão (em média, 9% nos últimos cinco anos), também vem ocorrendo e alarmando o Sistema Internacional, um outro perigoso crescimento: o do poderio militar chinês. Burlando o silêncio e a dissimulação de Pequim, já é possível identificar algumas movimentações estratégicas, sendo a mais importante, o aumento progressivo do orçamento anual destinado ao setor da Defesa (em 2007, foi o segundo maior do planeta). Apesar das autoridades chinesas, norteadas pelos interesses nacionais vigentes, negarem, com veemência, qualquer tipo de aspiração expansionista ou agressiva, a questão continua em aberto. Em meio a este complexo contexto político e econômico, delimitado pelo período de 2007 a 2020 e pelo foco na força naval da República Popular da China (segmento do Exército Popular de Libertação), este trabalho apresenta os aspectos históricos, geográficos, sociais, políticos nacionais, econômicos e políticos internacionais, correlacionando-os com os interesses nacionais chineses vigentes. A partir das correlações estabelecidas, são extraídas importantes questões estratégicas, as quais, necessariamente, justificam o estabelecimento de um poder naval adequado. Aprofundando esta percepção, subsidiadas pelo conhecimento da atual estrutura militar chinesa, são delineadas duas opções: uma modernização e reaparelhamento naval com fins pacíficos ou uma modernização e reaparelhamento naval com fins não-pacíficos.

Palavras-chaves: República Popular da China. Interesses Nacionais. Forças Armadas da China. Exército Popular de Libertação. Força Naval Chinesa. Força Aérea Chinesa. Exército Chinês. Partido Comunista Chinês. Taiwan. Estratégia Naval.

ABSTRACT

Country with a vigorous economy and an extremely closed political system, China is the main concentration center of North American, European and Asian multinational companies nowadays. Besides this economy in permanent expansion (about 9% in the last five years), another dangerous growth is happening and putting the International System into alarm: the Chinese military power. In deceiving Beijing's silence and dissimulation, it's already possible to identify some strategic movements. The most important one is the progressive increase of annual budget for Defense Sector (the second in the world, in 2007). Although Chinese authorities, guided by the national interests in course, deny vehemently any kind of aggressive or expansionist aspiration, the questions is still undefined. Inside this complex economic and political context, limited by the period of 2007 – 2020 and focusing the naval force of People's Republic of China (a segment of People's Liberation Army), this presentation shows the historic, geographic, social, economic, national and international political aspects, comparing these aspects with the Chinese National interests. After the establishment of this correlation, important strategic questions are extracted and necessarily justify the establishment of an adequate naval power. In going deeper in this perception and considering the knowledge of the actual Chinese military structure, two opinions are drawn: a modernization and refitting for pacific aims or a modernization and refitting for non-pacific aims.

Keywords: People's Republic of China. National interests. China's Armed Force. People's Liberation Army. Chinese Naval Force. Chinese Air Force. Chinese Army. Chinese Communist Party. Taiwan. Naval Strategy.

INTRODUÇÃO

Amplamente noticiado pelos veículos de comunicação (COSTA, 2007, pp. 42-43), o anúncio do orçamento militar da República do Popular da China (RPC) para o ano de 2007, oficialmente na casa dos 50 bilhões de dólares, ou seja, 18% maior que o de 2006, causou grande impacto e concitou a opinião pública internacional a refletir sobre dois questionamentos básicos: como e onde a República Popular da China (RPC) aplicará estes recursos?

Tendo em vista a já conhecida postura dissimulada do governo chinês e a resultante indisponibilidade de dados oficiais, pode-se facilmente depreender que as respostas decorrentes não são de fácil formulação. Corroborando a lógica de que onde não há clareza, há especulação, a mesma opinião pública internacional, norteadada pela atual multilateralidade e imprevisibilidade do Sistema Internacional (SI), passou a difundir a hipótese de que a RPC esteja

ampliando o seu poderio militar para resguardar os seus interesses nacionais, sejam eles pacíficos ou não.

A partir deste cenário, considerando a complexidade apresentada e opções pessoais do autor, formulou-se o problema a ser estudado, tendo o mesmo, as seguintes delimitações: a Força Naval da RPC (marinha), o período de 2007 a 2020 e os atuais interesses nacionais da RPC. Em outras palavras, o problema a ser estudado pode ser exposto por meio do seguinte questionamento: à luz dos interesses nacionais da RPC, tendo como delimitação temporal o período de 2007 a 2020, de que forma (em bases racionais e lógicas) o governo de Pequim deve conduzir o imprescindível processo de modernização e reaparelhamento da sua força Naval?

No que tange à relevância do presente estudo, ressalta-se que a problemática chinesa pode trazer valiosos ensinamentos para o Brasil e para a Marinha do Brasil, principalmente na conscientização e disseminação da importância estratégica de se constituir, preparar e operar uma marinha de guerra moderna e adequadamente equipada, em face das reais necessidades nacionais e ameaças estrangeiras. A coleta de subsídios para futuras revisões de conceitos estratégicos afetos ao âmbito naval é um outro ponto relevante a ser ressaltado.

Sobre o problema em estudo, há uma grande quantidade de publicações e artigos “idôneos” sobre assuntos correlatos (alguns de grande profundidade e outros superficiais), tais como história, economia, forças armadas e estrutura política chinesas. Todavia, não foram identificadas abordagens diretas, capazes de responder, por completo, o questionamento proposto.

Especificamente, diante desta obscuridade, o presente trabalho tem como objetivos, a abordagem e elucidação dos seguintes pontos:

- § A identificação e os fundamentos dos atuais interesses nacionais da RPC;
- § As implicações militares decorrentes dos interesses nacionais chineses; e
- § O delineamento, considerando as delimitações já especificadas, de estratégias capazes de viabilizar os imprescindíveis reaparelhamento e modernização da força Naval da RPC.

Inicialmente, visando uma maior contextualização, serão abordados os aspectos históricos, geográficos, sociais, econômico e políticos da China. Complementando esta parte inicial, serão descritos e analisados os interesses nacionais da RPC (o que inclui os seus fundamentos ou correlações com os aspectos supracitados e implicações militares).

Em seguida, serão expostos a atual situação do Exército Popular de Libertação (EPL) da RPC e um panorama relativamente atualizado das suas forças terrestre (exército), aérea (aeronáutica), naval (marinha) e estratégicas e nucleares (satélites, mísseis e artefatos nucleares).

Concluindo o desenvolvimento desta pesquisa, focando a Marinha Chinesa, serão apresentadas duas suposições: o seu reaparelhamento e a sua modernização com fins pacíficos (de caráter defensivo ou dissuasório) e o seu reaparelhamento e a sua modernização com fins não-pacíficos (de caráter ofensivo ou expansionista).

Finalizando este estudo, a conclusão elaborada sintetiza e ressalta as argumentações apresentadas ao longo da obra.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Na atualidade, a palavra China está associada às seguintes expressões: “ameaça regional e global”, “ditadura”, “potência econômica”, “potência militar” etc. Afinal, o que vem a ser a República Popular da China (RPC)? Quais são as suas raízes históricas? Quais são as suas estruturas política, social e econômica. Nas seções seguintes, com a finalidade de identificar os alicerces e implicações dos interesses nacionais chineses, serão respondidos estes e outros questionamentos fundamentais.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Estima-se que a partir do século XVIII a.C., como fruto do natural processo de organização social, teve origem a sucessão de dinastias que governaram o povo chinês até o ano de 1912. O apogeu do Império chinês deu-se no período da dinastia Sui-Tang e o seu colapso deu-se na dinastia Qing.

Em grande parte, a queda deste império está relacionada à auto-suficiência do mesmo, em face das marcantes inovações econômicas e tecnológicas que, em meados do século XVIII d.C., redefiniam e redimensionavam a civilização ocidental e da incursão das potências européias no território chinês, as quais ansiosamente buscavam matérias primas e novos mercados para atender às demandas da Revolução Industrial (origem das inovações). Sem se dar conta da gravidade do processo que estava em andamento e do potencial das nações invasoras, o império chinês optou pela guerra sem se preparar adequadamente e sem avaliar as possibilidades bélicas das nações espoliadoras². Como estava atrasado tecnologicamente, foi sucessivamente derrotado e amargou dissabores³ que comprometeram a autoridade imperial e a soberania nacional.

Desmoralizado, o Império entrou num contínuo processo de deterioração e o seu território foi loteado em zonas de influência, as quais foram geridas por

² Contrariando dois importantes fundamentos da “Arte da Guerra” (SUN TZU, 2005, p.46).

³ Desmoralização diante do seu povo; eclosão de rebeliões internas em resposta ao progressivo empobrecimento econômico (em curso desde o final do século XVIII) e seus efeitos derivados (desabastecimento, fome, desemprego etc.); e pagamento de pesadas indenizações de guerra; perda de territórios e a abertura de diversos portos às nações européias (Hong-Kong é o exemplo mais famoso).

Inglaterra, Rússia, Alemanha e França. Complementando esta ocupação, o Japão, pela primeira vez, invade o território Chinês (durante 1894 e 1895), ocupando Taiwan.

Após a Revolta dos Boxers, começam a ganhar força os movimentos nacionalistas contrários ao império e à presença de nações estrangeiras em território chinês⁴. É neste momento que emerge a liderança de Sun Yatsen, o qual, posteriormente, em Nanjing (1º de janeiro de 1912), viria a ser designado presidente provisório da República da China. Também neste momento, ganha importância no contexto político, o Partido Guomindang⁵.

A partir da primeira proclamação da república (1912), com a consequente abdicação do último imperador, chega ao poder, de forma consensual, o General Yuan Shikai. Apesar da tentativa de implantação da democracia, a reforma política não logra êxito e uma ditadura é imposta pelo presidente em exercício.

Com o falecimento do General Yuan Shikai em 1916, a República da China mergulha no caos, sendo repartida em dois Estados: o das cidades portuárias afetadas pelo Tratado Comercial (celebrado ao término da Revolta dos Boxers) e o dos proprietários do norte apoiados pelo “Senhores da Guerra”. O confronto entre as partes é inevitável e Sun Yatsen retorna à cena política para lutar pela unificação nacional.

Em paralelo a estes últimos acontecimentos, a teoria Marxista, introduzida na China no início do século XX, começa a ganhar simpatizantes e, com a combinação dos fatores caos político reinante e sucesso da Revolução Russa, acaba por florescer no território do ex-Império do Meio. Consolida-se a liderança do comunista Mao Zedong (Mao Tsé-tung).

Em 1923, por não ter recebido ajuda ocidental, Sun Yatsen alia-se ao Partido Comunista Chinês (PCCh) e, posteriormente, aceita a colaboração dos revolucionários soviéticos. Estava constituída a estrutura militar e política que viria a eliminar os poderosos “Senhores da Guerra” e reunificar o País (1927).

Surpreendentemente, logo após a reunificação supracitada, os nacionalistas do Partido Guomindang⁶ rompem com os Comunistas e nova guerra civil é deflagrada. Com menor poderio militar, os comunistas se refugiam na região norte do país e iniciam tenaz guerrilha rural. É nesta fase da história que ocorre “A Grande Marcha”.

No período compreendido entre 1931 e 1945, que encampa a Segunda Guerra Mundial, ocorreu a segunda invasão japonesa ao território chinês. Este fato, incredivelmente, no período de 1937 a 1945, interrompeu a guerra civil em andamento, para que nacionalistas e comunistas pudessem combater o inimigo em comum⁷. Com a derrota japonesa em 1945, a guerra civil recomeçou e perdurou até o ano de 1949.

⁴ Imperialismo estrangeiro.

⁵ Ou Kuomintang (que significa Partido do Povo).

⁶ Liderados por Jiang Jiesh (ou Chiang Kaishek).

⁷ Japão.

Após a vitória dos Comunistas, liderados por Mao Zedong e apoiados pela extinta União Soviética, imediatamente, foi proclamada a República Popular da China (RPC). Aos Nacionalistas, liderados por Jiang Jiesh e apoiados pelos EUA, restou o exílio na ilha de Taiwan⁸.

A partir da 2ª proclamação da república (1º de outubro de 1949), importantes acontecimentos históricos de repercussão internacional⁹ enriqueceram, ainda mais, a já rica história da nação chinesa. Num contínuo “processo de ensaio e erro”, a economia, a sociedade, a indústria e todos os demais segmentos estruturais sofreram e vêm sofrendo intervenções do PCCh.

Apesar dos percalços e tragédias¹⁰, finalmente, a partir do final dos anos 80, ocorre a transformação da RPC: o atraso e anarquia dão lugar à ordem pública e ao desenvolvimento econômico e tecnológico. Sobre um território de significativa complexidade geográfica, se estabelece e passa a prosperar, uma potência econômica e militar com imensos desafios e problemas sociais.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS RELEVANTES

Com 9.572.900 km², a RPC é a terceira¹² maior nação do mundo em extensão territorial. Está localizada no Leste Asiático e possui fronteiras terrestres com quatorze nações, dentre as quais destacam-se a Rússia, a Coreia do Norte, a Índia e o Paquistão¹³. Salienta-se, também, a proximidade do Japão, Coreia do Sul e Austrália.

No que se refere às fronteiras marítimas, a RPC é banhada ao Leste pelo Mar Amarelo, a Sudeste pelo Mar da China e Estreito de Taiwan e ao Sul pelo Mar da China Meridional. Neste aspecto é importante ressaltar a proximidade dos estratégicos Golfo Pérsico, Mar da Arábia e Oceanos Índico e Pacífico.

O relevo chinês, “[...] no seu conjunto [Sic] forma uma escadaria colossal que [Sic] em patamares [Sic] vem descendo desde os pontos mais altos do Tibet até o oceano Pacífico. Junto à costa há mais de 3.000 ilhas.” [...] (<http://pt.wikipedia.org>). Se ao leste e ao norte, o perfil altimétrico é extremamente acidentado, ao leste e ao sudeste, respectivamente, apresenta planícies e altitudes moderadas.

⁸ República da China até o ano de 1971.

⁹ Participação da RPC na Guerra da Coreia (de 1950 a 1953); invasão e ocupação do Tibet (1958); domínio da produção de artefatos nucleares (1964); reconhecimento da RPC como a única representante legítima da nação chinesa perante à ONU (1971); queda, afastamento do poder e encarceramento de líderes da ala radical do Partido comunista Chinês (1976); ascensão ao poder da ala progressista do Partido Comunista Chinês (1976); implementação, no período de 1978 até 1997, da Política governamental “As Quatro Modernizações” (na Agricultura, Ciência e Tecnologia, Defesa e Indústria). Também neste período, foi levado a efeito uma moderada reforma política; morte de Mao Zedong e de seu provável sucessor, Chu Em-lai; “Massacre da praça da Paz Celestial” (1989); prosseguimento e consolidação das reformas supracitadas e transformação da RPC em potência econômica, militar e tecnológica; e admissão da RPC na OMC (2001).

¹⁰ O fracasso da Política Governamental “O Grande Salto para Frente” e “Revolução Cultural”.

¹² Ou quarta, pois há algumas controvérsias territoriais.

¹³ Nações detentores de armas de destruição em massa (artefatos nucleares).

Mas a grandiosidade da China não está restrita ao tamanho do seu território. Com uma densidade demográfica em torno dos 140 habitantes por quilômetro quadrado, o equivalente a uma população de 1,3 bilhão de habitantes, este país apresenta uma complexa e contraditória geografia humana.

QUADRO SOCIAL

A questão social ainda preocupa, e muito, as autoridades de Pequim, visto que, comprovadamente, cerca de 55% da população continua posicionada abaixo da linha da pobreza (ver o anexo D). Dando o seu testemunho sobre esta grave situação, Trevisan (2006, pp. 53-59) assinala que a China está dividida em duas: a dos abastados (existente dentro das Zonas Econômicas Especiais¹⁴) e a dos pobres (existente fora das Zonas Econômicas Especiais¹⁵). Enquanto na primeira há empregos e melhores condições de vida, na segunda a situação é inversa, pois há carência de quase tudo e muito há de se fazer e prover. Ainda sobre esta questão, Trevisan (2006, p. 52), faz a seguinte consideração incisiva:

A nova China que aparece no Ocidente tem um endereço certo: ela é representada pela classe média emergente que vive nas grandes cidades da costa leste do país [...]. Essa região liderou o crescimento econômico dos últimos 27 anos e se distanciou do restante do país, especialmente das províncias pobres do oeste. O Partido Comunista, que por definição deveria reduzir injustiças, vive o dilema de dirigir um dos países no qual a desigualdade aumenta mais rapidamente em todo mundo. As disparidades são crescentes entre as regiões leste e oeste, entre o campo e a cidade e entre ricos e pobres.

Não obstante a crescente insatisfação dos “excluídos” chineses e do lentíssimo afrouxamento do regime, a atual situação política interna aparenta ser estável. Na busca e manutenção permanentes desta estabilidade, apoiada sobre uma estrutura autocrática e cuidadosamente articulada, atua uma poderosa instituição estatal: o PCCh.

ESTRUTURA POLÍTICA

Desde 1978, com ou sem intenção prévia, a RPC tornou-se o “laboratório” onde está sendo testada a combinação das correntes teóricas do Liberalismo e do Marxismo, ou seja, uma ideologia híbrida que o Governo de Pequim chama de “[...] economia de mercado com características socialistas [...]” (GRYZINSKI, 2006, p. 106, grifo nosso). Logrando êxito, repetindo processos históricos globais

¹⁴ Pequim, Xangai, Shenzhen, Nanquim e Guangzhou.

¹⁵ Periferia das Zonas Econômicas Especiais e áreas rurais.

do passado, este modelo será adotado por inúmeras nações. Fracassando, ficará evidenciado que os fundamentos e estruturas Marxistas não são compatíveis com os fundamentos e fenômenos Liberais¹⁶.

Na prática, o que se observa é a vigência de uma ditadura partidária criteriosamente planejada, estabelecida, coordenada, conduzida e monitorada pelo PCCh. Nesta configuração, governo, poder e a única opção política existente formam uma simbiose extremamente coesa.

Apesar dos impressionantes avanços econômicos e da significativa ascensão social¹⁷ contabilizados nos últimos 28 anos, ainda não é possível contestar o governo central sem que se corra o risco de sofrer sanções legais. Na RPC, é permitido prosperar economicamente, mas não é permitido “conjuguar”, aberta e livremente, os verbos relacionados às democracias praticadas nas nações de maior desenvolvimento social e econômico, ou seja, questionar, cobrar, denunciar, recusar, liberar, protestar, pressionar, enfrentar, eleger etc.

Sobre o PCCh e a estrutura política da RPC, Trevisan (2006, pp. 79-86), com muita precisão, faz as seguintes asserções:

No poder desde 1949 e com 68 milhões de filiados, o partido é considerado o maior movimento político do mundo e está presente virtualmente em todas as instituições da sociedade chinesa: governo, fábricas, universidades, organizações de bairros, entidades de classe, empresas estatais, escolas secundárias e até McDonald's. Não há pluralidade partidária nem alternância de poder na China. Apesar de formalmente existirem mais oito partidos, todos se submetem à orientação do PCCh e nem de longe ameaçam sua supremacia. Os comunistas controlam as administrações em todos os níveis e não há uma fronteira clara entre o Partido e o governo. [...] Fiel ao centralismo democrático marxista-leninista, o sistema de poder do PCCh tem uma estrutura piramidal: na base está o Congresso Nacional do Partido Comunista, que se realiza a cada cinco anos e traça as linhas mestras de atuação para os cinco anos seguintes. No congresso é eleito o Comitê Central do Partido, um grupo de aproximadamente 350 pessoas que se reúne em regra uma vez por ano. Desse grupo, saem os integrantes de cinco órgãos

¹⁶ Globalização, capitalismo, cooperação, liberdade, democracia, individualidade etc.

¹⁷ Nas Zonas Econômicas Especiais e no aspecto macro, uma vez que houve uma redução significativa do número de miseráveis (TREVISAN, 2006, p. 55).

dirigentes, entre os quais o Politiburo, a Secretaria-Geral e a Comissão Central Militar.[...] A cúpula do partido também tem a chance de sentir o pulso do restante do país nas reuniões anuais do Congresso Nacional do Povo, que se distingue do Congresso do Partido Comunista por ter representantes de outros setores sociais, como religiosos e integrantes de minorias étnicas, além dos oito partidos que contam com a chancela do governo. Formado por 3 mil pessoas, o Congresso Nacional do Povo tem pouco poder decisório e normalmente ratifica posições já adotadas pelo Comitê Permanente do Politiburo. Mas no encontro, que em geral dura dez dias, os dirigentes se reúnem com representantes das mais diversas regiões do país e podem perceber onde há eventual insatisfação com o governo central.

Apesar da repulsa e ceticismo dos países democráticos, o rigoroso controle social imposto pelo PCCh, agregado a outros elementos estruturais, tem implicado em surpreendentes ganhos econômicos nacionais, e por que não dizer, internacionais. A conjunção dos fatores controle e fomento estatal, disciplina do operário chinês, mão-de-obra barata e abundante e demanda interna, potencializada por elementos externos, tais como investimentos maciços e demandas geradas em outros países, transformou radicalmente a economia da RPC. Se há 25 anos, a mesma era caótica e limitada, hoje, e já há algum tempo, ela é o “motor” que estimula, movimenta e impacta, sem exceções, todos os mercados mundiais (FISCHMAN, 2006, pp. 9-21; 277-324).

A ECONOMIA

Não é tarefa fácil descrever, em poucas linhas, a complexa e importante estrutura econômica da RPC. Atual “Meca” do mercado internacional e exemplo mais contundente do que vem a ser o fenômeno da “globalização”, a economia chinesa está afetando, de formas negativa e positiva, todos os demais mercados do planeta. Ignorá-la pode resultar em enormes perdas financeiras ou mesmo, em alguns casos, implicar em quebras e falências. Mas do que nunca, os demais países precisam estar atentos ao significado contemporâneo e profundidade da expressão “negócio da China”.

País com o maior crescimento econômico desde 1980 (JARDIM, 2006, p. 148), o PIB chinês já é o quarto maior do mundo e, segundo especialistas, brevemente, ocupará a segunda colocação. Quanto à superação do PIB da única superpotência do planeta, os EUA, previsões otimistas indicam que tal fato

poderá ocorrer ente 2030 e 2040, caso a RPC mantenha o seu atual ritmo de crescimento (TREVISAN, 2006, pp. 25-26).

Se antes de 1978, a RPC era uma nação basicamente agrícola, hoje ela é uma nação fortemente industrializada. A produção de bens de última geração, tais como computadores, televisores, celulares, relógios digitais, submarinos nucleares, artefatos nucleares, satélites e foguetes espaciais colocam o antigo Império do Meio no “primeiro mundo” da tecnologia mecânica, eletrônica, nuclear, espacial e digital.

Com relação ao fomento estatal mencionado no tópico anterior, cabe destacar que o mesmo é materializado, principalmente, pela política de criação de Zonas Econômicas Especiais¹⁸, nas quais, atraídas por incentivos fiscais e pelo baixo custo de produção, vêm atuando e prosperando poderosas empresas multinacionais, mediante compromisso contratual de transferência de tecnologia para a RPC.

Sobre o atual quadro econômico chinês, Fishman (2006, p. 23) tece os seguintes comentários:

A China se tornou indispensável para outros países tanto como cliente quanto como fornecedor. O Japão e a Alemanha possuem hoje grandes superávits comerciais com a China porque esta é a maior compradora mundial de maquinaria industrial e necessita do equipamento fabricado naqueles dois países a fim de passar a produzir as máquinas e produtos eletrônicos agora feitos na Alemanha e no Japão. Os países ricos em recursos naturais fazem bons negócios vendendo à China as matérias primas que esta transforma em suas fábricas, além dos recursos energéticos necessários para fazê-las funcionar. Segundo cálculos de Stephen Roach, economista-chefe da Morgan Stanley, em 2003 os chineses compraram 7% do petróleo mundial, um quarto de todo o alumínio e aço, quase um terço do minério de ferro e carvão e 40% do cimento de todo o globo. A tendência é que essas quantidades cresçam mais.

L.J. (2006, p. 155), ao descrever a relação de interdependência EUA-RPC, que, em última análise, afeta todo o sistema econômico-financeiro internacional, apresentou os seguintes comentários:

¹⁸ Criadas para viabilizar as reformas econômicas iniciadas pelo ex-Presidente Deng Xiao Ping (FISHMAN, 2006, p. 97).

Em 1995, apenas 5% dos produtos que a gigante Walmart vendia nos Estados Unidos saíam de suas fábricas. Hoje, um de cada dois produtos vendidos pela Walmart vem da China. O significado disso é muito maior do que a indicação de que a China e Estados Unidos mantêm intenso comércio bilateral e uma aliança umbilical nas finanças – quase todo o dinheiro que os americanos gastam comprando artigos chineses volta ao país quando o governo chinês devolve a gentileza adquirindo títulos do Tesouro americano.

Quanto à estabilidade deste mesmo sistema econômico, há uma forte desconfiança pairando sobre o mercado internacional. Como problema mais agudo pode-se citar a fragilidade do sistema financeiro, o qual, segundo fontes externas, apresenta uma inadimplência da ordem de 30% dos financiamentos internos efetuados (TREVISAN, 2006, pp. 211-212).

Com sua gigantesca população, a RPC tornou-se um verdadeiro “buraco negro” (RICUPERO, 2004) em pleno planeta terra, uma vez que, em escala crescente vêm consumindo quantidades imensas de recursos naturais e produtos manufaturados produzidos pela demais nações do globo (ver o anexo A). Como não é possível aumentar a produção destes recursos na proporção que estão sendo requeridos, importantes arranjos econômicos foram, estão sendo ou serão naturalmente revistos, ou seja, nos mercados onde prosperavam somente as demais potências econômicas, agora também prospera, como líder ou forte concorrente, a RPC. Obviamente, esta reorganização econômica vem promovendo e, por tempo indeterminado, continuará a promover alterações geopolíticas significativas, pois, na medida em que a China enriquece e se desenvolve, aumenta, gradativamente, o seu peso e poder no SI.

O PESO DA RPC NO ATUAL SISTEMA INTERNACIONAL

Membro permanente do Conselho de segurança da ONU, a RPC gradualmente vem assumindo uma posição de destaque no SI. O diagnóstico conclusivo não é incontestável, mas, ao que tudo indica, tal fato pode ser uma decorrência da conjugação de três fatores: a atual pujança econômica da RPC, o atual cenário político caracterizado pela multilateralidade e a ampliação do fenômeno global denominado “antiamericanização”.

Conforme abordado no tópico 1.5, o mundo está se voltando para o atraente mercado chinês. Como consequência, este redirecionamento de fluxos econômicos está contribuindo para a alteração do cenário político internacional. O resultado decorrente desta reorganização é que, a cada momento, ampliam-se e aprofundam-se as relações internacionais envolvendo a RPC.

Sobre a atual diplomacia chinesa no SI, Sandschneider (2005, p.13), de forma precisa, faz os seguintes comentários:

Em parte nenhuma a abordagem pragmática básica da política chinesa pode ser delineada melhor que em sua política externa. Os políticos chineses calculam com muita precisão como deverão lidar com seus parceiros internacionais. E lançam mão de todo o leque de possibilidades de que dispõem: retraídos e com pressão dosada diante dos EUA, ousados e provocadores diante do Japão, cooperativos e convidativos em relação à Europa e parceiros, embora às vezes dominadores em relação aos seus vizinhos no sudeste asiático.

Inquietando o planeta, este incontestável aumento do peso político chinês tem provocado ou potencializado fricções políticas e econômicas envolvendo os atores RPC, Japão, Taiwan e EUA (LOONG, 2005, pp. 103-108).

TENSÕES INTERNACIONAIS ENVOLVENDO A RPC

Na atualidade, as seguintes contendas estão atraindo as atenções da mídia e dos analistas de conjuntura política internacional:

- § A reintegração ao território da RPC ou independência definitiva de Taiwan, que Pequim denomina “província rebelde de Taiwan”¹⁹;
- § Aumento da tensão política envolvendo o Japão e a RPC²⁰; e
- § Disputas econômicas no âmbito da Organização Mundial do Comércio, envolvendo os EUA e a RPC²¹.

Complementando o acima exposto, assinala-se que, também na atualidade, não se têm notícias de tensões relevantes envolvendo a RPC e as nações, que na Ásia, detêm artefatos nucleares, ou seja, Rússia, Índia, Paquistão e Coreia do Norte. Como foi mencionado, a Diplomacia chinesa é extremamente hábil e calculista.

Uma vez abordados os aspectos históricos, geográficos, sociais, políticos e econômicos da RPC, é chegado o momento de conhecer e analisar os interesses nacionais da RPC. Mas afinal, quais são eles?

¹⁹ Disponível em <http://www.cartacapital.com.br>

²⁰ Disponível em <http://www.nikkeibrasil.com.br>

²¹ Disponível em <http://g1.globo.com>.

OS INTERESSES NACIONAIS DA RPC

Segundo Dan (2006, p. 216), os Interesses Nacionais da RPC estão subdivididos em dois grupos: os básicos que são “[...] fundamentais e prioritários para o Estado [...]” e os essenciais que “[...] revelam-se a fim de corresponder, apoiar, garantir e aumentar os interesses nacionais básicos[...]”. A mesma autora assim os descreve:

Por ordem de prioridade, os interesses nacionais básicos da China são:

- 1) assegurar a integridade territorial, a independência da soberania, a unidade da nação e a unificação do Estado;
- 2) assegurar a estabilidade política e social, evitar a impedir quaisquer tumultos políticos e desordens sociais;
- 3) realizar o crescimento económico [Sic] contínuo, estável e racional e reduzir todos os riscos económicos.

De igual forma, por ordem de prioridade, os interesses nacionais essenciais da China são:

- 1) aumentar a quota da exportação comercial e não comercial da China no mercado internacional, aumentar a importação de recursos e produtos que são escassos internamente, absorver capitais estrangeiros e introduzir tecnologias avançadas internacionalmente;
- 2) manter e salvaguardar as circunstâncias periféricas relativamente estáveis e promover a prosperidade económica [Sic] e paz da Ásia do Pacífico;
participar activamente [Sic] nos assuntos internacionais e assegurar a ordem internnacional nas suas várias dimensões.
- 3) participar activamente [Sic] nos assuntos internacionais e assegurar a ordem internacional nas suas várias dimensões.

A análise desses interesses nacionais permite o estabelecimento das seguintes correlações com os conteúdos dos tópicos anteriores:

- § interesse básico “1”: correlação com os aspectos históricos (1.1), geográficos (1.2), social (1.3), político (1.4), económico (1.5) e político internacional (1.6 e 1.7).
- § interesse básico “2”: correlação com os aspectos social (1.3) e político (1.4).
- § interesse básico “3”: correlação com os aspectos social (1.3), político (1.4), económico (1.5) e político internacional (1.6 e 1.7).
- § interesse essencial “1”: correlação com os aspectos económico (1.5) e político internacional (1.6 e 1.7).

§ interesse essencial “2”: correlação com os aspectos econômico (1.5) e político internacional (1.6 e 1.7).

§ interesse essencial “3”: correlação com o aspecto político internacional (1.6 e 1.7).

Complementando esta análise, também é digna de registro, a constatação de que cinco dos seis interesses nacionais expostos²² estão diretamente relacionados com a possibilidade do emprego da força por parte do Estado chinês, ou seja, dependem da existência de uma estrutura militar e policial adequada. A consecução do interesse nacional remanescente, em menor grau, também tem relação com as mesmas forças de segurança estatais, uma vez que, normalmente, as demandas e tecnologias bélicas contribuem com o crescimento econômico de qualquer país.

Uma vez identificada a importância estratégica da estrutura militar chinesa, cabe assinalar que a mesma enseja a existência de uma marinha de guerra moderna, equipada e pronta. Esta necessidade decorre, principalmente, de dois fatos atinentes a RPC: que é o segundo maior importador de petróleo do planeta²³ (em 2006, algo em torno de 145 milhões de toneladas) e que é responsável, em nível global, por significativa parcela do tráfego de cargas pela via marítima. No atual contexto econômico mundial, a permanente desobstrução das vias marítimas Estreito de Ormuz-RPC, Mar Vermelho-RPC, Atlântico Sul-RPC e Leste Africano-RPC é imperiosa e vital. O controle das águas jurisdicionais chinesas é outra questão estratégica que depende exclusivamente deste mesmo poder naval, uma vez que, a exemplo do que ocorre no Brasil, está associado aos institutos do mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva (ZEE). Por analogia ao conceito da “Amazônia Azul” brasileira, a China tem razões estratégicas de sobra para instituir, por exemplo, um “Tibet Azul”.

Na próxima seção, dando prosseguimento ao desenvolvimento deste trabalho, será abordada com maior detalhamento a atual situação do EPL. Como demonstrado anteriormente, uma peça estatal revestida de grande importância estratégica.

O EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO

Estrutura equivalente ao Ministério da Defesa brasileiro, o Exército Popular de Libertação (EPL) é constituído por quatro²⁴ forças armadas secundárias: força terrestre, força aérea, força naval e forças estratégicas e nucleares. Ao todo, estima-se que a soma dos efetivos parciais alcance a casa

²² Interesses nacionais básicos 1 e 2. Interesses nacionais essenciais 1, 2 e 3.

²³ FOLHAONLINE (2007)

²⁴ (LOBO, [1999?], p.17)

dos 2.300.000²⁵ combatentes em atividade, constituindo-se no maior contingente militar do planeta. Em complementação, é interessante assinalar que os efetivos totais das forças auxiliares e policiais giram em torno de 1.200.000 homens²⁶.

FORÇA TERRESTRE (EXÉRCITO).

A força terrestre do EPL é o maior e mais importante componente do EPL. Sua origem confunde-se com as origens do PCCh, ficando absolutamente claro, conforme observado na segunda fase da Guerra Civil chinesa, Revolução Cultural e Massacre da Praça da Paz Celestial, que este segmento é o braço armado e principal viga de sustentação do sistema político vigente na RPC, em outras palavras, uma espécie de “Guarda Pretoriana”²⁷. A partir desta constatação, levando-se em consideração a carência de dados específicos, supõe-se que a modernização do EPL, tenha iniciado e venha ocorrendo com maior intensidade neste segmento.

A análise dos dados e opiniões constantes do anexo B evidenciam que o perfil do EPL da RPC ainda é defensivo ou dissuasório no que se refere às ameaças externas de grande poderio bélico. Todavia há de se considerar a sua superioridade e caráter ofensivo ou expansionista em relação a alguns países vizinhos (por exemplo: Mianmar, Vietnam e Laos).

FORÇA AÉREA (AERONÁUTICA).

Dada a sua importância estratégica no contexto da defesa e manutenção do espaço aéreo nacional, bem como no eventual emprego contra os “inimigos internos”, a Força Aérea da RPC vem acompanhando a modernização da Força Terrestre do EPL. Abordando esta ampliação de poderio aéreo, Lobo ([1999?], p.10) faz o seguinte comentário:

Nos últimos anos, em especial na década de 90, avanços significativos foram alcançados com o desenvolvimento de aeronaves mais sofisticadas, em especial caças supersônicos, de modelo chinês, como interceptadores J-8 I/II. Nos últimos anos, a Rússia forneceu a China caças SU-27 (J-11, produzido localmente) e SU-30, com tecnologia sofisticada, e voltados para a superioridade aérea e interceptação. O antigo inimigo, a Rússia, tornou-se um oportuno fornecedor de tecnologia de ponta na área militar.

²⁵ (LOBO, ([1999?], p.17)

²⁶ (LOBO, ([1999?], p.17)

²⁷ (RECCO, 2003). Disponível em <http://www.folha.uol.com.br>

Ainda sobre a modernização da força aérea da RPC, também é importante assinalar a futura dotação deste segmento do EPL com os avançados caças bombardeiros J-10, com projeto, tecnologia e produção totalmente nacionais.²⁸

A apreciação dos dados expostos nesta abordagem, corroboradas pelas informações constantes do anexo B e limitações, respectivamente, indicadas por Lobo ([1999?], p.10) e Rühl (2005, pp. 95-96), ou seja, que a força aérea da RPC “ tem reduzida capacidade ofensiva contra seus vizinhos fronteiriços “ e que tem reduzida capacidade “ defensiva contra ataques vindos do mar (operações navais e desembarques anfíbios)”, evidenciam que o perfil da força aérea da RPC também é defensivo ou dissuasório.

FORÇA NAVAL (MARINHA).

Em face da já mencionada importância estratégica para os países com fronteira marítima, de se constituir e tornar operacional uma força naval” moderna e devidamente equipada, não é sensato supor que a Marinha da RPC tenha sido alijada do processo de modernização que atingiu os demais componentes do EPL.

Também nos estudos de Lobo ([1999?]; p.p. 12-13), consta que, “[...] inicialmente, relegada a um segundo plano em relação aos demais componentes do EPL da RPC, a Força Naval passou a experimentar um vigoroso desenvolvimento a partir da metade da década de 80 [...]”. Prosseguindo, o mesmo autor detalha esta evolução, informando que “[...] De um inventário basicamente restrito a lanchas de ataque e submarinos soviéticos obsoletos, o país passou a investir na compra e produção de meios navais modernos, tais como submarinos nucleares, submarinos convencionais, fragatas e destróieres.[...]”

Segundo a Federation of American Scientist²⁹, atualmente, a Marinha da RPC possui um efetivo de 250.000 homens, o qual está distribuído por três comandos (Frota do Mar do Norte, Frota do Mar do Leste e Frota do Mar do Sul). A mesma fonte³⁰, aponta que até o ano de 2010, a RPC disporá dos meios navais especificados no Anexo B.

O estudo dos dados e informações expostas neste tópico evidenciam que o perfil da marinha de guerra da RPC, tal como ocorre com as forças terrestre e aérea, é igualmente defensivo ou dissuasório.

²⁸ Disponível em <http://www.chinatoday.com>.

²⁹ Disponível em <http://www.fas.org>.

³⁰ Disponível em <http://www.fas.org>.

FORÇAS ESTRATÉGICAS E NUCLEARES.

Importante segmento do EPL, as forças estratégicas têm a responsabilidade de gerenciar e operar o arsenal de mísseis convencionais e nucleares existente na RPC, que por seu grande poder de destruição, constituem a principal ferramenta dissuasória de que dispõe a RPC. No anexo B, constam informações relativamente atualizadas sobre as Forças Estratégicas e nucleares da RPC.

Na visão de Lobo ([1999?], p. 14-15), “[...] a capacidade nuclear chinesa ainda é defensiva, com perfil dissuasório, assemelhando-se ao modelo francês, o qual apresenta uma estratégia nuclear-nacionalista [Sic] e defensiva em essência [...]”.

O FUTURO DA FORÇA NAVAL NO PERÍODO DE 2007 A 2020.

Conforme exposto no final da seção 1, em decorrência do atual contexto econômico mundial, cresceu a importância estratégica da força naval da RPC, ao ponto de torná-la imprescindível à consecução dos interesses nacionais vigentes no ex-Império do Meio. Se o governo de Pequim ainda não compreendeu que, do mar, dependem, a prosperidade e a perpetuação da nação chinesa, deve fazê-lo de imediato, pois o ensinamento inserido na frase “[...] esquadras não se improvisam [...]”³¹ (grifo nosso), de autoria de Rui Barbosa, é incontestado e provoca reflexões em qualquer nação do planeta.

Reforçando este último raciocínio, Till (2005, p.16) alerta que:

Uma outra razão para a importância atribuída ao controle dos mares é o fato da sua utilização ser possível, tanto no ataque, quanto na proteção do comércio; na projeção sobre outros países, na defesa contra a projeção de poder por outros países e para todo o tipo de contribuição à segurança marítima global e regional.

Há algum tempo, aguçando o imaginário dos analistas militares internacionais, perdura uma pergunta ainda não respondida pelas autoridades chinesas: como a RPC modernizará e reaparelhará a sua força naval no futuro próximo? Duas possibilidades serão abordadas na próxima e derradeira seção.

³¹ Amplamente difundida no âmbito interno da MB.

O FUTURO DA FORÇA NAVAL

Uma vez definida a importância estratégica da força naval da RPC, é chegado o momento de delinear o seu futuro (até o final de década de 10), tendo como orientação principal, o fato de que há duas opções de caminhos a serem consideradas: o “defensivo ou da dissuasão” e o “agressivo ou da expansão”. Ao abordar este dilema, Glaser (2005, p.43, grifo nosso), com pertinência, empregou a expressão [...] “encruzilhada estratégica” [...]...E, realmente, a China encontra-se neste tipo de “encruzilhada”.

ESTRATÉGIA DEFENSIVA OU DISSUASÓRIA

Considerando os atuais interesses nacionais da RPC, imagina-se que o EPL esteja sendo modernizado para, quando necessário, dissuadir nações inimigas a não atacar o território chinês, sob pena de experimentarem elevada resistência e terem de gastar vultosas somas de recursos financeiros. Como Pequim não torna público os seus planos e projetos militares e o Pentágono idem (os planos chineses), sabe-se muito pouco sobre “como”, “onde” e “em que intensidade” está ocorrendo a modernização e ampliação da capacidade bélica dos quatro segmentos do “braço armado” do PCCh. De concreto, há o reconhecimento oficial por parte das autoridades chinesas sobre o aumento de cerca de 18% dos gastos militares em relação ao ano de 2006, em outras palavras, algo próximo de 56 bilhões de dólares.[!] ^{32 33} Comparativamente, em ordem decrescente, EUA, RPC e Rússia têm as maiores previsões de gastos em 2007 (ver o anexo C).

Neste contexto, em função da importância estratégica da marinha chinesa para a consecução dos interesses nacionais da RPC, supõem-se que à mesma cabe, entre outras missões, contribuir com a proteção das cidades e estruturas costeiras estratégicas, garantir a soberania sobre o seu mar territorial e manter liberadas, as linhas de navegação de seu interesse.³⁴

Desta forma, seguindo o consenso universal de que nações marítimas não podem prescindir de um poder naval adequado, acredita-se que importantes investimentos estão sendo e serão realizados no âmbito força naval do EPL nos próximos anos, no intuito de modernizá-la e de reaparelhá-la. A operação, em curso, de submarinos nucleares e convencionais de ataque é uma interessante

³² (COSTA, 2007, pp. 42-43).

³³ Em RÜLL (2005, pp-93-94), menciona-se que [...] as análises americanas chegam à estimativa de que a China despenderia em armamento aproximadamente o triplo daquilo que o orçamento público informa atualmente e que o ministro da Defesa chinês informou em outubro de 2005.[...].

³⁴ Principalmente, as relacionadas com a importação de petróleo, alimentos e matérias primas para as indústrias de base. Caso contrário, tornar-se-á vulnerável aos eventuais bloqueios marítimos que venha a ser submetida, quando da ocorrência de crises internacionais. Em se tratando da RPC e seu 1,5 bilhão de habitantes, é óbvio que a submissão a futuros bloqueios marítimos alienígenas implicará, no âmbito nacional e internacional, em graves conseqüências econômicas, políticas e sociais.

opção estratégica a ser ampliada³⁵. O mesmo pode ser dito com relação ao aumento do número de embarcações e aeronaves destinadas à guerra anti-submarinos e guerra de superfície, que, na prática, por similaridade às necessidades japonesas, Rüll (2005, p. 100) traduz-se pela posse de “[...] porta-helicópteros, cruzadores destróieres porta-mísseis [...]”.

Ainda sobre esta estratégia defensiva ou dissuasória, também é interessante considerar as seguintes sugestões genéricas efetuadas por Galante ([1998?], p.5), no que se refere a uma eventual agressão dos EUA:

[...] os países menos capazes tecnológica e economicamente, que queiram contrapor-se à ameaça do poder aeronaval americano, devem investir em guerra de minas, manter uma moderna aviação de ataque de longo alcance baseada em terra, capaz de realizar ataques de saturação com mísseis anti-navio, instalar baterias de mísseis supersônicos anti-navio na costa e investir sobretudo em submarinos, equipados com mísseis anti-navio e mísseis de cruzeiro. Um ataque bem sucedido a um NAe pode não afundá-lo, mas pode colocá-lo fora de combate temporariamente (mission kill) e forçar negociações diplomáticas, caso a questão em disputa não seja de interesse vital para os EUA.

ESTRATÉGIA OFENSIVA OU EXPANSIONISTA

Considerando a possibilidade da RPC rever os seus interesses nacionais e passar a adotar uma postura agressiva no SI, imagina-se que o seu poderio naval terá que ser ampliado para enfrentar e derrotar um adversário do porte da combinação EUA-OTAN ou Federação Russa em separado. Esta projeção decorre do fato de que, provavelmente, a comunidade internacional reagirá a qualquer atitude expansionista da RPC, seja ela contra nações mais fracas ou de mesma capacidade bélica. Corroborando tal hipótese, ressalta-se o fato de que Japão, Coreia do Sul e Taiwan, inimigos históricos e alvos potenciais, são tradicionais aliados militares e parceiros econômicos dos EUA. Semelhante parceria³⁶ vigora entre Reino Unido, Índia e Paquistão. (FIG. 1)

No que tange à questão de Taiwan, faz-se necessário esclarecer, que para poder retomar a sua “província rebelde” à força, a marinha chinesa necessita e

³⁵ (CARVALHO, 2006, p. 3).

³⁶ Comunidade Britânica.

necessitará de maciços investimentos financeiros, com fulcro de modernizá-la e reaparelhá-la (nada impossível, em se tratando de China). Equipada com tecnologia de ponta e, provavelmente, muito bem adestrada em decorrência da sua prontidão permanente, a marinha taiwanesa constitui-se num difícil obstáculo a ser superado. Na atualidade, pode-se depreender que a China ainda não reúne as condições necessárias para triunfar, sem elevadas perdas humanas e materiais, sobre o seu segundo maior inimigo histórico³⁷. Supondo uma decorrente intervenção internacional pós-confronto armado RPC-Taiwan, ficariam bem empregados nesta hipotética situação, os seguintes ensinamentos afetos à “Arte da Guerra”:

A guerra é uma questão vital para o Estado. Por ser o campo onde se decidem a vida e a morte, o caminho para a sobrevivência ou para a ruína, torna-se de suma importância estudá-la com muito cuidado em todos os seus detalhes [...] Comumente, para uma operação de guerra são necessários mil carros rápidos, de quatro cavalos, mil carroções revestidos de couro, também de quatro cavalos, e cem mil homens protegidos com armaduras de malha [...] o essencial de guerra é a vitória, e nunca as prolongadas operações [...] (SUN TZU, 2005, pp .23, 33 e 38).

No quadro abaixo, com a finalidade de fundamentar as asserções inclusas no parágrafo anterior, são listados os meios que Taiwan dispunha em 2000 e que disporá até 2010:

QUADRO 1
Inventário de navios de guerra da marinha de Taiwan

TIPO	2000	2010
Destróieres	7	4
Fragatas	21	36
Embarcações de ataque rápido lançadoras de mísseis	62	41
Submarinos	4	12
Navios anfíbios	15	14

Fonte: Federation of American Scientist (<http://www.fas.org>)

Rühl (2005, p.95) assinala-se que a partir do momento em que a RPC passar a operar navios aeródromos modernos³⁸, mobiliados com aeronaves

³⁷ O Japão é o maior.

³⁸ Segundo Galante ([1998?], p. 2), em 1998, os EUA possuíam 12 unidades em operação.

compatíveis com as empregadas na marinha norte-americana, ficará caracterizada a mudança da sua postura estratégica, ou seja, de dissuasória ou defensiva para ofensiva ou expansionista . Reforçando este conceito, Galante ([1998?], p. 2) afirma que “[...] se um conflito armado for mesmo inevitável, poucos países do mundo poderiam fazer frente à capacidade bélica de um NAE Americano – cujos aviões possuem um poder de fogo superior ao de muitas forças-aéreas do planeta [...]”.

Todavia, não há como ignorar o binômio tempo-dinheiro...A construção de navios-aeródromos de última geração é extremamente cara e de operacionalização demorada. Na melhor das hipóteses, levando-se em consideração o estabelecimento de cronogramas factíveis e o aporte contínuo de recursos financeiros em níveis ideais, pode-se imaginar que, no período de 2015-2020 ³⁹, venha a ocorrer a transformação da atual marinha chinesa em potência naval com capacidade de operar e impor-se em “águas azuis”⁴⁰.



FIG 1. Nesta fotografia de satélite, observa-se a proximidade da RPC dos Oceanos Pacífico e Índico e a localização dos atores União Européia (UE), Rússia, Irã, Iraque, Índia, Coréia do Sul, Coréia do Norte, Taiwan e Japão. Destaca-se também, a proximidade do nordeste da África e do Oriente Médio (regiões com significativas reservas de petróleo)

³⁹ (RÜHL, 2005, p. 96).

⁴⁰ Na atualidade, privilégio da marinha dos EUA.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org.br>

Encerrando o desenvolvimento deste estimulante tema, faz-se o seguinte questionamento e, em ato contínuo, apresenta-se uma verdade histórica: considerando o período estimado na seção secundária 1.5 (entre 23 a 33 anos), poderá a China ou RPC, exclusivamente à base do “soft power”, tornar-se a nação mais rica e influente do planeta? A história universal, com inúmeros exemplos nos últimos 500 anos, assinala que a supremacia econômica vigente (EUA) e todas as anteriores foram garantidas e, em alguns casos, conquistadas pelo uso da força...

CONCLUSÃO

Cinco dos seis atuais interesses nacionais da RPC (fundamentados pelos aspectos históricos, geográficos, sociais, econômicos e políticos chineses), encerram, nas suas entrelinhas, a necessidade da existência de uma robusta estrutura militar. Apesar de, em termos práticos, contabilizar significativas demandas materiais e financeiras decorrentes da estrutura militar estabelecida, a consecução do interesse remanescente (relacionado à economia), não implica, necessariamente, na constituição de poderosos exércitos.

Materializando este indispensável poder militar e exercendo a função de braço armado do PCCh, o EPL é formado por quatro segmentos secundários: as forças terrestre, aérea, naval e estratégicas e nucleares. Diante do atual contexto econômico e político mundial, ressalta-se a importância estratégica da força naval da RPC.

Atual “locomotiva” da economia global, a RPC vem, gradualmente, assumindo posição de destaque no SI. Em paralelo a estes incrementos, outro inquietante crescimento tem chamado a atenção do mundo: o relacionado ao setor de defesa. Contornando a dissimulação tradicional e as negativas recorrentes do governo de Pequim, as opiniões dos especialistas convergem para o fato de que a RPC está se armando paulatina e constantemente. Corroborando este consenso, há os argumentos da legítima necessidade de constituição de um poder naval com característica defensiva ou dissuasória e do crescente orçamento militar (atualmente, o segundo maior do planeta). A constituição de um poder naval com característica ofensiva ou expansionista também é uma opção a ser considerada, pois, por trás dos discursos pacifistas, há os homens gananciosos e a imprevisibilidade do Sistema Internacional.

Diante deste dilema, considerando o período de 2007 a 2020, supõem-se o acatamento ou consideração de duas opções estratégicas (linhas de ação). Na primeira, tendo em vista os atuais interesses nacionais e o controle das águas jurisdicionais da China, vislumbra-se a necessidade de investimentos em meios navais atinentes às Guerras Submarina e de Superfície. Na segunda, visando o

rompimento de eventuais bloqueios navais alienígenas e possíveis ações expansionistas, assinala-se a imprescindível aquisição ou construção de aeronaves de ataque e porta-aviões modernos, os quais possibilitariam a atuação da marinha chinesa em “águas azuis” (na atualidade, privilégio da marinha dos EUA).

Finalizando, é oportuno salientar que as lições decorrentes deste estudo e do acompanhamento da “encruzilhada estratégica” exposta, poderão subsidiar futuras modificações doutrinárias no âmbito da MB e revisões de políticas governamentais afetas ao poder naval do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. **A DEFINIÇÃO do futuro de Taiwan é um risco para a paz mundial que continua a ser empurrado com a barriga.** Cartacapital. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/edicoes/2005/03/335/2013/?searchterm=FORMOSA>>. Acesso em 20 mar. 2007.
2. CARVALHO, R. G. **Submarinos: a visão da Marinha.** Boletim de Ordens e Notícias da Marinha do Brasil (BONO), Rio de Janeiro, nº 806, 19 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ditelm.mb>>(intranet). Acesso em 19 dez 2006.
3. **A CHINA Information Base.** Disponível em: < <http://www.chinatoday.com/arm/>>. Acesso em: 22 mar. 2007.
4. COSTA., A.L. M. C. **As garras do dragão – China – Orçamento militar e armas espaciais respondem ao desafio bélico dos EUA.** Cartacapital, São Paulo, ano 13, nº 435, p. 42-43, março 2007.
5. DAN, W. **Globalização e interesses nacionais: a perspectiva da China.** Coimbra: Edições Almedina, SA. 2006. 424 p.
6. FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. G. **China: uma nova história.** Porto Alegre. L&PM Editores. 2006. 469 p.
7. FAS. **General information about People’s Republic of China.** Disponível em: <<http://www.faz.org/main/content.jsp?formAction=297&contentId=164>>. Acesso em: 22 mar. 2007.
8. _____. **People’s Liberation Army Navy.** Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ship/row/plan/index.html>>. Acesso em 26 mar. 2007.

9. _____. **Republic of China Navy**. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/ship/row/rocn/index.html>. Acesso em: 10 ago. 2007.
10. _____. **Rest-of-world land combat systems**. Disponível em: <<http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/row/index.html>. Acesso em: 26 mar. 2007.
11. FISHMAN, T. C. **China S.A.:** como o crescimento da próxima superpotência desafia os Estados Unidos e o mundo. Rio de Janeiro. Ediouro. 2006. 376 p.
12. FOLHAONLINE. **Investimento externo na China sobe 10%; compra de petróleo cresce 10,8%**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u117202.shtml>.
13. FRANÇA, J. L. et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 7ª ed. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 242 p.
14. G1. **China reclama de processo dos EUA contra pirataria**. Disponível em : <<http://www.g1.globo.com/Noticias/Economia/0,,AA1512914-5599,00.html>>. Acesso em: 11 abr. 2007.
15. GALANTE, A. **Os navios-aeródromos na nova ordem mundial**. [1998?], 6 p. Disponível em: <http://www.naval.com.br/biblio/naes_nova_ordem/dossie07.htm>. Acesso em 26 mar. 2007.
16. GLASER, B. S. **Os temores dos EUA:** o poder da China aumenta rapidamente. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, ano VII, p. 43-49, abril 2006. Publicado em Internationale Politik – China, China, China, DGAP, n. 12, p.31-35, dez. 2005.
17. GRYZINSKY, V. **A novíssima China**. Veja, São Paulo, n° 1968, p. 104-111, ago. 2006.
18. HENG, L. **Why China chooses not to built aircraft carrier**. Disponível em: <http://www.defesanet.web.terra.com.Br/noticia/chinacarrier/>. Acesso em 26 mar.2007.
19. J., L. **A simbiose com os EUA**. Veja, São Paulo, n° 1968, p. 154-159, ago. 2006.
20. JARDIM, L. **A ordem é crescer**. Veja, São Paulo, n° 1968, p. 146-153, ago. 2006.

21. LOBO, C. E. R. **A República popular da China e a Trajetória das Suas Forças Armadas**. São Paulo: Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico (GEAP) da PUC-SP. Disponível em <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art3.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2007. 25 p. Ensaio.
22. LOONG, L. H. **Integração em uma nova Ásia**: como a ascensão da China modifica a arquitetura internacional. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, ano VII, p. 103-115, abril 2006. Publicado em Internationale Politik – China, China, China, DGAP, n. 12, p. 72-80, dez. 2005.
23. MILNET. **The China threat**. Disponível em: <<http://www.milnet.com/Chinese-and-Terrorism.html>>. Acesso em: 22 mar. 2007.
24. NICKYBRASIL. **Japão teme expansão do poder militar da China**. Disponível em <http://www.nickeybrasil.com.br/noticia.php?cod=277>. Acesso em: 23 mar. 2007.
25. RECCO, C. B. **História**: a “pax” que o imperialismo deseja. Folhaonline. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educaçao/ult305u12818.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2007.
26. RICUPERO, Rubens. **A Geoestratégia do petróleo**. (publicado na Folha de São Paulo em 25 abr. 2004). Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/NoticiasImpressao.asp?>. Acesso em: 22 ago. 2007.
27. RÜHL, L. **Uma longa partida de xadrez** : realidade e perspectivas na política militar chinesa. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, ano VII, p. 93-102, abril 2006. Publicado em Internationale Politik – China, DGAP, n. 12, p. 65-71, dez. 2005.
28. SANDSCHNEIDER, E. **Como tratar um dragão**: sobre o trato do Ocidente com o complicado parceiro chinês. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, volume 1, ano VII, p. 9-18, abril 2006. Publicado em Internationale Politik – China, China, China, DGAP, n. 12, p. 06-13, dez. 2005.
29. SUNT TZU. **A arte da Guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2005. 141 p. (Coleção a obra-prima de cada autor, 54).
30. TILL, G. **Poder marítimo, questões relevantes e desafios**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, número 8, p. 8-31, dez. 2006.

31. TREVISAN, C. **China**: o renascimento do império. São Paulo: Planeta Brasil. 2006. 236 p.
32. **VEJA**. São Paulo: Editora Abril, edição 1968, n. 31, ago. 2006. Encarte central.
33. WIKIPEDIA. **República Popular da China**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_Popular_da_China>. Acesso em 31 jan. 2007.

ANEXO A
COLETÂNEA DE DADOS ECONÔMICOS SOBRE A RPC

DADO	CONTEÚDO	FONTE
1	[...] Em 2005, o PIB da RPC atingiu 1,9 trilhões de dólares (4º maior) [...]	VEJA (2006, p. 107)
2	[...] PIB <i>per capita</i> = \$ 1.500 (2004). [...]	Trevisan (2006, p.25)
3	[...] Projeções otimistas indicam que no ano de 2050 o PIB da RPC será de 44 trilhões (solidamente à frente dos EUA). [...]	VEJA (2006, p. 107)
4	[...] Em 2005, a RPC passou a ser o terceiro maior mercado automobilístico do mundo, com vendas de 5,76 milhões de unidades, acima de da Alemanha, abaixo dos EUA e colado no Japão. [...]	Trevisan (2006, p.24)
5	[...] A RPC é hoje o principal destino das exportações brasileiras de soja e de minério de ferro e representa quase 6% das vendas nacionais ao exterior. [...]	Trevisan (2006, pp. 24-25)
6	[...] Em 2005, a RPC fabricou (ou montou) 400 bilhões de dólares em produtos de alta tecnologia. [...]	VEJA (2006, p. 148)
7	[...] Em relação ao mundo, a RPC produz 95% dos MP3-players. [...]	VEJA (2006, encarte)
8	[...] Em relação ao mundo, a RPC produz 75% dos CDs e DVDs. [...]	VEJA (2006, encarte)
9	[...] Em relação ao mundo, a RPC produz 70% dos relógios. [...]	VEJA (2006, encarte)
10	[...] Em relação ao mundo, a RPC produz 65% dos monitores. [...]	VEJA (2006, encarte)
11	[...] Em relação ao mundo, a RPC consome 54% do cimento. [...]	VEJA (2006, encarte)
12	[...] Em relação ao mundo, a RPC consome 51% da carne de porco. [...]	VEJA (2006, encarte)
13	[...] Em relação ao mundo, a RPC consome 40% das motocicletas. [...]	VEJA (2006, encarte)
14	[...] Em relação ao mundo, a RPC consome 36% do aço. [...]	VEJA (2006, encarte)
15	[...] Em relação ao mundo, a RPC consome 31% do carvão. [...]	VEJA (2006, encarte)
16	[...] Em agosto de 2006, havia na China 334 milhões de celulares em funcionamento. [...]	VEJA (2006, encarte)
17	[...] Até o final de 2005, havia na China 111 milhões de pessoas com acesso à internet. [...]	VEJA (2006, encarte)
18	[...] Em 2003, a RPC comprou 7% do petróleo mundial, um quarto de todo o alumínio e aço, quase um terço do minério de ferro e carvão e 40% do cimento de todo o globo. [...]	Roach, citado por Fishman (2006, p.23)
19	[...] A RPC está comprando depósitos de petróleo fora de seu território e tem assinado contratos exclusivos de fornecimento com empresas sauditas e russas. [...]	Fishman (2006, p. 9)
20	[...] A RPC é responsável por cerca de um vigésimo de tudo o que se produz no mundo. [...]	Fishman (2006, p. 21)
21	[...] A população da RPC corresponde a um quinto da humanidade e representa o maior mercado que jamais existiu. [...]	Fishman (2006, p. 10)
22	[...] Apesar de apenas 11% do território chinês se prestar à agricultura, a RPC é a campeã na produção de arroz (35% da produção mundial). [...]	VEJA (2006, encarte)
23	[...] Apesar de empregar a maior parte da população, a agricultura contribui com apenas 13,1% da economia nacional, de acordo com os novos números divulgados pelo governo em dezembro de 2005. A atividade industrial representa 46,2% da economia e o setor de serviços, 40,7%, mais do que os 33% estimados anteriormente. No início das reformas, o peso da agricultura girava em torno de 30%. [...]	Trevisan (2006, p.53)

ANEXO B

DADOS SOBRE AS FORÇAS INTEGRANTES DO EPL DA RPC

a) FORÇA TERRESTRE

MEIO (1)	TIPO (1)	MEIO (1)	TIPO (1)	MEIO (1)	TIPO (1)	OBSERVAÇÕES
Tanque	59	Anti-Tanque	HJ-73 (AT 3)	Artilharia	90 122mm	<p>Sobre o EPL da RPC, Lobo ([1999?]; p.7-9) assinala que:</p> <p>- [...] Estrategicamente, está fragmentado em 7 Comandos Regionais (Regiões Militares), com semi-autonomia administrativa. Em caso de invasão do território chinês, estes Comandos ganham autonomia para condução da guerra popular (guerrilha) [...];</p> <p>- [...] Está subdividido em 3 ramos: força principal, força regional e milícia. A força principal destina-se ao combate de exércitos inimigos. A força regional, complemento e apoio da força principal, destina-se à defesa local (guerrilha ou guerra popular de resistência), incluindo a liderança, o treinamento das unidades guerrilheiras). A milícia é a reserva da força principal e da força regional, atuando como último recurso de defesa do território chinês (o povo de armas) e provedora de apoio logístico e informante (inteligência). [...]</p> <p>- [...] Boa parte dos seus blindados, tanques, veículos e artilharia do EPL são baseados em modelos soviéticos, obsoletos se comparados aos modelos dos EUA, OTAN e Japão, mas eficientes para a sua política defensiva. [...]</p>
Tanque	62	Artilharia	54	Artilharia	122mm (?)	
Tanque	63	Artilharia	59/M-46	Artilharia	WM-80 273mm	
Tanque	69	Artilharia	60/D-74	Artilharia	WS-1 320mm	
Tanque	80	Artilharia	66/M-55	Art. Anti-Aérea	55 M1939	
Tanque	85	Artilharia	83 122mm	Art. Anti-Aérea	56 KS-18	
Tanque	90	Artilharia	83 152mm	Art. Anti-Aérea	56 ZPU-4	
Blindado	63	Artilharia	86	Art. Anti-Aérea	58 ZPU-2	
Blindado	77	Artilharia	WAC-021	Art. Anti-Aérea	59 KS-19	
Blindado	85	Artilharia	130mm SPG	Art. Anti-Aérea	59 S-60	
Blindado	86	Artilharia	203mm SPH	Art. Anti-Aérea	63	
Blindado	90	Artilharia	PLZ-45	Art. Anti-Aérea	65	
Blindado	WZ-501	Artilharia	54 SPH	Art. Anti-Aérea	72 KS-12	
Blindado	WZ-503	Artilharia	70	Art. Anti-Aérea	74	
Blindado	WZ-504	Artilharia	83 SPH	Art. Anti-Aérea	80 23mm	
Blindado	WZ-505	Artilharia	85	Art. Anti-Aérea	80 57mm	
Blindado	WZ-506	Artilharia	89	Art. Anti-Aérea	87 25mm	
Blindado	WZ-523	Artilharia	A100 300mm	Art. Anti-Aérea	88 37mm	
Blindado	WZ-551	Artilharia	M-1B 350mm	Art. Anti-Aérea	90 35mm	
Blindado	WZ-751	Artilharia	63 107mm	Art. Anti-Aérea	90II	
Blindado	YW-304	Artilharia	63 130mm	-	-	
Blindado	YW-307	Artilharia	70 130mm	-	-	
Blindado	YW-309	Artilharia	81 122mm	-	-	
Blindado	YW-531	Artilharia	81 107mm	-	-	
Blindado	YW-531H	Artilharia	82 130mm	-	-	
Blindado	YW-701	Artilharia	83 273mm	-	-	
Blindado	YZ-750	Artilharia	85 130mm	-	-	
Anti-Tanque	HJ-8	Artilharia	89 122mm	-	-	

(1) Fonte: <http://www.fas.org>

b) FORÇA AÉREA (continuação do anexo B)

TIPO (2)	DESIGNAÇÃO (2)	UN (2)	OBSERVAÇÕES I (2)	OBSERVAÇÕES II
Caça	MiG-19 (J-6)	1900		<p>O atual quadro da Força Aérea da RPC pode ser resumido aos seguintes tópicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Segundo a Federation of American Scientist, “[...]a força aérea da RPC possui um efetivo que gira em torno de 400.000 homens [...]”; 2) De acordo Rühl (2005, p. 95), “[...] a força aérea da RPC possui cerca de 1700 aeronaves de diversos tipos, das quais 1.000 são caças-interceptadores e 700 são caças-bombardeiros [...]”; 3) Em grande parte, os modelos de aeronaves existentes baseiam-se em modelos soviéticos, tais como caças MIG 17 (J-5), MIG-19 (J-6), MIG-21(J-7) e bombardeiros médios II-28 (H-5) (LOBO, [1999?], p.10); 4) [...] A aviação de transporte, em fase de estruturação, ainda não tem capacidade estratégica compatível com as existentes na extinta URSS, países da OTAN ou nos EUA. Todavia, possui alguma capacidade estratégica, se for considerado a atuação restrita ao território chinês ou emprego contra países vizinhos com menor poderio aéreo. [...] (LOBO, [1999?], pp. 10-11); e 5) [...] A organização administrativa da Força Aérea da RPC ainda segue os padrões soviéticos de treinamento e estruturação em esquadrões. Estrategicamente, a RPC está dividida em sete regiões semi-autônomas. [...] (LOBO, [1999?], pp. 10).
Caça	MiG-21(J-7)	720		
Caça	J-8 I/II/III	222		
Caça	Su27SK (J-11)	55	Similaridade: F-15 Eagle F-14 Tomcat MiG-29 Fulcrum	
Caça	MiG-19 (Q-5)	440		
Caça-Bombardeiro	H-5/II-28	307		
Caça-Bombardeiro	H-6/Tu-16	142		
Transporte	II-76	10		
Transporte	Y-5/An-2	?		
Transporte	Y-7/An-24	?		
Transporte	Y-8/An-12	?		
Missão Especial	Y-8	?		
Missão Especial	A-50	?		
Caça	J-8	?	A ser produzido	
Caça	JH-7	?	Ataque nuclear	
Caça	J-10 (F-10)	300 (?)	Em produção (?)	
Caça	Su-27	-	A ser produzido	
Caça	Su-30	24	A ser produzido	
Caça	Su-30MK	30-60	A ser produzido	

(2) Fonte: site www.milnet.com

c) **FORÇA NAVAL DO EPL (3)** (continuação do anexo B)

TIPO (4)	CLASSE (4)	UN (4)	OBSERVAÇÕES I (4)	OBSERVAÇÕES II (4)
Destroyer 956	Sovremenny	4		<p>1) Segundo a Federation of American Scientist, atualmente, [...] na Marinha da RPC, apenas sete de todos os seus navios (especificamente, nas classes Luhai, Luhu e Jiangwei) apresentam padrões tecnológicos compatíveis ou bem próximos dos mais modernos meios combatentes de superfície existentes no mundo [...];</p> <p>2) A RPC não dispõe de sequer um NAe (oficialmente o NAe Kiev, comprado aos Russos, pertence a uma empresa de entretenimento) (HENG, 2002);</p> <p>3) Marinha da RPC dispõe de cerca de 56.000 fuzileiros navais e de uma Força de Defesa Costal (http://www.wikipedia.org);</p> <p>4) No que se refere à aviação naval, Rühl (2005, p.95) afirma, sem citar o período ou momento exato, que “[...] a Marinha Chinesa só dispõe de 20 aviões de combate (todos baseados em terra) [...]”;</p> <p>5) Também sobre o atual perfil da Aviação Naval da RPC, Lobo ([1995?], p. 11) cita quatro fatos importantes:</p> <p>1) [...] a distribuição estratégica é idêntica ao observado na Marinha da RPC, ou seja, três frotas (Norte, Leste e Sul) [...]”;</p> <p>2) [...] seus tipos de aeronaves são semelhantes aos disponíveis na Força Aérea [...]”; e</p> <p>3) [...] possui helicópteros relativamente modernos, de tecnologias originais russas e francesas (de fabricação nacional, mediante licença) [...].</p> <p>(3) Situação prevista para 2010; e (4) Fonte: http://www.fas.org.br.</p>
Destroyer 054	Luhai	5		
Destroyer 052	Luhu	2		
Destroyer 051	Luda	~11		
Fragata 054	Maanshan	8		
Fragata 059	Jiangwei III	3		
Fragata 057	Jiangwei II	6-8		
Fragata 055	Jiangwei	~25		
Fragata 053	Jianghu			
Navio Lançador de Mísseis Guiados	Houjian	4		
Navio Lançador de Mísseis Guiados	Houxin	~36		
Navio Lançador de Mísseis Guiados	Houngfeng	~25		
Submarino 094	NEWCON SSBN	~8	?	
Submarino 093	NEWCON SSN	4	?	
Submarino 091	Han SSN	5	Nuclear	
Submarino 091	Kilo	4	Convencional	
Submarino 039	Song	5	Convencional	
Submarino 035	Ming	20	Convencional	
Submarino 033	Romeo	15	Convencional	
Submarino 031	Wuhan	1	Convencional	
Amphibius Warfare 074	Yuting	20		
Amphibius Warfare 072	Yukan	7		
Amphibius Warfare 072	Yudeng	11		
Amphibius Warfare 073	Yudao	1		
B-6	Bombardeiro	30		

d) **FORÇAS ESTRATÉGICAS DO EPL** (continuação do anexo B)

ESPECIFICAÇÃO (5)	TIPO (5)	OBSERVAÇÃO I (5)	OBSERVAÇÃO II
DF-11/M-11	Convencional	Alcance de 300 km	Segundo Rühl (2005, p.95), sem precisar o momento exato (supõem-se que em torno de 2005), a RPC possuía os seguintes meios estratégicos: 1) “[...] 30 mísseis intercontinentais para ogivas nucleares [...]”; 2) “[...] 110 mísseis de médio alcance para ogivas nucleares e convencionais[...]”; 3) “[...] 450 a 500 mísseis de curto alcance[...]”. Em complementação ao acima exposto, merecem atenção os seguintes dados: 4) “[...] As forças estratégicas e nucleares do EPL tem capacidade operacional para efetuar lançamentos a partir de plataformas terrestres, submarinos nucleares da classe Xia e bombardeiros H-6 [...]” (LOBO, [1999?], pp. 14-15); 5) Estima-se que “[...] 100.000 militares atuem na gestão das Forças Estratégicas do EPL [...]” (http://www.fas.org); 6) Apesar de Pequim negar, a RPC possui tecnologia e infra-estrutura para produzir ogivas químicas e biológicas (http://www.milnet.com) [...]; e 7) Ainda não se tem notícia de que o EPL da RPC possua um escudo anti-mísseis (similar ao que os EUA está tentando instalar na borda leste da Europa). Dada a atual capacidade técnico-científica da RPC, não tardará o momento em que ocorrerá o domínio desta imprescindível tecnologia militar (nota do autor).
DF-15/M-19	Convencional	Alcance de 600 km	
DF-3A/CSS-2	Nuclear	Alcance de 2.800 km	
DF-4	Nuclear	Alcance de 4.800 km	
DF-5	Nuclear	Alcance de 13.000 km	
DF-31	Nuclear	Alcance de 8.000 km	
DF-21/CSS-5	Nuclear	Alcance de 1800 km	
JL-1/CSS-NX-3	Nuclear	Alcance de 1000-1800 km	
Ji-2	Nuclear	?	
CSS-4 Mod 2	Nuclear	Alcance de 13.000 km	
CSS-6	Nuclear	Alcance de 600 km	
CSS-7	Nuclear	Alcance de 300 km	

(5) Fonte: <http://www.milnet.com>

ANEXO C

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO ORÇAMENTO DA ÁREA DA DEFESA NA RPC

EUA	US\$ (BILHÕES)	RPC	US\$ BILHÕES)	RÚSSIA	US\$ BILHÕES)
1990	431	1990	12	1990	126
1995	337	1995	14	1995	16
2000	322	2000	22	2000	14
2001	325	2001	26	2001	16
2002	365	2002	31	2002	17
2003	415	2003	34	2003	19
2004	453	2004	38	2004	19
2005	478	2005	41	2005	21
2006	502	2006	47	2006	26
2007	537 (1º)	2007	56 (2º)	2007	33 (3º)

Fonte: (COSTA, 2006, p. 42).

ANEXO D
COLETÂNEA DE DADOS SOCIAS SOBRE A RPC

ITEM	DADO	FONTE
1	[...] 92% dos chineses são etnia han e 8% pertencem a outras 55 etnias. [...]	VEJA (2006, encarte)
2	[...] 10% da população ad RPC tem renda média anual acima de 1.501,00 dólares. [...]	VEJA (2006, encarte)
3	[...] 13% da população ad RPC tem renda medial anual entre 901 e 1.500 dólares. [...]	VEJA (2006, encarte)
4	[...] 30% da população ad RPC tem renda medial anual entre 731 e 900 dólares. [...]	VEJA (2006, encarte)
5	[...] Quase metade dos chineses ainda vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com renda medial anual inferior a 730 dólares. [...]	VEJA (2006, encarte)
6	[...] A renda <i>per capita</i> em Xangai é de 7.200 dólares (província mais rica). [...]	VEJA (2006, encarte)
7	[...] A renda <i>per capita</i> média do país é de 1300 dólares. [...]	VEJA (2006, encarte)
8	[...] A renda <i>per capita</i> em Guizhou é de 550 dólares (província mais pobre). [...]	VEJA (2006, encarte)
9	[...] 60% da população chinesa, ou 760 milhões de pessoas, ainda vivem no campo. [...]	VEJA (2006, encarte)
10	[...] 94% da população chinesa vive concentrada numa área que corresponde a apenas 40% do território chinês. [...]	VEJA (2006, encarte)
11	[...] Pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde no fim de 2003 com 190 mil pessoas concluiu que 36% dos moradores das cidades e 39% dos que vivem no campo deixaram de procurar médicos por não terem condições de pagar a consulta. [...]	Trevisan (2006, p. 59)
12	[...] Entre 1979 e 2002, o crescimento econômico retirou da pobreza o fantástico número de 400 milhões de pessoas, segundo dados do Banco Mundial. [...]	Trevisan (2006, p. 9)

COOPERAÇÃO E OBSTÁCULOS À COOPERAÇÃO ENTRE DUAS ABORDAGENS DE SEGURANÇA

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Claudio Rogério de Andrade Flor

O Capitão-de-Mar-e-Guerra Cláudio Rogério de Andrade Flor comandou a Base Naval de Aratu e o Serviço de Documentação da Marinha. Foi Adido de Defesa no Japão e Indonésia, atualmente é aluno de Mestrado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense e instrutor no Centro de Jogos de Guerra da Escola de Guerra Naval

RESUMO

O ataque terrorista do Onze de Setembro gerou uma instabilidade no Sistema Internacional, obrigando o poder hegemônico norte-americano a se envolver em duas guerras para a manutenção da ordem mundial. Paralelamente, está emergindo um poder na Ásia que se insinua como possível desafiador da hegemonia mundial dos EUA no futuro. Em julho de 2002, o presidente George W. Bush publicou a “National Strategy for Homeland Security”, identificando a cooperação internacional como um dos pilares da segurança estadunidense. Desse modo, o atual Comandante de Operações Navais dos EUA orientou o Comandante do Comando Sul que proferiu uma palestra apresentando uma proposta de cooperação com a Marinha do Brasil. Este ensaio se propõe a analisar essa proposta, apontando os pontos convergentes que estejam compatíveis com os interesses do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Marinha do Brasil. Comando Sul dos EUA. Terrorismo. Cooperação Global e Regional. Segurança.

ABSTRACT

The terrorist attack of September 11 generated an instability in the International System, compelling the North American hegemonic power if to involve in two wars for the maintenance of the world-wide order. Parallel, a power in Asia is emerging that insinuates as possible challenger of the world-wide hegemony of U.S.A. in the future. In July of 2002, president George W. Bush published the “National Strategy for Homeland Security”, identifying the

international cooperation as one of them pillars of the United States security. In this manner, the current Commander of Naval Operations of U.S.A. guided Commander of the South Command that pronounced a lecture presenting a proposal of cooperation with Brazilian Navy. This essay considers to analyze this proposal, indicating convergent points that are compatible with the interests of the Brazilian State.

key words: Brazilian Navy. South command of U.S.A. Terrorism. Global and Regional cooperation. Security.

INTRODUÇÃO

A pedido da Naval War College (NWC) a Escola de Guerra Naval se propôs a produzir ensaios sobre o tema “Cooperação global e regional na área de segurança: implicações para uma nova estratégia marítima dos EUA”.

Essa missão imposta nos parece difícil, ainda mais se considerarmos que nossos estudos irão gerar, pelo menos acreditamos, implicações para uma nova estratégia marítima. Estamos falando de sugestões para um país que detém ou pensa que detém, segundo alguns estudiosos, o “command of commons”, ou seja, o comando do mar, do espaço e do ar¹.

Não há dúvidas que esse pilar de sustentação da hegemonia militar americana é, no mínimo, aspiração que será perseguida como meta a atingir. No entanto, esse objetivo pode ser mais racional² se os EUA puderem contar com a cooperação de aliados e parceiros.

Este ensaio tem o propósito de examinar de maneira sucinta a nossa visão das ameaças à manutenção da hegemonia norte-americana e a proposta de cooperação apontada na solicitação da NWC. Feito isso, procuraremos elegeer pontos de parceria que sejam de interesse do Brasil. Entretanto, não podemos nos iludir quanto aos elementos de ambigüidade presentes numa cooperação sob a liderança do Presidente George W. Bush que pode causar, de modo deliberado ou não, arestas no relacionamento regional com países vizinhos³.

UMA PLATAFORMA TEÓRICA

Para efeito deste ensaio vamos nos utilizar da “Teoria da Guerra Hegemônica” de Robert Gilpin⁴ por estar em estreita ligação com o contexto atual e o tema proposto pela NWC.

¹ Ver Barry R. Posen, “Command of Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony,” *International Security*, Vol. 28, No. 1 (Summer 2003).

² No sentido pragmático da relação custo/benefício.

³ Ver Alyson J. K. Bailes and Andrew Cottey, “SIPRI Year Book 2006: Armament, Disarmament and International Security”, Chapter 4, p.1. Disponível em: << <http://yearbook2006.sipri.org/> >>. Consulta em: 10 mar. 2007.

⁴ ROBERG, Robert I. E RABB, Theodore K. *The Origin and Prevention of Major Wars*. Londres: Cambridge, 1998, pp. 15 a 52.

Relembrando os pontos pertinentes à questão, entendemos que o atual sistema internacional (SI) é anárquico e composto por estados independentes. As três dimensões do SI de Gilpin são⁵: prestígio hierárquico, a divisão territorial e a economia internacional. Uma vez estruturado o SI sob a hegemonia de um único estado dominante⁶, há uma distribuição de poder entre os estados fortes. A transformação⁷ de um ou mais desses estados fortes pode impactar com o SI estabelecido que é resistente a mudanças⁸.

A condição acima descrita é necessária, porém não suficiente para uma guerra hegemônica. A outra condição vem a ser o desafio. Ou seja, mudanças internas podem ocorrer desde que não ameacem os interesses vitais dos estados dominantes, sob pena deles interpretarem isso como um desafio.

No entanto, pode acontecer que algum outro estado, mesmo não sendo forte, ameace os interesses vitais do dominante no SI. Isso acarretaria um outro tipo de guerra visando à manutenção da ordem. As guerras do Iraque e Afeganistão exemplificam essa situação de instabilidade do Sistema.

As relações internacionais têm ainda, segundo Gilpin, uma estreita relação causal com o diferencial de crescimento de poder entre os estados. Uma variação alterando esse diferencial de poder, perturba o equilíbrio do SI.

Sumariando, a variação do diferencial de poder ocorre quando o crescimento de um estado está sendo maior que o crescimento do estado hegemônico em um mesmo período de tempo. Paralelamente, o estado hegemônico pode entender que está sendo desafiado por qualquer atitude de um dos estados do sistema. A matriz abaixo sintetiza esse entendimento da teoria de Gilpin.

Sistema Internacional		O desafio ocorreu ?	
		Não	Sim
Está havendo variação no diferencial de poder?	Sim	SI Instável	Guerra hegemônica
	Não	SI estável	SI instável (guerra de manutenção da ordem)

No caso de guerra de manutenção da ordem, tem-se um estado que desafia o hegemônico em que pese não ter poder suficiente para ameaçá-lo com eficácia.

CONTEXTUALIZANDO

A partir desse entendimento teórico, vamos contextualizar de maneira sintética e objetiva a situação atual estadunidense pós Onze de Setembro.

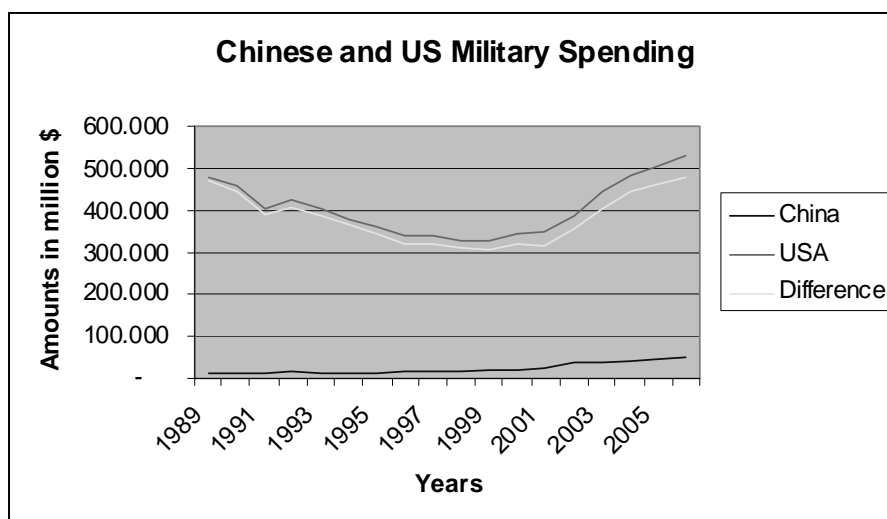
¹ Essas três dimensões dependem das expressões de poder político, social, econômico, militar e tecnológico.

² Isso não impede a existência de outros poucos estados fortes.

³ Por meio do desenvolvimento econômico, militar e tecnológico, por exemplo.

⁴ Os componentes do SI não estariam, pela teoria, dispostos a ceder todo ou parte do seu poder.

Inicialmente, não há dúvidas de que os EUA exercem a hegemonia mundial. O poder militar, econômico e tecnológico do país é incontestável, por maiores que sejam as críticas a esse fato. Paralelamente, a China já há algum tempo começa a se apresentar como a maior desafiadora em potencial da hegemonia norte-americana devido ao seu crescimento econômico e, principalmente, militar⁹. Observando o quadro abaixo que trata tão somente dos gastos militares chineses comparados aos dos EUA, pode-se ver a forte tendência de redução da diferença atingindo o menor hiato em 1999¹⁰. Não pretendemos com isso afirmar que a China irá desafiar os EUA. A intenção é somente apontar a ameaça latente à hegemonia norte-americana por parte desse país asiático, o que pode gerar uma guerra, quente ou fria, na disputa pela hegemonia mundial.



Source: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)

Entretanto, o Onze de Setembro mostrou aos EUA que uma outra ameaça conseguiu tirar proveito de suas vulnerabilidades, causando danos, principalmente, ao prestígio hierárquico da maior potência da atualidade. Não há dúvidas que esse fato abalou o SI. Porém, o causador dessa ameaça não é um dos componentes tradicionais desse sistema, além disso, essa ameaça pode estar em qualquer estado do SI. Fazendo-se uma comparação a um míssil que invade o sistema defensivo e continua seguindo a sua lógica imutável até atingir o alvo, o terrorista trabalha com uma lógica mutável com a mesma finalidade de se auto destruir junto com o objetivo. Desse modo, mesmo não sendo um

⁹ Jornal da Ciência. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=45193>>; e BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/03/070304_chinagastomilitar_as.shtml>. Consultas em: 10 abr. 07.

¹⁰ Os dados para a confecção dos gráficos foram retirados da SIPRI. Estão disponíveis em: <http://first.sipri.org/non_first/milex.php>. Acesso em: 10 abr.07.

estado, ele ameaça a estrutura do SI. Nesse ponto, podemos identificar um afastamento da teoria apresentada por Gilpin, porém o efeito de instabilidade é semelhante.

O ato terrorista do Onze de Setembro mesmo sem atuar em nome de um ou mais Estados, se enquadrou na ausência da variação do diferencial de poder e desafiou a hegemonia vigente, redundando na “guerra de manutenção da ordem” ou na “guerra ao terrorismo” desencadeada pelo Presidente George W. Bush.

Sintetizando o que trabalhamos até aqui, podemos presumir que o SI está instável por duas fortes razões. Primeiramente, devido à variação do diferencial de poder em relação à China e, em segundo lugar, motivado pelo desafio do terrorismo transnacional. Em outras palavras, o poder hegemônico está vislumbrando o crescimento de um país que pode desafiá-lo nos seus interesses vitais e, simultaneamente, foi e continua sendo desafiado por um tipo de organização não estatal que utiliza uma lógica e racionalidade diferente dos padrões ocidentais.

A ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA

Como estratégias publicadas pelo governo do Presidente Bush a partir do onze de setembro podemos citar¹¹ a “National Strategy for Homeland Security” (NSHS) e a “National Security Strategy of the USA” (NSS), respectivamente, publicadas em julho de 2002 e a de março de 2006 que está em vigor.

A NSHS apresenta os três objetivos estratégicos dos EUA para maximizar a segurança do estado norte-americano. São eles¹²:

- a) Prevenir ataques terroristas dentro dos EUA;
- b) Reduzir a vulnerabilidade norte-americana ao terrorismo; e
- c) Minimizar os danos e sua recuperação após um ataque.

Podemos apontar duas iniciativas, por serem pertinentes a este trabalho, retiradas da “Critical Mission Area” denominada Segurança de Fronteira e Transporte¹³. São elas: a criação de “smart borders” (SB) e a de melhorar a segurança no transporte marítimo de contêineres.

Finalmente, devemos considerar os fundamentos da “Homeland Security”¹⁴ que são: lei, ciência e tecnologia (C&T), compartilhamento de informações

¹¹ Outras estratégias derivadas são: “National Strategy to Combat Weapons of Mass Destruction” (dez/2002), “National Strategy for Combat Terrorism” (fev/2003), “The National Military Strategy of the USA” (2004) e “National Defense Strategy of the USA” (mar/2005).

¹² “National Strategy for Homeland Security”, jul. 02, p. vii. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/homeland/book/>>. Consulta feita em: 17 abr. 07.

¹³ *Ibidem*, p. viii.

¹⁴ *Ibidem*, p. x.

e sistemas, e cooperação internacional. No campo de C&T, vamos observar que isso é uma área que os estadunidenses não estão dispostos a cooperar. Ao contrário, o quarto fundamento - cooperação internacional - está à parte dos outros três fundamentos. Em outras palavras, a C&T tão necessária a países que desejam se desenvolver no mundo globalizado é um assunto que está fora de qualquer acordo de cooperação. Nesse ponto, governo norte-americano cria barreiras à divulgação do conhecimento impondo às universidades essas restrições por meio do “Technology Alert List”.¹⁵

Tendo abordado a estratégia principal, ou seja, a NSHS, todas as outras estratégias e ações são dela decorrentes, inclusive a NSS. Podemos também avaliar a consistência da NSHS ao verificarmos que não foi alterada desde a sua publicação, diferentemente da NSS que teve as versões de set/2002 e mar/2006.

COMANDO SUL DOS EUA

Esta análise terá por base a palestra proferida pelo Contra-Almirante James W. Stevenson, Comandante da Força Naval do Comando Sul.¹⁶ Abordaremos pontos julgados de importância de modo a estarmos conscientes do tipo de cooperação (já vimos anteriormente um primeiro aspecto), e seus impactos para os interesses do Estado brasileiro.

O texto apresenta a proposta do Chefe-de-Operações Navais¹⁷ para a Marinha dos EUA e tece comentários “sobre as capacidades que a Marinha do Brasil possa vir a considerar” nos próximos 20 a 25 anos. Nas palavras do Almirante Mullen “a cooperação é fundamental, porque não existe um único país que seja capaz de sozinho fazer o que tem que ser feito”, ressaltando que “precisamos trabalhar em um ambiente combinado”, e nós completamos que, logicamente, para a segurança dos EUA e para a redução da instabilidade no SI.

Dois pontos são realçados pelo Almirante Mullen quanto à necessidade da Marinha dos EUA “continuar a ser a força preponderante nos mares abertos” e “aumentar a capacidade de operar nas águas verdes”[...]“e nas águas marrons”. Assim, desejam aproveitar “a capacidade das nações parceiras de desenvolverem uma relação de trabalho e a capacidade de se comunicarem e de operarem seja em alto-mar, seja em terra”. Com essa “cooperação nos diferentes cenários mundiais” podem reduzir a sua infra-estrutura de apoio das frotas norte-americanas e “manter um domínio marítimo global”.

Concluindo parcialmente, podemos dizer que, desse modo, a Marinha dos EUA atende duas iniciativas ao expandir as fronteiras¹⁸ e ter condições de

¹⁵ Como exemplo podemos citar a publicada pela Universidade de Harvard. Disponível em: <http://www.hio.harvard.edu/students_scholars/travel/technology_atlert_list.php>. Consulta em: 12 abr. 07.

¹⁶ Brazil Navy Seminar. Rio de Janeiro, Escola de Guerra Naval, 17 Nov. 05.

¹⁷ Proteger o povo e o território dos EUA.

¹⁸ Acrescentam “smart borders” às suas fronteiras amparadas pelo Direito Internacional.

melhorar a segurança no transporte marítimo de contêineres, dentro do fundamento de cooperação internacional estabelecido pela NSHS. Com isso, contribui para a redução da vulnerabilidade dos EUA. Tudo isso pode ser sintetizado pela afirmação do Contra-Almirante Stevenson quando em sua palestra diz: “Gostaríamos de dispor de um cenário de cooperação entre as Marinhas do mundo, para garantir a segurança de determinadas regiões.” Mais uma vez complementamos dizendo que essas regiões são as de interesse dos EUA.

Uma vez atendido o objetivo estratégico “redução da vulnerabilidade”, o Contra-Almirante Stevenson passa para outro objetivo, a “ameaça terrorista” e a sua campanha “a guerra global contra o terrorismo”. Para enfrentar o terrorismo a proposta é compartilhar o “domínio global” dos EUA no mar de forma regionalizada. Em outras palavras, os EUA que já são capazes de operar em “águas verdes”¹⁹ passariam a incluir as “águas marrons” de outros Estados graças às parcerias regionais. Por outro viés, poderíamos dizer que o Comando Sul aceita a parceria de outras marinhas nas “águas verdes” que, por sua vez, admitiriam a cooperação norte-americana nas suas “águas marrons”.

Para tal cooperação é preciso fomentar a confiança e a interoperabilidade, segundo o mesmo documento que continua dizendo: “queremos aumentar a capacidade dos nossos parceiros, a capacidade da sua Marinha [...]”.

Quanto à interoperabilidade, nós entendemos que ela poderá vir a ser interessante desde que a MB venha a receber equipamentos com tecnologia de ponta, associado aos bons financiamentos. Se por um lado essa opção não incentive a indústria nacional e, principalmente, a nossa C&T em inovações na área de defesa, por outro lado permitirá um melhor aparelhamento com conseqüências benéficas no aprestamento da MB no curto prazo.

Quanto à confiança, parafraseando Vinícius de Moraes, “ela será eterna enquanto dure”, pois, não podemos nos esquecer que, no momento que não haja mais interesse por parte dos EUA, este poderá impor ao Estado brasileiro a redução do orçamento militar como o fez no passado²⁰.

Podemos finalizar o pensamento do Contra-Almirante Stevenson com suas próprias palavras quando consideram importante à MB “manter a segurança marítima **dentro do seu país** (grifo nosso), no mar territorial e na ZEE. É para isso que as Marinhas servem”. Nesse ponto, ele inclui pelo menos as bacias do Paraguai/Paraná e a do Amazonas, pois elas estão “dentro do país”.

¹⁹ Essa capacidade é “24 horas por dia, sete dias por semana”, segundo o Contra-Almirante Stevenson

²⁰ No início da década de 1990, o Brasil teve que se submeter à hegemonia dos EUA e aceitar as mudanças das prioridades do gasto público, uma das condicionalidades que afetou a política de defesa, ao fixar limites para os gastos militares do País. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 518 a 520.

A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

De acordo com a Constituição Brasileira, as Relações Internacionais são regidas por dez princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e X - concessão de asilo político.

Como podemos observar o terrorismo está em um mesmo nível do princípio da cooperação. Porém, diferentemente da proposta da NSHS cuja cooperação tem por objetivo a segurança nacional estadunidense, a proposta brasileira é colocada no sentido do progresso da humanidade. Essa diferença é facilmente compreendida quando da última visita do Presidente dos EUA ao Brasil em março do corrente ano²¹. O quadro abaixo sintetiza as diferenças:

Tecnologia	Posição dos EUA
Nas universidades dos EUA	Assunto de segurança nacional (Technology Alert List)
Brasileira do etanol	Ter acesso à tecnologia brasileira.

No campo da Política de Defesa Nacional (PDN) o terrorismo merece destaque, como não poderia deixar de ser, no subitem 2.6:

Atualmente, atores não-estatais, novas ameaças e a contraposição entre o nacionalismo e transnacionalismo permeiam as relações internacionais e os arranjos de segurança dos Estados. Os delitos transnacionais de natureza variada e o terrorismo internacional são uma ameaça à paz, à segurança e a ordem democrática, normalmente, enfrentadas com os instrumentos de inteligência e de segurança dos Estados.

Mais adiante, a PDN define as áreas de interesse do Brasil que são o subcontinente da América do Sul e países limítrofes da África, onde o País procura “aprofundar seus laços de cooperação”²².

O subitem 3.3 apresenta a preocupação com processos que contribuem para reduzir a possibilidade de conflitos no entorno estratégico. São eles:

²¹ Orientação dada por Bush ao seu embaixador no Brasil, Clifford Sobel, sobre o acordo do etanol: “Traga seus cientistas para cá, traga suas universidades”. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=344735>>. Consulta realizada em: 27 abr. 07.

²² PDN, subitem 3.1.

[...] o fortalecimento do processo de integração, [...]; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, [...]; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul.

Mais uma vez surge o termo cooperação com o propósito de se atingir a paz e não com a finalidade de aumentarmos o nosso poder militar. Desse modo, é priorizado o “processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais”.²³

Pode-se observar que o Brasil não está preocupado com a hegemonia, mas sim em “uma ordem internacional baseada na democracia, no multilateralismo, na cooperação, na proscrição de armas químicas, biológicas e nucleares e na busca da paz entre as nações”.²⁴

Finalmente, o subitem 4.8 da PDN apresenta:

O Brasil considera que o terrorismo constitui risco à paz e à segurança mundiais. Condena enfaticamente suas ações e apóia as resoluções emanadas pela ONU, reconhecendo a necessidade de que as nações trabalhem em conjunto no sentido de prevenir e combater as ameaças terroristas.

É dentro dessa concepção que a MB, por meio da Diretoria de Portos e Costa²⁵, coopera como Autoridade Marítima na formulação de iniciativas vinculadas ao Código Internacional para a Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias (ISPS Code)²⁶. É um tipo de cooperação que surgiu após o Onze de Setembro, do qual participam os países signatários da Organização Marítima Internacional.

Sumariando, o Estado brasileiro busca o caminho da paz para a sua segurança por mais utópico que isso venha a parecer. Admite a possibilidade de existirem ameaças, porém considera que elas tenham baixa probabilidade de causar danos ao território e ao povo brasileiro. Com a proscrição das armas

²³ *Ibidem*, subitem 3.6.

²⁴ *Ibidem*, subitem 4.7.

²⁵ Diretoria de Portos e Costa. ISPS Code. Disponível em: https://www.dpc.mar.mil.br/sta/ISPS/isps_index.htm. Consulta realizada em: 11 abr. 07.

²⁶ O “International Ship and Port Facility Security Code - ISPS Code” foi elaborado pelo Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional (OMI) e aprovado pela Resolução no 2 da Conferência Diplomática SOLAS 1974 (Safety of Life at the Sea), em reunião realizada de 9 a 13 de dezembro de 2002 em Londres.

químicas, biológicas e nucleares há uma crença na redução da insegurança que esses instrumentos letais podem nos causar.

CONCLUSÃO

Inicialmente, podemos apontar as diferenças das duas concepções de segurança. Para o Estado norte-americano, a sua segurança depende do seu poder no campo militar e tecnológico que o colocaram hegemônicos. A intenção do EUA é aumentar cada vez mais esse poder hegemônico, ante a possibilidade de ocorrerem desafios no SI. Quanto ao Estado brasileiro, a sua segurança se apóia na crença da paz entre os povos e num tipo de cooperação, em muito diferente da proposta estadunidense. O caso da tecnologia franqueada pelos irmãos do sul e bloqueada pelos parceiros do norte exemplifica os diferentes pontos de vista.

Como ponto convergente, o terrorismo é uma ameaça à paz e ao SI. Para combatê-lo os EUA estão procurando parcerias para aumentar as suas fronteiras e, logicamente, o seu campo de atuação, estando dispostos a adentrar nas águas verdes e marrons dos parceiros com o consentimento desses. Caso não encontre parceiros e tenham que invadir um Estado em nome da segurança dos EUA, eles o farão, gastando bilhões de USD. O Iraque e o Afeganistão são bons exemplos recentes²⁷.

A parceria da MB com o Comando Sul dos EUA nas águas verdes ou marrons para a prevenção e o combate ao terrorismo não são de interesse do Estado brasileiro, por acarretar uma forma de intervenção. Isso contraria um dos princípios das relações internacionais da Constituição do Brasil. A MB deverá enfrentar qualquer ameaça terrorista que, uma vez identificada, esteja em sua área de jurisdição com o propósito de cooperar para a paz e segurança internacionais, o que já é feito em cumprimento ao “ISPS Code”, estando aí incluída a própria segurança dos EUA. Poderá, ainda, integrar as comunicações dos meios navais que estão sendo empregados nessas missões com os do Comando Sul dos EUA. Esse tipo de interoperabilidade pode vir a ser vital para o sucesso de uma operação militar diante do terrorismo internacional.

No curto prazo, a interoperabilidade e o aumento da capacidade da MB são fatores que atendem os interesses de defesa para inimigos comuns aos dois países. Entretanto, no caso brasileiro, essa interoperabilidade não pode ser dissociada da indústria de defesa nacional, assim como, não deve prejudicar os desenvolvimentos e as inovações nessa área estratégica do Estado brasileiro.

Finalizando, os navios norte-americanos que venham a participar da cooperação, na forma de entendimento da sociedade brasileira, não deverão

²⁷ Na segunda metade do século passado podemos citar Cuba, República Dominicana, Granada, Panamá e Haiti como exemplos de países latino-americanos invadidos pelos EUA.

transportar armas químicas, biológicas ou nucleares, pois elas certamente são inadequadas à ameaça terrorista podendo se tornar sim uma ameaça aos interesses do Estado brasileiro na consolidação da Zona de Paz e cooperação do Atlântico Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Barry R. Posen. Command of Commons: The Military Foundation or U.S. Hegemony, **International Security**, Vol. 28, No. 1 (Summer 2003).
2. BAILES, Alyson, J. K. e COTTEY, Andrew. **SIPRI Year Book 2006: Armament, Disarmament and International Security**, Chapter 4, p.1. Disponível em: << <http://yearbook2006.sipri.org/> >>. Acesso em: 10 mar. 2007.
3. BRAZIL NAVY SEMINAR, 2005, Rio de Janeiro. [**Anais...**], Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, realizado em 17 de Novembro de 2005.
4. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 518 a 520.
5. DIRETORIA DE PORTOS E COSTA. ISPS Code. Disponível em: <https://www.dpc.mar.mil.br/sta/ISPS/isps_index.htm>. Acesso em: 11 abr. 07.
6. JORNAL DA CIÊNCIA. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=45193> >. Acesso em: 10 abr. 2007.
7. BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/03/070304_chinagastomilitar_as.shtml >. Acesso em: 10 abr. 07.
8. NATIONAL Strategy for Homeland Security”, jul. 02, p. vii. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/homeland/book/>> . Acesso em: 17 abr. 07.
9. ROBERG, Robert I. e RABB, Theodore K. **The Origin and Prevention of Major Wars**. Londres: Cambridge, 1998, p. 15 a 52.

RESENHA DO LIVRO: HISTÓRIA DAS GUERRAS

MAGNOLI, Demetrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006, 480 p.

Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Joaquim Arinê Bacelar Rego

Capitão-de-Mar-e-Guerra Joaquim Arinê Bacelar Rego é colaborador do Centro de Estudos Político-Estratégicos e foi Diretor do Serviço de Documentação da Marinha.

Guerra: sacrifício, sofrimento, morte; são idéias que logo são associadas àquela calamidade. Mas seria a guerra algo mais do que um flagelo, permeado de horrores?

Vários centros de pensamento, assim como estudiosos isolados, sintonizados com a síntese da “inteligência clausewitziana” de que a “guerra é a continuação da política por outros meios”, acreditam que esse fenômeno, tão antigo como a própria história da humanidade, há muito deixou de ser um assunto de competência exclusiva dos militares. Verifica-se que esse juízo é coerente quando se faz uma análise das conseqüências geopolíticas dos conflitos, as quais impuseram mudanças, por vezes definitivas, na organização política, econômica e social de várias nações. Portanto, conhecer as guerras no seu contexto histórico se impõe como uma necessidade, não só para o poder político de qualquer país, mas, sobretudo, para a sua sociedade.

Nesse sentido, o livro “História das Guerras”, organizado pelo geógrafo Demétrio Magnoli, a pedido da Editora Contexto, é uma obra

fundamental, pois aborda a guerra como um fenômeno total e eminentemente humano. Para a sua feitura, foi escolhido um conjunto de historiadores, especialistas em geografia política, jornalistas e militares brasileiros. Com um poder de síntese adequado e uma linguagem clara e agradável, os autores perpassam cerca de 2500 anos de história, analisando quinze dos mais proeminentes conflitos.

O professor Magnoli por meio de visões diferenciadas, desde o pensamento do general chinês Sun Tzu até o entendimento estadunidense e a tradição européia, tratadas no seu breve ensaio introdutório “No espelho da guerra”, incita o leitor a fazer uma viagem pela história dos conflitos. Quando cita Heráclito: “a guerra é o pai de todas as coisas” e conclui que “é apenas realista reconhecer que não somos muito diferentes dos gregos de 25 séculos atrás”, Magnoli sintetiza, de forma precisa e direta, o papel da guerra na história.

O périplo histórico, engendrado no livro, se inicia pela Guerra do Peloponeso, excursiona pelas Conquistas Bárbaras, pelas

Cruzadas na Idade Média, pelos principais conflitos dos séculos XVII, XIX, XX e termina nas Guerras do Golfo.

A “Guerra do Peloponeso”, conflito transcorrido de 432 a 404 a.C., que opôs Atenas às demais cidades-estado gregas de Esparta, Tebas, Corinto e a Liga do Peloponeso, foi analisada pelo historiador Pedro Paulo Funari. O autor contextualiza o cenário geopolítico do conflito – a Grécia do século V a.C. – apontando as suas causas estruturais e identificando as alianças militares, permeadas por rivalidades étnicas e culturais. Ao final, são identificadas as conseqüências da guerra, destacadas as inovações diplomáticas e estratégicas e mostradas como, ao longo da história da humanidade, a Guerra do Peloponeso tem despertado o interesse dos estudiosos da arte da guerra.

Entre 264 e 146 a.C., Roma e Cartago se opuseram em três conflitos, que ficaram conhecidos, posteriormente, como as “Guerras Púnicas”; denominação que é derivada da expressão latina *punicus*, que significa “os habitantes de Cartago”. A historiadora Renata Senna Garraffoni desenvolveu o tema, optando por analisar cada um dos três conflitos separadamente, em face de as suas causas e repercussões serem bem distintas. Discorre sobre os romanos e a guerra, Cartago e a expansão romana e incursiona sobre as conquistas de Roma daquele então. Ao final do seu texto, a autora busca identificar o legado das guerras, apontando como

“do ponto de vista militar, as Guerras Púnicas propiciaram o desenvolvimento de novas técnicas e táticas, apreciadas por generais ao longo da história”.

No capítulo seguinte, o historiador José Rivair Macedo apresenta as “Conquistas Bárbaras”. Rivair é claro na análise do período da história em que o Império Romano enfrentou as invasões bárbaras aos seus domínios. O autor destaca os povos da Ásia Central e os germânicos e, por fim, analisa como a guerra influenciava a vida das sociedades que se formaram nos reinos bárbaros.

O próximo texto refere-se às “Cruzadas”. Na Idade Média, a expansão da Cristandade latina chocou-se com o projeto dos muçulmanos de buscar ampliar seus espaços de dominação e conversão islâmica, gerando uma Guerra Santa que envolveu cristãos latinos, muçulmanos e bizantinos nos limites da Cristandade (Síria e da Palestina) e na Península Ibérica. Tal enfrentamento militar, longo e desgastante, é analisado pela historiadora Fátima Regina Fernandes. A autora aborda o contexto gerador de tal confronto, com suas causas sociais, políticas e religiosas, as expansões da Cristandade e dos muçulmanos e os interesses conflitantes. Fátima finaliza a sua análise ao fazer um balanço do movimento das Cruzadas e apresentar os seus legados no imaginário atual.

Coube à historiadora Elaine Senise Barbosa apresentar “Gêngis Khan e as Conquistas Mongóis”. O assunto é instigante, pois no

imaginário das pessoas vem a figura de um bárbaro sanguinário que, nos séculos XII e XIII, espalhou terror e destruição desde a China à Europa Oriental, passando pela Pérsia e pelo Oriente Médio. Como ponto de partida, a autora faz uma comparação entre as sociedades nômades e as sedentárias. Procura também mostrar como surgiu Gêngis e seu exército, que se transformaria numa máquina de guerra quase imbatível, bem como se formou o que teria sido o maior Império do mundo. Por fim, busca desvendar o fenômeno da expansão mongol, associando-o sempre a Gêngis Khan – o grande líder nômade de uma sociedade sem Estado.

A longa guerra travada entre 1618 e 1648, a “Guerra dos Trinta Anos”, que teve efeitos tão devastadores para a Alemanha como a própria Segunda Guerra Mundial, é analisada pelo historiador Henrique Carneiro. O autor, ao abordar o tema, incursiona sobre a Guerra Civil alemã, verifica os aspectos religiosos e econômicos do conflito e avalia a situação de Alemanha, Espanha, Holanda, França, Suécia e Polônia. A Guerra dos Trinta Anos, ao debilitar a Espanha, ensejou a retomada da independência portuguesa, em 1640, o que trouxe conseqüências para o Brasil. Ao final da guerra, em 1648, os Tratados de Westfália estabeleceram uma nova ordem na Europa, na qual a “razão de Estado” sobrepõe-se sobre os demais princípios, gerando um sistema internacional de Estados. Ao concluir, Henrique assevera que a recuperação da Alsácia pela Alemanha,

como conseqüência da Guerra Franco-Prussiana (1871), “é uma das fontes decisivas da ruína do equilíbrio europeu e do desencadeamento das duas guerras mundiais no século XX”.

O historiador Marco Mondaini, quando trata das “Guerras Napoleônicas”, busca sintetizar a obra do famoso general e estadista corso Napoleão Bonaparte, a qual não é importante somente no aspecto histórico-militar, mas, sobretudo, do ponto de vista político. Mondaini procura contextualizar o leitor no mundo contemporâneo de Napoleão, abordando a revoluções Industrial e Francesa e o Império construído por Bonaparte; não deixa de analisar o Grande Exército francês (Grande Armée) e as grandes batalhas, tanto terrestres como navais, destacando a campanha napoleônica na Rússia e a decisiva batalha de Waterloo. Ao terminar o trabalho, discorre sobre as heranças das Guerras Napoleônicas, quando aborda as conseqüências para o mundo ocidental dos 25 anos de conflito europeu e o legado de Napoleão Bonaparte.

Entre 1861 e 1865 ocorre nos EUA a “Guerra de Secessão”; primeiro conflito moderno da história, segundo alguns estudiosos. Esta guerra civil, que ceifou a vida de cerca de 620 mil estadunidenses e deixou 400 mil feridos ou mutilados, é analisada pelo geógrafo André Martins. Nesse capítulo, o autor apresenta o mundo e os EUA em 1860, faz uma explanação sobre o início da guerra e a evolução dos combates e não deixa de abordar a logística, fundamental naquela

guerra. Apresenta as novidades tecnológicas que estreadam como artefatos de uso militar, como o emprego da blindagem na guerra naval – que modificou o conceito de construção de navios – o balão de observação e o trem. Por fim, arremata a sua análise tratando das conseqüências da guerra, sob os pontos de vista político, jurídico e econômico.

O nono embate abordado no livro, a “Guerra do Paraguai”, foi o conflito mais longo que ocorreu na América do Sul. Guerra de características muito peculiares, travada em um cenário geograficamente difícil, sofreu influência direta da Guerra de Secessão estadunidense e dos avanços industriais na Europa. O historiador Francisco Doratioto, escolhido para abordar o tema, discorre sobre o cenário geopolítico do conflito, que denominou de “tabuleiro platino”, no qual Brasil, Argentina e Uruguai formaram a Tríplice Aliança contra o inimigo comum, o Paraguai. Analisa as principais batalhas, dando destaque à campanha travada em dezembro de 1868, que ficou conhecida como “Dezembrada”. Ao expor os custos e as conseqüências da guerra, Doratioto fecha a sua análise discorrendo sobre o custo em vidas humanas, ainda que controverso, o esforço econômico a que o Império brasileiro foi submetido e os desdobramentos de natureza política da guerra.

O Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal aborda as “Guerras da Unificação Alemã”, levando o leitor a vivenciar o contexto

geopolítico no qual a questão alemã, com a sua complexidade intrínseca, se constitui num capítulo importante da história européia. O Almirante Vidigal analisa a reforma do exército prussiano, as Guerras – dos Ducados, Austro-Prussiana e Franco-Prussiana – e conclui o tema, num esforço de síntese que denominou “Rumo à Guerra Mundial”, apontando como a unificação alemã, com seus desdobramentos geopolíticos, deságua na Primeira Guerra Mundial.

“A Grande Guerra foi a mãe das guerras dos séculos XX e XXI”. Este pensamento do Coronel Luiz de Alencar Araripe consta da introdução do capítulo sobre a “Primeira Guerra Mundial”. Araripe analisa a Geografia, a Tecnologia, as estratégias e os Teatros de Operações que envolveram os oponentes: a Tríplice Entente (França, Grã-Bretanha e Rússia) e as Potências Centrais, aliança formada pelos Impérios Centrais – Alemanha, Áustria-Hungria, Itália (no início do conflito), e a Turquia. O autor reserva uma parte específica do texto para tratar da participação do Brasil na guerra, citando a Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), e arremata a sua análise abordando o que teria sido a guerra sem a participação dos EUA.

A “Segunda Guerra Mundial”, guerra total única na história da humanidade por apresentar números fabulosos, tanto pela capacidade de mobilização dos países envolvidos como pela crueldade, espelhada pela destruição em massa de seres humanos, é analisada pelo historiador

Pedro Tota. O autor apresenta as suas origens, o seu início, os Teatros de Operações da Europa e do Pacífico, a participação das Américas, com destaque para os EUA e o Brasil, e, por derradeiro, as heranças do conflito que, ao seu final, marcou o eclipse da hegemonia europeia e deflagrou o período de antagonismo leste-oeste, conhecido como “Guerra Fria”.

Ao organizador do livro, geógrafo Demétrio Magnoli, coube desvendar as “Guerras da Indochina”, que, na verdade, são dois conflitos distintos e inter-relacionados, que se desenrolaram de 1946 a 1975. O primeiro, a “Guerra da Indochina” (1946 a 1954), envolveu uma potência colonial, a França, e o movimento de libertação nacional do Vietnã, conhecido como “Vietminh”. O segundo, a “Guerra do Vietnã” (1960 a 1975), envolveu os EUA e o Vietnã do Norte, que tinha como aliado o “Vietcong” (comunistas do Vietnã do Sul). Magnoli discorre sobre: o Vietminh, e seu líder Ho Chi Minh; a Guerra da Indochina, com o famoso combate de Dien Bien Phu, que marcou a derrocada dos franceses; o período entre guerras; e a própria Guerra do Vietnã, analisada em três tempos. Marca o final do trabalho, apresentando o “Vietnã e a História”, evidenciando a historiografia ocidental, mormente a estadunidense, uma vez que, segundo o autor, “as narrativas e avaliações vietnamitas, soviéticas e chinesas carecem de conteúdo crítico”.

Com o pensamento de que “o panorama do Oriente Médio e, dentro

dele, o conflito árabe-israelense, não pode ser compreendido senão na moldura mais geral do colonialismo e do imperialismo ocidentais”, o jornalista Cláudio Camargo inicia a sua análise das “Guerras Árabe-Israelenses”. Antes de discorrer sobre os conflitos de 1956, a “Guerra dos Seis Dias” (1967) e a “Guerra do Yom Kippur” (1973), o autor faz uma digressão de cunhos histórico e político, abordando “do sionismo à criação de Israel” e a “glória israelense e a desgraça árabe-palestina”. Finaliza Cláudio, buscando a resposta para a seguinte indagação: “depois de tantos conflitos sangrentos, é possível pensar em paz entre israelenses, árabes e palestinos no Oriente Médio?”

O capítulo que fecha o livro, tratando sobre as “Guerras do Golfo”, é produzido pelo jornalista William Waack. Ao analisar a “Primeira Guerra do Golfo” (1991) e a “Segunda Guerra do Golfo” (2003), busca demonstrar que os dois conflitos não são duas metades de um mesmo evento. Ao finalizar o seu texto, Waack expõe, de forma singular, a sua idéia sobre a missão “messiânica” dos EUA no Iraque: “E o que parecia apenas uma missão inacabada ao final da Primeira Guerra do Golfo, ao final da Segunda parecia, simplesmente, uma missão impossível”.

Ao se terminar de conhecer os juízos dos autores sobre os quinze conflitos analisados, pode-se fixar o entendimento de que a história da humanidade está intrinsecamente relacionada às guerras. Por conseguinte, desde a antiguidade,

diversos estudiosos têm buscado desenvolver uma teoria que sustente o entendimento da guerra como um fenômeno político-social por excelência, no qual o seu elemento básico e primordial foi e sempre será o homem. Apesar dos sacrifícios que impõe à humanidade, as guerras vêm contribuindo, de alguma maneira, para o progresso da humanidade; não só do ponto de vista científico-tecnológico,

mas, também, para inculcar no ser humano percepções de natureza sócio-psicológica.

Mas será que a “guerra para acabar com todas as guerras”, aquela em que todas as disputas entre as nações seriam resolvidas, ainda seria possível? A situação mundial hodierna permite pensar que a derradeira guerra é mera utopia!

Biblioteca da Escola de Guerra Naval

Horário de Funcionamento:

Dias úteis: 07h30 às 21h

Licenças administrativas: 8h às 17h

Sábados: 8h às 12h e 13h15 às 18h

Serviços:

- empréstimo automatizado de publicações para militares e civis da MB;
- empréstimo entre bibliotecas;
- serviço de fotocópia; e
- biblioteca participante da Rede BIM (Bibliotecas Integradas da Marinha)

Acervo:

A biblioteca é especializada em assuntos militares. O acervo da biblioteca possui publicações sobre os seguintes assuntos: Poder Naval, Poder Marítimo, Direito Internacional, Relações Internacionais, Política, Geografia Humana e Econômica, História Naval, História Geral e do Brasil, Administração, Economia e Contabilidade.

O acervo conta hoje com aproximadamente vinte e três mil títulos entre livros, monografias, ensaios, palestras, conferências e fitas de vídeo sobre diversos assuntos da área militar.

Contato:

Endereço: Av. Pasteur, 480, Urca, 22290-240, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: (21) 2295-7882 r. 9335

Fax: (21) 2295-1795

e-mail: biblioteca@egn.mar.mil.br

site: www.egn.mar.mil.br

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NA REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

A Revista da EGN aceitará trabalhos inéditos, sob forma de artigos ou ensaios, relacionados à: Ciência Política; Geopolítica; Defesa; Estratégia; Relações Internacionais; Direito Internacional; e Gestão. A publicação dos trabalhos será decidida segundo pareceres dos membros do Conselho Editorial, do Conselho Consultivo ou de Pareceristas ad hoc, que avaliarão a qualidade do trabalho e sua adequação às finalidades editoriais da Revista.

As colaborações para a Revista da EGN devem seguir as seguintes especificações:

1 - O artigo deve ser apresentado de acordo com a NBR 6022 – Informação e documentação - Artigo em publicação periódica científica – Apresentação.

2 – A estrutura de um artigo é constituída de elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais, na ordem em que serão descritos a seguir:

a) PRÉ-TEXTUAIS

Título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:) e na língua do texto.

O(s) autor(es) deve(m) ser indicado(s) por extenso, depois do título. O currículo, bem como os endereços postal e eletrônico, aparecem em rodapé indicado por asterisco na página de abertura.

O resumo dos artigos na língua do texto terá no máximo 10 (dez) linhas e três palavras-chaves que devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “palavras-chave:”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto.

b) TEXTUAIS

Os elementos constantes são a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

c) PÓS-TEXTUAIS

O resumo em língua portuguesa e inglesa (abstract) é elemento obrigatório.

Deve-se traduzir as palavras-chave para o inglês.

As referências bibliográficas obedecerão à NBR 6023, por exemplo:

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local: Editora, Ano. N° de páginas com p.

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Edição (se houver). Local: Editora, Ano. p.x-y.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Local, v.x, n.x, p.x-y, mês e ano.

SOBRENOME. Nome. Título: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local, Ano. Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: dia mês e ano.

Alguns elementos pós-textuais, como título em língua estrangeira, notas explicativas, glossário, apêndices e anexos podem ser incluídos, seguindo as instruções NBR 6022.

3 - O artigo deve ser apresentado em duas vias impressas com seu respectivo arquivo digital em disquete/CD no padrão Word for Windows. Terá, no máximo, 30 páginas e mínimo de 15 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5cm e margens de 2,5cm. Podem ser acrescentadas notas de rodapé ao final de cada página do texto.

4 - Para textos com imagens, as originais impressas deverão ser, preferencialmente, enviadas para serem digitalizadas na produção da Revista. Caso o autor fique impossibilitado de enviar as imagens originais, deverá encaminhar seus respectivos arquivos digitalizados em 300 dpi no formato JPG e dimensionadas em aproximadamente 5x5 cm. As imagens não deverão estar inseridas no texto, mas em disquete/CD anexo. No caso de imagens provenientes de máquina digital, deverão estar na mais alta resolução da câmera.

5 – O modelo de confecção do artigo encontra-se disponível no site da Escola, no endereço www.egn.mar.mil.br/egn/revistaEgn.htm.

6 - Os ensaios seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos.

7 - Os trabalhos devem ser remetidos com uma folha à parte, contendo o nome completo do autor, seguido das referências com as quais deseja ser apresentado (máximo de 3 linhas), endereço completo, telefone para contato e e-mail.

8 – A Revista da EGN se reserva todos os direitos autorais sobre os trabalhos publicados, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução, com a devida citação da fonte.

9 – toda correspondência referente à Revista da EGN deve ser encaminhada à Escola de Guerra Naval – Av. Pasteur, 480 – Praia Vermelha – Urca – Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22290-240, aos cuidados do Editor da Revista da EGN.

TÍTULO DO ARTIGO DE PERIÓDICO: FORMA DE APRESENTAÇÃO PARA A REVISTA DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Regina Boanerges Siqueira*, Cremilda Santos*

Resumo: Este trabalho apresenta um exemplo da estrutura de um artigo de periódico a ser editado pela Escola de Guerra Naval. Ao redigir, o autor deve lembrar que o resumo na língua do texto terá no máximo 10 linhas.

Palavras-chave: Normalização. Documentação. Referências. Artigos de periódicos.

Introdução

Parte inicial do artigo, onde devem constar as delimitações do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do artigo.

Desenvolvimento

Parte principal do artigo, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. É o núcleo do trabalho onde o autor expõe, explica e demonstra o assunto em todos os seus aspectos.

Conclusão

Parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. O autor pode expor sua opinião com base em suas avaliações e interpretações, podendo recomendar ou sugerir mais pesquisas na área.

Abstract para língua inglesa

Keywords para língua inglesa

Referências

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação*. Rio de Janeiro: a Associação, 2003.

2. FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 7. ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2004.